

Equipamentos de
lazer e esporte de
Ouro Preto

Contribuições para
as políticas públicas

PRESIDENTE DA REPÚBLICA Michel Temer

MINISTRO DO ESPORTE Leonardo Carneiro Monteiro Picciani

SECRETÁRIO NACIONAL DE ESPORTE,
EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL Leandro Cruz Fróes da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS REITOR Jaime Arturo Ramírez
VICE-REITORA Sandra Regina Goulart Almeida

EDITORA DIRETOR Flavio de Lemos Carsalade
UFMG VICE-DIRETORA Camila Figueiredo

CONSELHO EDITORIAL Flavio de Lemos Carsalade (presidente)
Camila Figueiredo
Eduardo de Campos Valadares
Élder Antônio Sousa Paiva
Fausto Borém
Lira Córdova
Maria Cristina Soares de Gouvêa

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

DIRETOR Sérgio Teixeira da Fonseca

VICE-DIRETOR Herbert Ugrinowitsch

Maria Cristina Rosa
ORGANIZADORA

Equipamentos de
lazer e esporte de
Ouro Preto
Contribuições para
as políticas públicas

Belo Horizonte
Editora UFMG
2017

© 2017, A organizadora
© 2017, Editora UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

E64 Equipamentos de lazer e esporte de Ouro Preto : contribuições para as políticas públicas / Maria Cristina Rosa (organizadora).
Belo Horizonte : Editora UFMG, 2017

148 p.: il. (EEFFTO).
ISBN: 978-85-423-0210-3

1. Lazer – Ouro Preto (MG). 2. Planejamento urbano.
3. Espaços públicos – Ouro Preto (MG). I. Rosa,
Maria Cristina. II. Série.

CDD: 352.9458
CDU: 379.8(815.1)

Elaborada pela Biblioteca Professor Antônio Luiz Paixão – FAFICH/UFMG

“Este livro recebeu apoio financeiro da Rede Cedex/Ministério do Esporte”

DIREITOS AUTORAIS Anne Caroline Silva
ASSISTÊNCIA EDITORIAL Eliane Sousa
COORDENAÇÃO DE TEXTOS Lira Córdova
PREPARAÇÃO DE TEXTOS Aline Sobreira
REVISÃO DE PROVAS Beatriz Trindade, Talita Corrêa e Talita Reis Lima
PROJETO GRÁFICO Cássio Ribeiro
IMAGEM DE CAPA A partir de fotografia de Daniel Azeredo
FORMATAÇÃO E MONTAGEM DE CAPA Alessandra Magalhães
PRODUÇÃO GRÁFICA Warren Marilac

EDITORA UFMG
Av. Antônio Carlos, 6.627 – CAD II / Bloco III
Campus Pampulha – 31270-901 – Belo Horizonte/MG
Tel: + 55 31 3409-4650 – Fax: + 55 31 3409-4768
www.editoraufmg.com.br – editora@ufmg.br

Sumário

	Apresentação	07
<i>Maria Cristina Rosa</i> <i>Jaqueline de Oliveira Santana</i> <i>Cleverson Vieira Pires</i> <i>Simone do Carmo Silva</i>	Espacialização dos equipamentos de lazer em Ouro Preto na perspectiva de um sistema de informações geográficas	11
<i>Ketlen Cristina Torres de Faria</i> <i>Jaqueline de Oliveira Santana</i> <i>Maria Cristina Rosa</i>	Equipamentos de lazer da cidade de Ouro Preto Contribuições para a elaboração de políticas públicas	25
<i>Simone do Carmo Silva</i>	Reflexões sobre os fatores que interferem na apropriação dos equipamentos de lazer em Ouro Preto	45
<i>Erick Alan Moreira Ferreira</i> <i>Maria Cristina Rosa</i>	Intervenções em equipamentos públicos de lazer em Ouro Preto Análise acerca das responsabilidades do poder público	73
<i>Jaqueline de Oliveira Santana</i> <i>Marie Luce Tavares</i> <i>Cleverson Pires</i>	As praças de Ouro Preto Georreferenciamento e caracterização de espaços públicos de lazer	95
<i>Jaqueline de Oliveira Santana</i> <i>Maurício Leonard de Souza</i> <i>Monique Sanches Marques</i>	Pró-posições, táticas e infiltrações Projeto Campus Aberto	113
	Anexo	129
	Sobre os autores	143

Apresentação

O objetivo deste livro é dar continuidade à divulgação de resultados da pesquisa “Lazer e esporte em Ouro Preto e Mariana: estudo de espaços e equipamentos”, financiada pelo Ministério do Esporte, que estudou espaços e equipamentos de lazer e de esporte dessas duas cidades mineiras. A partir da realização de mapeamentos e identificações, observações diretas, inventários e entrevistas, buscamos compreender a distribuição dos espaços e equipamentos estudados, as dinâmicas de uso, as atividades desenvolvidas, a ação profissional, entre outros elementos. Os resultados da pesquisa visavam subsidiar a elaboração e a execução de políticas públicas de lazer e de esporte que tenham entre os seus princípios a inclusão social, a diversidade, a dinamização e a democratização cultural; que considerem demandas e necessidades especialmente da população local; e que possibilitem a melhoria ou a reestruturação dos espaços e equipamentos existentes e a viabilização de programas e projetos de lazer e esporte.

Parte dos resultados foi publicada nas obras *Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos* (ROSA, 2013) e *Lazer em Ouro Preto e Mariana: imagens de espaços e equipamentos* (ROSA; SILVA; SANTANA, 2013). Todavia, a pesquisa gerou um rico banco de dados, que está atualizado e foi ainda pouco explorado, no que tange à divulgação e à análise dos dados. Este livro, portanto, é uma ótima

oportunidade para divulgar novos resultados e análises do trabalho desenvolvido, bem como para ampliar as discussões a partir de ações e intervenções realizadas no âmbito do lazer em Ouro Preto, nos últimos anos.

Esta obra privilegia especificamente a cidade de Ouro Preto e tem como público-alvo profissionais e estudantes (incluindo pesquisadores, animadores socioculturais, gestores, professores e acadêmicos) das áreas de Lazer, Educação Física, Turismo, Arquitetura e Administração, entre outras.

O livro contou com a participação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento – Educação Física, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, Artes Cênicas e Agronomia –, vinculados a diferentes instituições, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), colaborando para a diversidade de pontos de vista, análises e interpretações, e ampliando as contribuições para os estudos sobre o lazer, que são interdisciplinares.

Tem-se a pretensão de contribuir pontualmente com a elaboração, o planejamento e a avaliação de políticas públicas de lazer e esporte da cidade e desenvolver discussões que possam potencializar as ações de lazer e esportes em outros municípios. A seguir, apresento a organização desta obra.

No capítulo “Espacialização dos equipamentos de lazer em Ouro Preto na perspectiva de um sistema de informações geográficas”, os autores utilizam a técnica de geoprocessamento para realizar uma análise geográfica da localização dos equipamentos de lazer da cidade de Ouro Preto, buscando, a partir da discussão do espaço e de sua ocupação, uma melhor compreensão deste. A proposta é suscitar possibilidades de intervenção no espaço urbano que possam qualificar o lazer na cidade, fomentando nos indivíduos e gestores a percepção de oportunidades existentes e de outras possíveis de serem viabilizadas para a vivência do lazer na cidade.

No capítulo “Equipamentos de lazer da cidade de Ouro Preto: contribuições para a elaboração de políticas públicas”, as autoras realizam uma análise dos equipamentos de lazer de Ouro Preto, abordando principalmente aspectos relacionados às condições estruturais, como localização,

estado de conservação e infraestrutura; aos usos e ao público atendido; e à atuação, ou não, de profissionais nesses locais, buscando contribuir para o planejamento e a formulação de políticas públicas de lazer na cidade, bem como de políticas intersetoriais e de planejamento urbano do município.

O capítulo “Reflexões sobre os fatores que interferem na apropriação dos equipamentos de lazer em Ouro Preto” visa compreender a apropriação dos equipamentos de lazer de interesse físico e/ou artístico pelos moradores de Ouro Preto, analisando a infraestrutura, o estado de conservação, o público preferencialmente atendido, o envolvimento da comunidade, a segurança, o uso de outros equipamentos e as ações de políticas públicas de lazer na cidade.

O capítulo “Intervenções em equipamentos públicos de lazer em Ouro Preto: análise acerca das responsabilidades do poder público” apresenta uma discussão sobre as obrigações e as responsabilidades da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP) em relação à gestão de equipamentos de lazer público no município. Os autores investigam, a partir da análise de licitações, intervenções realizadas pela PMOP no ano de 2012 em equipamentos públicos de lazer da cidade, e evidenciam ações realizadas em equipamentos destinados ao interesse físico esportivo.

O capítulo “As praças de Ouro Preto: georreferenciamento e caracterização de espaços públicos de lazer” contempla o estudo de um equipamento público de lazer da cidade: as praças. Mediante o estudo e a verificação da localização geográfica, de aspectos referentes à caracterização e à segurança e dos usos desses equipamentos, os autores buscam contribuir para um melhor direcionamento no planejamento de políticas públicas de lazer na cidade, indicando a adoção de estratégias para aperfeiçoar a distribuição de espaços públicos coletivos, especialmente as praças, que não estão presentes em todos os bairros do município.

O capítulo “Pró-posições, táticas e infiltrações: projeto Campus Aberto” relata ações do projeto Campus Aberto, realizado no campus principal da UFOP, em Ouro Preto, desde 2014, e que surgiu de indicações de uma pesquisa recente realizada na mesma cidade (ROSA, 2013), que mostrava a quase inexistência de ações contínuas realizadas nos espaços e equipamentos de lazer envolvendo a

comunidade local. O projeto revela-se uma interessante iniciativa, que visa favorecer práticas culturais de lazer e convivência, valorizando a cultura da comunidade e ampliando seu acervo cultural e suas diversas manifestações. O capítulo mostra a experiência de uma iniciativa que estimula diversas formas de uso e apropriação do espaço da UFOP, a partir de uma intervenção qualificada de lazer.

Desejo a todos uma boa leitura.

Maria Cristina Rosa
Organizadora

Referências

ROSA, M. C. (Org.). *Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013.

ROSA, M. C.; SILVA, S. C.; SANTANA, J. O. *Lazer em Ouro Preto e Mariana: imagens de espaços e equipamentos*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013. CD-ROM.

Maria Cristina Rosa
Jaqueline de Oliveira Santana
Cleverson Vieira Pires
Simone do Carmo Silva

Espacialização dos equipamentos de lazer em Ouro Preto na perspectiva de um sistema de informações geográficas

Introdução

A política urbana de uma cidade deve ordenar o desenvolvimento de suas funções sociais e da propriedade urbana, garantindo o direito a cidades sustentáveis e, conseqüentemente, entre outros fatores, o direito ao lazer (BRASIL, 2009).

A cidade de Ouro Preto (MG), patrimônio histórico mundial, é reconhecida pelo seu expressivo acervo histórico, artístico e cultural, materializado no casario, nas igrejas e em outras construções do século XVIII. No Brasil, a cidade é um dos principais destinos de estrangeiros (BRASIL, 2014) e está entre os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, segundo análise realizada desde 2008 pelo Ministério do Turismo, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) nacional e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) (ÍNDICE..., 2014).

Quando se pensa o lazer nessa cidade, fica em evidência, ou em um primeiro plano, uma preocupação com o turismo, devido à necessidade de fortalecer e desenvolver o turismo local, conseqüentemente de atender a demandas dos turistas. Todavia, vários instrumentos legais da política

urbana local, como a Lei Orgânica do Município (OURO PRETO, 1990) e o Plano Diretor (OURO PRETO, 2006), estabelecem regras e normas que dizem sobre a oferta e o usufruto do lazer na cidade, priorizando a população local, e tentam garantir direitos básicos dos indivíduos quando a pauta é o lazer e a cidade.

Considerando o âmbito do lazer, ao se pensar o desenvolvimento urbano de uma cidade, vários fatores podem ser observados, como a oferta e a distribuição de equipamentos comunitários, entre os quais estão os equipamentos de lazer; a gestão democrática, a participação e o acompanhamento em programas e projetos; e os cuidados com o meio ambiente natural e construído, como proteção, preservação e recuperação dos diversos atrativos e equipamentos da cidade (BRASIL, 2009).

Pretendendo trazer contribuições para o planejamento urbano de Ouro Preto, tecemos considerações, neste trabalho,¹ sobre a localização e a distribuição dos equipamentos de lazer, priorizando a avaliação dos ambientes de forma objetiva, com a meta de favorecer a melhoria do planejamento, da organização, do desenvolvimento, do usufruto e da fruição do espaço urbano.

Nos últimos anos, houve um aumento no número de estudos que avaliam o ambiente por meio de medidas objetivas. O uso de ferramentas tecnológicas, como o Sistema de Informação Geográfica (SIG), é considerado superior em relação à avaliação perceptiva, pois permite a obtenção detalhada de informações acerca das oportunidades e disponibilidades existentes nas diferentes regiões de uma cidade que podem favorecer a vivência do lazer e do esporte/atividade física (AUTRAN *et al.*, 2012).

A percepção que um indivíduo tem sobre as oportunidades para a vivência de lazer na sua vizinhança pode divergir da informação objetiva sobre o que realmente existe. Tais diferenças podem estar relacionadas com o próprio indivíduo, por exemplo, um indivíduo motivado para a prática desportiva pode perceber mais oportunidades de prática na sua vizinhança do que um indivíduo menos motivado (PRINS *et al.*, 2009).

Considerando que a disponibilidade de equipamentos de lazer pode atuar como um facilitador para a mudança de comportamento em relação às vivências de lazer e esporte/atividade física (AUTRAN *et al.*, 2012),

medidas objetivas do ambiente construído, como o estudo da localização e da disponibilidade dos equipamentos de lazer através do SIG, podem ser úteis para a população de Ouro Preto, que utiliza a cidade em suas várias funções sociais (BRASIL, 2009); para turistas e visitantes, que conhecem a cidade ou a ela retornam mobilizados por interesses diversos, principalmente o seu conjunto arquitetônico, cultural e artístico, mas também pelas festas, religiosas e profanas, e outros eventos (ÍNDICE..., 2014) que a cidade realiza e recebe, especialmente quando pensamos na cidade-cenário; bem como para gestores do setor público, mas também do privado, que, a partir de ações dos poderes Legislativo e Executivo, estabelecem e implantam princípios norteadores das políticas públicas de lazer, bem como viabilizam programas e projetos que perpassam não só a construção, a manutenção e a preservação de equipamentos, mas também a dinamização dos usos desses locais, por meio do planejamento e da realização de intervenções, em parceria ou não com as comunidades.

O geoprocessamento constitui um conjunto de métodos e técnicas destinados à coleta, ao tratamento, à representação e à análise de dados espacialmente localizados (RODRIGUES, 1993), que auxiliam no planejamento e na tomada de decisões que necessitem de análise espacial ou geográfica (POLIDORO; BARROS, 2010). A análise geográfica pode ser realizada em qualquer área que demande a compreensão do espaço, podendo ser utilizada em diversas áreas do conhecimento – como saúde, planejamento urbano e rural, transporte – e também em empresas, para organizar a distribuição de seus produtos, entre outras inúmeras possibilidades (POLIDORO; BARROS, 2010).

No âmbito dos estudos sobre as temáticas lazer, espaço urbano e políticas públicas, o uso da técnica de geoprocessamento permite, por exemplo, a localização e a quantificação dos equipamentos, favorecendo a gestão do lazer, uma vez que contribui e auxilia na definição de prioridades, na compreensão das relações entre espaços cheios e vazios, na melhoria e na otimização dos equipamentos de lazer, e, conseqüentemente, na reorganização e no planejamento do espaço urbano.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, com uma grande carência de informações adequadas para a tomada de decisões sobre os problemas urbanos, o geoprocessamento apresenta um enorme potencial,

principalmente se baseado em tecnologias de custo relativamente baixo, em que o conhecimento seja adquirido localmente (CÂMARA; DAVIS, 2001).

Nesse contexto, este capítulo tem por objetivo apresentar, por meio da técnica de geoprocessamento, a localização geográfica e a análise de equipamentos de lazer da cidade de Ouro Preto, possibilitando, uma melhor compreensão do espaço urbano e de sua ocupação, na perspectiva do lazer. Pretende também suscitar intervenções no espaço urbano que possam qualificar o lazer na cidade, fomentando nos indivíduos e gestores a percepção de oportunidades existentes e de outras possíveis de serem viabilizadas para a vivência do lazer na cidade.

Materiais e métodos

Os equipamentos de lazer apresentados neste capítulo foram inventariados e divulgados em tabelas em Rosa (2013), sendo destacadas as seguintes variáveis: região, número de equipamentos por região, localização (periférica e central), interesses culturais atendidos e utilização do equipamento por pessoas de outros bairros. Com base nesse inventário, este trabalho considerou as características de diferentes tipos de equipamentos de lazer e armazenou os dados em camadas e arquivos computacionais diferentes. O termo “camadas” é utilizado no SIG e caracteriza-se como uma maneira de organizar dados, separando-os de acordo com o interesse do estudo (BRASIL, 2006).

O agrupamento dos equipamentos em camadas foi realizado a partir de alguns critérios estabelecidos previamente no início do trabalho e durante a sistematização dos dados. Inicialmente foi feita uma divisão dos equipamentos por afinidade, como clubes e associações, capelas e igrejas; também foi respeitado o tipo de equipamento, como equipamentos culturais (DIAS, 2011), geralmente associados ao interesse artístico do lazer. Finalmente, equipamentos com várias instalações e instrumentos ou que atendem a vários interesses do lazer foram desmembrados, como a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que consta como um equipamento ou instituição, todavia apresenta várias instalações que compõem

um complexo, como piscina, ginásio, concha acústica etc. Tal desmembramento possibilitou a quantificação e a localização mais detalhada dos diferentes equipamentos de lazer na cidade de Ouro Preto,² por meio da técnica de geoprocessamento.

Em algumas situações, porém, essa junção não pôde ser respeitada. Alguns equipamentos, como teatro, museu, biblioteca e cinema, classificados como equipamentos culturais, foram separados. Isso ocorreu porque foram consideradas características da cidade, como o número maior ou menor de um ou outro desses equipamentos.

Levando em conta os critérios anteriormente explicitados, foram definidas nove camadas: 1) Centro de artes e convenções, cinemas e teatros, bibliotecas; 2) Museus; 3) Igrejas e capelas; 4) Piscinas, academias e pista de skate; 5) Campos, quadras e ginásios; 6) Clubes e associações, instituições e espaços; 7) Parquinhos, mirantes, coretos e pontes; 8) Praças; 9) Parques e cachoeiras. A partir da definição das camadas foram confeccionados nove mapas.

Segundo Brasil (2006), um mapa é uma imagem formada pela sobreposição de camadas de temas. Os mapas não estão prontos, como é o caso dos que são em papel. Portanto, são necessárias camadas para compor esses mapas.

A produção das imagens foi realizada a partir da digitalização dos pontos correspondentes aos equipamentos de lazer no software Google Earth Pro, por pesquisadores que conheciam a localização de tais equipamentos. Posteriormente, esses pontos foram exportados no formato KML e convertidos para o formato LYR no software ArcGIS, versão 10.1. A base de dados de bairros utilizada foi obtida em Souza e Sobreira (2014). A partir dessa base foram delimitadas as regiões da cidade de Ouro Preto com a ferramenta Dissolve para os bairros que compunham a região. Os mapas finais foram elaborados no ArcGIS 10.1 a partir da sobreposição das camadas de equipamentos de lazer, bairros e regiões, utilizando-se o Sistema de Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000 – Zona 24S.

Como alguns equipamentos de lazer encontram-se muito próximos uns dos outros, algumas vezes ocorreu a sobreposição de pontos no mapa para a escala utilizada. Por essa razão, foi necessário distanciar

manualmente alguns pontos por meio da digitalização em tela, a fim de permitir a visualização de todos. Os mapas que precisaram desse ajuste foram: 1) Centro de artes e convenções, cinemas e teatros, bibliotecas; 2) Museus; 3) Igrejas e capelas; 4) Campos, quadras e ginásios; 5) Piscinas, academias e pista de skate e 6) Clubes e associações, instituições e espaços (Anexo: Fig. 1 a Fig. 6).

Para a identificação dos diferentes equipamentos nos mapas, foram selecionados símbolos representativos para cada grupo de equipamentos, que constituíam as camadas, conforme a sua especificidade.

A partir dos dados registrados no ArGIS e exportados para arquivo de texto (.txt), foi feita uma análise descritiva dos dados no software Microsoft Excel 2007. Foram trabalhados parâmetros para discutir a localização dos equipamentos, buscando informações por região de oportunidade e disponibilidade para a vivência do lazer.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP (CAAE: 0011.0.238.000-10).

Resultados e discussões

Foram identificados 197 equipamentos de lazer na cidade de Ouro Preto. Através da digitalização dos pontos referentes a esses equipamentos, obtidos no software Google Earth Pro, foram construídos nove mapas: 1) Centro de artes e convenções, cinemas e teatros, bibliotecas; 2) Museus; 3) Igrejas e capelas; 4) Campos, quadras e ginásios; 5) Piscinas, academias e pista de skate; 6) Clubes e associações, instituições e espaços; 7) Parquinhos, mirantes, coretos e pontes; 8) Praças; 9) Parques e cachoeiras (Anexo: Fig. 1 a Fig. 9). Esses mapas mostram a espacialização dos equipamentos de lazer em Ouro Preto na perspectiva de um sistema de informações geográficas.

A espacialização mostra de forma objetiva a localização dos equipamentos, possibilitando discutir a sua distribuição na cidade, fator importante para se pensar desigualdades e desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas. Considerando o contexto nacional, essa perspectiva

ganha uma conotação ainda mais relevante, pois se identifica no Brasil uma grande desigualdade na distribuição desses equipamentos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

Contrariamente ao observado neste estudo, um panorama recente dos equipamentos culturais disponíveis nos diversos municípios brasileiros mostra muitas carências: 75% dos municípios não possuem sequer um museu, 89,3% não possuem cinema e 83,6% não possuem teatro. Além disso, dentre os municípios com mais de 20 mil habitantes, apenas 2,5% apresentam uma média de até 6 equipamentos, 13,8% têm de 7 a 12 equipamentos e 13,7% têm de 13 a 18 (IBGE, 2013).

As bibliotecas públicas foram, no período de 1999 a 2012, o principal equipamento cultural existente no Brasil do ponto de vista de seu alcance, apresentando uma tendência à universalização. Em 1999 eram 76,3% os municípios que tinham biblioteca pública, alcançando 97% em 2012. Esse crescimento líquido de 21%, fruto de uma política de governo, traz a reflexão sobre o papel das bibliotecas como potenciais veiculadoras de conteúdos culturais para além dos literários, como incorporação de conteúdos multimídias, utilização de internet e espaço para a criação artística e artesanal (IBGE, 2013). Os dados desta pesquisa mostram que, mais uma vez, de forma privilegiada, 16 bibliotecas estão disponíveis na cidade de Ouro Preto (Anexo: Fig. 1), representando 8% dos equipamentos de lazer (Graf. 1). Resta, no entanto, avaliar as condições das bibliotecas públicas, especialmente aquelas localizadas em regiões periféricas da cidade, como a biblioteca Altina Catarina Conceição Pereira. Preliminarmente, é possível observar que nesse equipamento, localizado no Morro São Sebastião, na região Norte da cidade, o espaço destinado à biblioteca, que é comunitária, é pequeno para a quantidade de estantes e livros, funcionando mais como um local de empréstimo do que como um lugar de permanência. O seu acervo principal é composto por materiais de apoio didático-pedagógico e em pequena quantidade por livros literários. De maneira geral, a biblioteca está em bom estado de conservação, mas o investimento público nesse equipamento é importante para potencializar a sua ação, já que é o único equipamento que atende ao interesse intelectual nessa região.

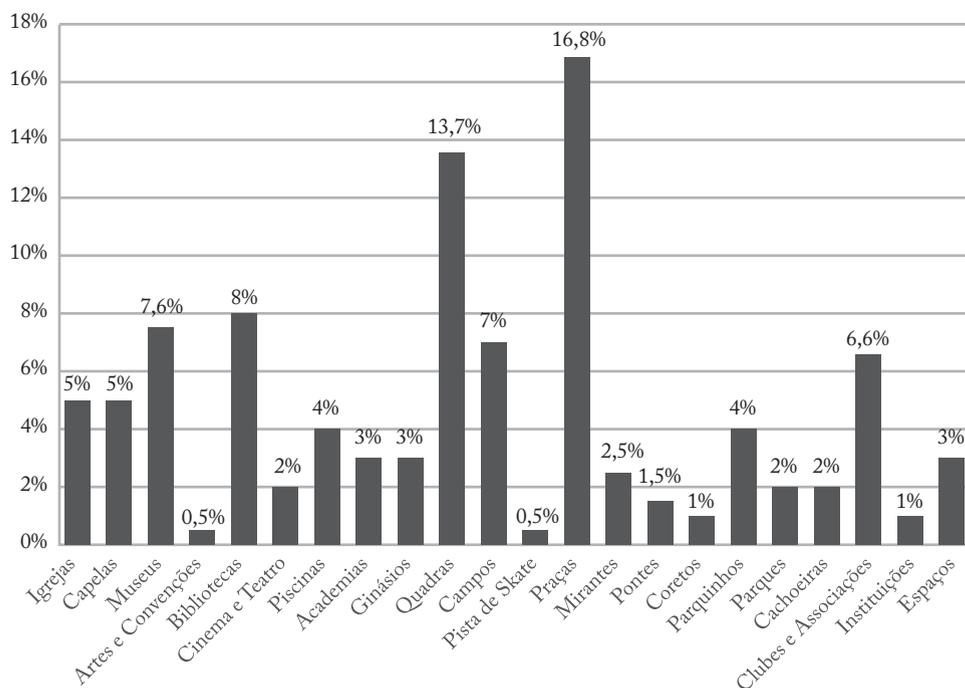


Gráfico 1 - Equipamentos de lazer em Ouro Preto, 2015

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados (Graf. 1) confirmam o potencial da cidade em relação aos atrativos turísticos, corroborando o Índice de Competitividade do Turismo Nacional (2014),³ que nessa dimensão analisa as seguintes variáveis: atrativos naturais, como os parques, com destaque para o Parque Estadual do Itacolomi, pela sua estrutura e seu estado de conservação; atrativos culturais, como museus e igrejas, destacando-se o Museu da Inconfidência e a Igreja de São Francisco de Assis; eventos programados, como o Carnaval; e realizações técnicas, científicas ou artísticas, destacando-se o Museu de Ciência e Técnica de Mineralogia da UFOP.

No que tange aos atrativos turísticos, Ouro Preto apresenta um índice de 75,1% (ÍNDICE..., 2014), estando acima da média nacional e da média do grupo das não capitais, o que reforça os dados desta pesquisa

mostrados no mapa dos museus e no das igrejas e capelas (Anexo: Fig. 2 e Fig. 3). Todavia, o Gráfico 1 revela, para além dos equipamentos utilizados predominantemente para o turismo e que também são usufruídos, mesmo que pouco, pela população, o potencial que a cidade tem para o desenvolvimento e a vivência do lazer pela população local.

Os outros equipamentos, para além dos turísticos, como quadras, campos, ginásios, praças, bibliotecas, piscinas, parques e parquinhos, somam 81,4% dos equipamentos da cidade, mostrando as muitas oportunidades que a população tem para o lazer. Porém, quantidade não quer dizer qualidade, sendo esse um indicativo importante para os gestores. Por exemplo, apesar de existirem 33 praças na cidade, poucas têm instalações ou infraestrutura para a vivência do lazer, como parquinhos; bancos; áreas destinadas à realização de alongamentos, exercícios e ginásticas; iluminação adequada. Além disso, muitas funcionam apenas como espaço de circulação, especialmente de automóveis, perdendo uma de suas principais características, que é ser um espaço de sociabilidade e encontro, aberto para a apreciação da natureza e para manifestações da vida urbana e comunitária (VIERO; BARBOSA FILHO, 2009; ANGELIS *et al.*, 2005). Portanto, são necessárias intervenções para a reorganização de suas estruturas, bem como de seus usos, uma vez que são espaços urbanos essenciais para a constituição de uma cidade sustentável, para a vivência do lazer. Quanto à distribuição, todas as regiões possuem praças (Anexo: Fig. 8), todavia há uma concentração na região central da cidade, o que mostra uma má distribuição e a necessidade de melhorar o planejamento urbano.

Já os equipamentos que atendem ao interesse físico esportivo, ou seja, os destinados para a prática de exercícios físicos, como caminhadas, corridas, jogos e esportes, são numerosos, somando pelo menos 33,2%. Podemos acrescentar ainda a esse valor a maioria dos clubes e associações, uma vez que essa camada agrupa instituições de natureza diversa que apresentam equipamentos destinados à prática de esportes, como a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ouro Preto (ACEOP) e a Associação Atlética Aluminas (AAA). Chama a atenção, ainda, que 34,4% dos municípios no Brasil não tenha esse tipo de equipamento (IBGE, 2013).

Esse dado também é importante, pois uma das metas do Ministério da Saúde, traçada no Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil no período entre 2011 e 2022, é aumentar a prevalência de atividade física no lazer a partir do incentivo às práticas corporais da população brasileira (BRASIL, 2011). Todavia, são raros os equipamentos em Ouro Preto que possuem programas e/ou projetos ou contam com a ação de animadores culturais, sendo um ponto a ser focado na qualificação da utilização desses equipamentos.

Quanto à localização, ela é relevante para a análise da distribuição dos equipamentos que atendem a esse interesse do lazer, o físico esportivo. Por exemplo, os campos, quadras e ginásios (Anexo: Fig. 4); as piscinas, academias e pista de skate (Anexo: Fig. 5); e os clubes e associações (Anexo: Fig. 6) concentram-se em três regiões da cidade, Central, Sul e Sudoeste, ficando as outras com um número reduzido de equipamentos.

Na cidade, os parques, que também atendem ao interesse físico esportivo, mas não só, podem ser um ponto-chave para democratizar possibilidades de lazer nessa esfera, uma vez que, além de possuírem áreas verdes, têm boa infraestrutura, com quadras, trilhas etc., e localizam-se próximo a áreas urbanas, como as regiões Nordeste, Norte e Sudeste, isso quando não estão localizados no Centro da cidade, onde há grande circulação de pessoas, como ocorre com o Parque Horto dos Contos. As oportunidades já existentes para vivenciar o lazer nesses locais reclamam iniciativas para que esses equipamentos façam parte de ações abrangentes para a promoção da saúde na cidade. Nesse sentido, o incentivo ao uso desses equipamentos deve ser uma meta importante no âmbito da gestão pública.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os preços altos e a distância estão entre os grandes fatores responsáveis pela percepção do indivíduo de que o acesso às atividades culturais e de lazer é difícil (IPEA, 2010). O fato é que a carência de serviços e políticas públicas integradas reforça a visão do lazer somente como prática de atividades prazerosas, destituídas da dimensão contestadora, crítica, propositiva e inventiva, que compreende as pessoas e os coletivos como produtores de cultura e intervém de modo a garantir protagonistas, e não meros espectadores da vida (MARCELLINO, 2002).

Nesse sentido, considerando a grande disponibilidade e diversidade de equipamentos de lazer na cidade de Ouro Preto, sugere-se que as diversas secretarias, como as de Esportes e Lazer; Cultura e Patrimônio; Turismo, Indústria e Comércio; Planejamento e Gestão; e Saúde estabeleçam parcerias para o desenvolvimento de ações relativas ao lazer para a comunidade, ainda pouco priorizadas. Esse fato também é indicado pelo estudo sobre os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, que, ao analisar a dimensão das políticas públicas, aponta “a ausência de projetos desenvolvidos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, no último ano (com exceção da organização dos eventos locais)” (ÍNDICE..., 2014, p. 27).

Considerações finais

Uma das maiores dificuldades nos estudos que utilizam a técnica de geoprocessamento, investigando de maneira objetiva aspectos referentes ao ambiente construído, é a disponibilidade dos dados baseados no SIG (HINO *et al.*, 2012). Neste estudo, uma restrita base de informações geográficas estava disponível para a construção dos mapas – tendo de ser usado o método de digitalização em tela –, o que pode estar relacionado a diferentes fatores, como a tímida evolução do planejamento urbano na cidade de Ouro Preto, pelas características particulares de uma cidade patrimônio, e o desenvolvimento de informações nessa área.

Além disso, houve um grande desafio em relação à tomada de decisão sobre a melhor forma de apresentar os dados georreferenciados e desenvolver o domínio de questões referentes ao uso de ferramentas e métodos usualmente empregados na área de urbanismo, porém pouco aplicados no contexto dos estudos do lazer.

No campo da gestão de políticas públicas, as informações disponibilizadas na forma de números podem e precisam ser aproveitadas para aprimorar a gestão das políticas de lazer em municípios e cidades (BRASIL, 2010). A maior contribuição deste trabalho é justamente trazer à tona diagnósticos e dados, até o momento não disponíveis, sobre a realidade espacial dos equipamentos de lazer na cidade de Ouro Preto.

O panorama de estatísticas, indicadores, gráficos e mapas apresentados torna evidentes tanto o potencial para vivências de lazer na cidade quanto as carências e necessidades locais. Os dados disponibilizados neste estudo possibilitam traçar caminhos e buscar instrumentos para consolidar políticas públicas que possam sanar tais tendências. Trata-se de um precioso instrumento para injetar maior objetividade e racionalidade na gestão pública, já que, sem indicadores, faltam parâmetros para criar, acompanhar e avaliar o impacto das ações e políticas municipais.

Obviamente, há ainda lacunas, entre elas, a ausência de uma análise detalhada desses equipamentos, considerando indicadores qualitativos, aqui apresentados de forma breve, mas que serão mais bem explorados em futuras publicações. No entanto, avalia-se que somente o conhecimento e a disponibilização de informações relacionadas à localização geográfica desses equipamentos já são úteis à gestão pública.

O mapeamento desses equipamentos e a definição dos interesses culturais a que atendem são um importante instrumento cartográfico que pode auxiliar no planejamento e na intensificação de ações, como construção, possibilitando medidas pontuais para a melhoria do lazer da população local, bem como de turistas e visitantes.

Notas

- ¹ Ketlen Cristina Torres de Faria colaborou neste capítulo com a conferência de alguns pontos de equipamentos de lazer para digitalização no software Google Earth Pro.
- ² Esse desmembramento, que buscou um maior detalhamento, alterou o número de equipamentos de lazer mapeados inicialmente em Rosa (2013). Alguns capítulos deste livro mantiveram como referência, em suas análises, o mapeamento publicado anteriormente, em 2013.
- ³ O Índice de Competitividade do Turismo Nacional tem por objetivo, além de conhecer e entender a realidade das cidades turísticas, buscar fornecer subsídios para o planejamento e a formulação de políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento dos destinos turísticos contemplados no estudo (ÍNDICE..., 2014).

Referências

- ANGELIS, B. L. D. *et al.* Praças: história, usos e funções. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2005.
- AUTRAN, R. G. *et al.* A associação entre a proximidade a equipamentos desportivos e a prática de atividade desportiva em adolescentes de 13 anos de idade do município do Porto, Portugal. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 549-558, mar. 2012.
- BRASIL. *Estatuto da cidade*: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e legislação correlata. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura em números*: anuário de estatísticas culturais. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: <<http://www.marketing-cultural.com.br/115/pdf/cultura-em-numeros-2010.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. *Abordagens espaciais em Saúde Pública*. Série B: textos básicos em saúde. Série: Capacitação e atualização em geoprocessamento em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/serie_geoproc_vol_1.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. *Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Brasil é eleito melhor destino turístico entre países emergentes*. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2014/11/brasil-e-eleito-melhor-destino-turistico-entre-paises-emergentes>>. Acesso em: 8 nov. 2014.
- CÂMARA, G.; DAVIS, C. Introdução. In: CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. *Introdução à ciência da geoinformação*. São José dos Campos: INPE, 2001. p. 1-5. Disponível em: <<http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2015.
- DIAS, C. *Em favor do cotidiano: lazer e políticas culturais em Goiânia*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.
- HINO, A. A. F. *et al.* Projeto ESPAÇOS de Curitiba, Brasil: aplicabilidade de métodos mistos de pesquisa e informações georreferenciadas em estudos sobre atividade física e ambiente construído. *Revista Panamericana de Salud Publica*, v. 32, n. 3, p. 226-233, 2012.

ÍNDICE de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. Ouro Preto, 2014. Disponível em: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/uploads/porta1_turismo_op_2014/arquivos/ouro-preto-relatorioanalitico2014-1.pdf>. Acesso em: 1 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de informações básicas municipais*: perfil dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/munic2012.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Sistema de indicadores de percepção social*: cultura. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/SIPS/101117_sips_cultura.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer*: uma introdução. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

OURO PRETO. *Lei Complementar nº 29*, de 28 de dezembro de 2006. Estabelece o Plano Diretor do município de Ouro Preto, MG. Ouro Preto: Câmara Municipal, 2006.

OURO PRETO. *Lei orgânica do município de Ouro Preto*. Ouro Preto: Câmara Municipal, 1990.

POLIDORO, M.; BARROS, M. V. F. Utilização de geotecnologias no suporte à gestão de políticas públicas municipais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Seção Três Lagoas (MS), ano 7, n. 11, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/atlasrml/publicacoes/periodicos/4.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2015.

PRINS, R. G. *et al.* Objective and Perceived Availability of Physical Activity Opportunities: Differences in Associations with Physical Activity Behavior Among Urban Adolescents. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 2009. Disponível em: <<http://www.ijbnpa.org/content/6/1/70>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

RODRIGUES, M. Geoprocessamento: um retrato atual. *Revista Fator GIS*, Curitiba, ano 1, n. 2, p. 20-23, 1993.

ROSA, M. C. (Org.). *Lazer em Ouro Preto e Mariana*: espaços e equipamentos. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013.

SOUZA, L. A.; SOBREIRA, F. G. *Guia para elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais*: estudo de caso de Ouro Preto – 2013. 2014. Disponível em: <http://www.abge.org.br/uploads/imgfck/file/GUIA_APTIDAO_A_URBANIZACAO_SOUZA_E_SOBREIRA_2014.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

VIERO, V. C.; BARBOSA FILHO, L. C. Praças públicas: origem, conceitos e funções. In: JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO, 2009, Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT1511201011414.pdf>>. Acesso: 10 set. 2015.

Ketlen Cristina Torres de Faria
Jaqueline de Oliveira Santana
Maria Cristina Rosa

Equipamentos de lazer da
cidade de Ouro Preto
contribuições para a elaboração
de políticas públicas

Introdução

O lazer pode ter um importante papel no processo de valorização e preservação do patrimônio histórico, social, ambiental, cultural, formal, técnico ou afetivo, de forma a contribuir, efetivamente, para uma vivência mais rica e prazerosa da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos; estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos; além de preservar a identidade dos locais e aumentar o potencial turístico das cidades (MARCELLINO, 2002). Nessa perspectiva, é importante considerar “as cidades como patrimônios coletivos, ou seja, que se assuma a defesa do que modernamente vem sendo chamado de patrimônio ambiental urbano” (MARCELLINO *et al.*, 2007, p. 19).

No cotidiano, para a maioria das pessoas, o espaço da cidade configura-se como o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver e é onde a produção cultural pode ser devidamente estimulada e veiculada, atingindo um maior número de indivíduos (MARCELLINO *et al.*, 2007).

A partir da consideração do lazer como direito social relacionado à qualidade de vida nas cidades, o lazer vem ganhando importância nas

últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação. Entretanto, esse reconhecimento não vem sendo acompanhado pela ação do poder público com o estabelecimento de políticas setoriais na área, devidamente articuladas com outras esferas de atuação, vinculadas com as iniciativas espontâneas da população e com parcerias junto à iniciativa privada (MARCELLINO *et al.*, 2007). Além disso, no que tange ao tema lazer e cidade, quando se destacam espaços, equipamentos e infraestrutura pública que podem contribuir no incentivo às práticas de lazer nos espaços urbanos, verifica-se a ampla necessidade de melhor gestão e planejamento.

Pensar a cidade como espaço múltiplo de lazer leva-nos a refletir sobre as inúmeras dificuldades no cenário urbano (BAHIA; FIGUEIREDO, 2008), pois o processo acelerado da urbanização não foi acompanhado de um desenvolvimento da infraestrutura compatível ao aumento do contingente populacional, resultando em dimensões espaciais urbanas desorganizadas, com grande diferenciação entre as áreas centrais, concentradoras de benefícios, e as áreas periféricas, verdadeiros depósitos de habitações (MARCELLINO, 2002).

Nas cidades brasileiras, nem todos têm a possibilidade de acesso a equipamentos de lazer, seja por falta de condições econômicas, o que limita o próprio acesso aos equipamentos, seja por deficiência no planejamento e desenvolvimento de uma política de animação cultural para os equipamentos existentes e de uma democratização cultural. Além disso, observa-se um visível descaso do poder público em reconhecer o lazer como elemento primordial de bem-estar da população, sendo passível a investimentos cada vez menores nos orçamentos públicos e ficando atrás de necessidades consideradas principais, como saúde, saneamento, educação e trabalho. Assim, nem sempre se entende que lazer e cultura são tão importantes quanto qualquer outra reivindicação e mesmo que podem ocupar importante papel no alcance daquilo que é considerado “necessário” (MELO; PERES, 2003, p. 2).

Uma política pública, de qualquer setor, depende em primeiro lugar de informações qualificadas, fidedignas e detalhadas a respeito do objeto sobre o qual atua (LEAL, 2011). Nessa perspectiva, a Política Nacional do Esporte e do Lazer propõe a realização do diagnóstico da estrutura esportiva e de lazer das cidades e sugere ações articuladas entre os diversos

níveis da administração pública e/ou em parceria com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para a construção, modernização, revitalização, preservação, otimização e maximização de espaços e equipamentos para a vivência do esporte e do lazer com segurança e qualidade, visando aos interesses e às necessidades da população (BRASIL, 2006).

Pesquisas que estudam os equipamentos de lazer em cidades interiores são raras na literatura (ROSA, 2013). Ainda mais raras são as que investigam as cidades que têm como atrativo principal o turismo. A realização de estudos de mapeamento e análise de espaços e equipamentos de lazer articulados às perspectivas de desenvolvimento de políticas públicas, embora seja uma tendência crescente na realidade brasileira, ainda necessita de ampliações (MENDES *et al.*, 2013). Uma importante iniciativa refere-se ao incentivo do Ministério do Esporte, por meio do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede Cedes), aos diversos grupos e instituições que têm como área de estudos o lazer. Essas iniciativas buscam fomentar o desenvolvimento de pesquisas, maximizar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico nas áreas da gestão do esporte recreativo e do lazer, e divulgar resultados de estudos realizados através de publicações financiadas pelo Ministério do Esporte, entre outros meios.

Marcellino *et al.* (2007, p. 10) afirmam que “é fundamental entender todo o processo de planejamento, construção, administração e animação dos equipamentos para que, com isso, possa se implantar, de forma mais adequada, uma política de democratização cultural”. Apenas a disponibilidade de equipamentos não garante a vivência do lazer, sendo necessário um planejamento que, além de otimizar o uso desses locais, incentive o acesso de um maior número de pessoas que zelem pela sua conservação (ALLEN, 2011). Marcellino, Barbosa e Mariano (2006) chamam a atenção para a relação que se estabelece entre público usuário, profissionais e equipamentos públicos de esporte e lazer nos estudos sobre os equipamentos de lazer.

Uma análise da situação dos equipamentos de lazer, do comportamento e da participação dos usuários, e do trabalho desenvolvido pelos profissionais nos equipamentos pode orientar melhor as políticas públicas na área e, através da percepção da realidade vivenciada pelos sujeitos, possibilitar a democratização do lazer.

O objetivo deste estudo foi analisar os equipamentos de lazer da cidade de Ouro Preto (MG), abordando principalmente aspectos relacionados às condições estruturais dos equipamentos, como localização e infraestrutura; aos usos e aos públicos atendidos; e aos profissionais que trabalham nesses locais, buscando contribuir para o planejamento e a formulação de políticas públicas de lazer da cidade, bem como de políticas intersetoriais e de planejamento urbano do município.

Metodologia

Esta pesquisa é do tipo quali-quantitativa, observacional, com enfoque descritivo. A amostra foi composta por todos os dados referentes aos equipamentos de lazer da cidade de Ouro Preto apresentados no estudo “Lazer e esporte em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos”, cujo mapeamento foi publicado por Rosa (2013). A coleta de dados ocorreu no período de junho de 2010 a outubro de 2011; a conferência e a atualização dos dados de alguns equipamentos foram realizadas entre janeiro de 2013 e janeiro de 2014.

No presente trabalho foram utilizados dados do Roteiro de Observação (RO), especialmente informações relativas às estruturas dos equipamentos de lazer, ao público e à forma como este utiliza os locais, bem como aos profissionais que atuam nesses equipamentos.

Foi feita uma análise descritiva dos dados coletados por meio do RO. Para isso foram criadas três categorias: equipamentos de lazer, público usuário e profissionais. Na categoria equipamentos de lazer foram consideradas as variáveis: tipo (público, privado, misto), entrada (acesso gratuito, pago), localização, equipamento (específico, não específico, espaço), estado de conservação, manutenção, infraestrutura e instalações. Na categoria público usuário, as variáveis foram: público atendido, utilização dos equipamentos, envolvimento da comunidade com as atividades realizadas e com os equipamentos de lazer. E na categoria profissionais foram utilizadas as variáveis: presença de animador socio-cultural, ações desenvolvidas pelo animador e frequência das atividades.

Os dados quantitativos foram analisados no Pacote Estatístico Stata 10.0 (Stata Corporation, College Station, Texas). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (CAAE: 0011.0.238.000-10).

Resultados

A cidade de Ouro Preto possui 38 bairros, distribuídos em 9 regiões. A relação das regiões com os respectivos bairros pode ser vista a seguir:

Quadro 1 - Distribuição dos bairros de Ouro Preto por região (2010-2011)

Região	Bairros
Região Norte	Morro São Sebastião, São Francisco
Região Sul	Morro do Cruzeiro, Bairro da Lagoa, Vila Itacolomi, Novo Horizonte
Região Leste	Nossa Senhora da Piedade, Alto da Cruz, Padre Faria, Taquaral, Vitorino Dias
Região Oeste	Jardim Alvorada, Loteamento, Nossa Senhora de Lurdes, Cabeças, Passa-Dez de Baixo
Região Central	Centro, Barra, Antônio Dias, Nossa Senhora do Pilar, Vila São José, Nossa Senhora do Rosário, Vila Aparecida, Nossa Senhora das Dores
Região Nordeste	Morro da Queimada, Morro Santana, Morro São João
Região Noroeste	São Cristóvão, Água Limpa, Passa-Dez de Cima, Vila Pereira
Região Sudeste	Nossa Senhora do Carmo (Pocinho), Santa Cruz
Região Sudoeste	Lagoa, Saramenha, Saramenha de Cima, Vila dos Engenheiros, Tavares

Fonte: ROSA, 2013.

Foram identificados um total de 129 equipamentos de lazer em toda a cidade (ROSA, 2013). Dentre eles destacaram-se quadras, praças, clubes, museus, parques, bibliotecas, mirantes, academias, campos de futebol, minas, cinema, teatro, pontes, sede de clubes de futebol, escolas de dança, a UFOP e lugares onde são realizados shows.

Na categoria equipamentos de lazer, no que se refere aos tipos de equipamento identificados na cidade, observou-se que 77% são públicos, 19% são privados e 4% são mistos.

Em relação ao acesso aos equipamentos, em 75% deles a entrada é gratuita, e em 7,5%, é paga. Há equipamentos em que a entrada é paga, mas em dias específicos da semana o acesso é gratuito para moradores da cidade (7,5%). Em 10% dos equipamentos é concedido desconto para públicos específicos, como estudantes e idosos.

Na região Central, que agrupa 8 bairros (Centro, Barra, Antônio Dias, Nossa Senhora do Pilar, Vila São José, Nossa Senhora do Rosário, Vila Aparecida, Nossa Senhora das Dores) foram identificados 46 equipamentos de lazer. Já nas demais regiões da cidade, que agrupam 30 bairros, foram identificados 63 equipamentos. A maior parte dos equipamentos está localizada próximo de habitações e de áreas verdes: árvores, gramados, plantações e montanhas.

Em Ouro Preto, 85% dos equipamentos são específicos de lazer, e 15% deles não são específicos. Quanto à conservação, observou-se que aproximadamente 50% dos equipamentos encontram-se em bom ou ótimo estado de conservação. Outros dados são mostrados no Gráfico 1.

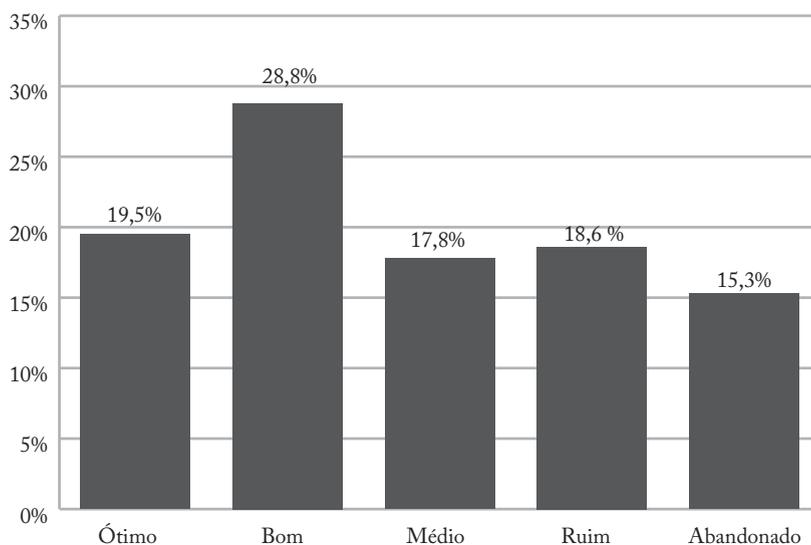


Gráfico 1 - Estado de conservação dos equipamentos de lazer de Ouro Preto, 2013

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à manutenção, em 43% dos equipamentos ela é realizada pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP), em 12% os responsáveis por essa atividade são moradores locais, e em 1% são associações de moradores. Em aproximadamente 40% dos equipamentos os responsáveis pela manutenção são proprietários ou responsáveis pelos equipamentos, empresas terceirizadas, o Governo Federal e instituições de ensino públicas, como a UFOP e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), além de igrejas e outras instituições. Em 4% dos equipamentos mapeados não há manutenção.

Dados relativos à infraestrutura e às instalações dos equipamentos de lazer são apresentados no Gráfico 2:

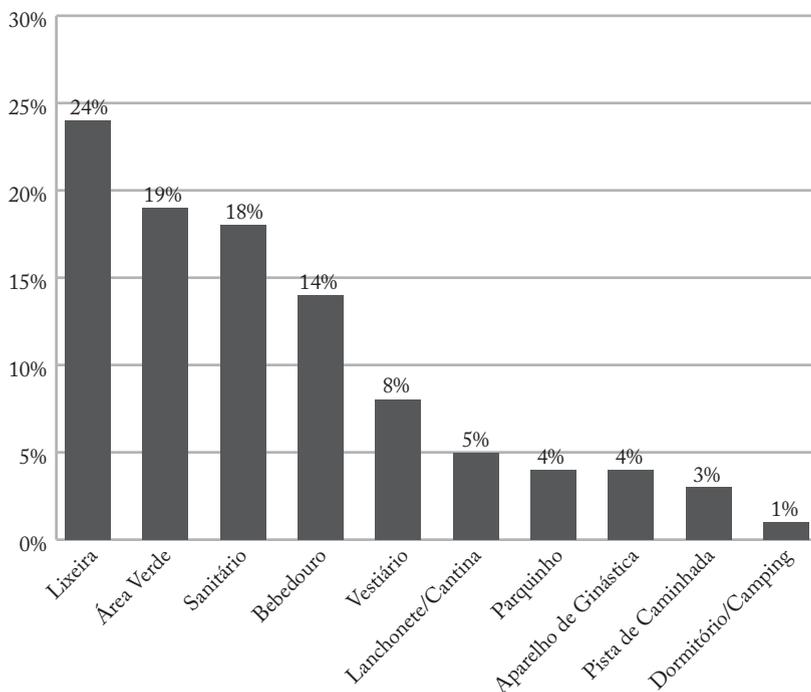


Gráfico 2 - Infraestrutura dos equipamentos de lazer em Ouro Preto, 2013

Fonte: Dados da pesquisa.

As infraestruturas predominantes nos equipamentos de lazer são lixeiras e áreas verdes. Dormitórios e área de camping foram os menos encontrados, constando apenas em um equipamento de lazer da cidade, o Parque Estadual do Itacolomi, que está localizado na região Sul do município.

Na categoria público usuário, observou-se que os equipamentos de lazer são utilizados por um público diversificado, sendo a maioria jovem. Chama a atenção o número reduzido de idosos e pessoas com deficiência nos locais, aproximadamente 10% e 1%, respectivamente.

Entre as formas de utilização dos equipamentos pela população destacaram-se convívio social (27%), prática de atividade física/esporte (25%), contemplação do espaço/equipamento (17%), atividade educativa, show e evento (12%), e jogo e brincadeira (8%).

A maioria dos usuários dos equipamentos (92%) mostrou-se muito envolvida com eles. As formas de relação do público usuário com os equipamentos são apresentadas no Gráfico 3:

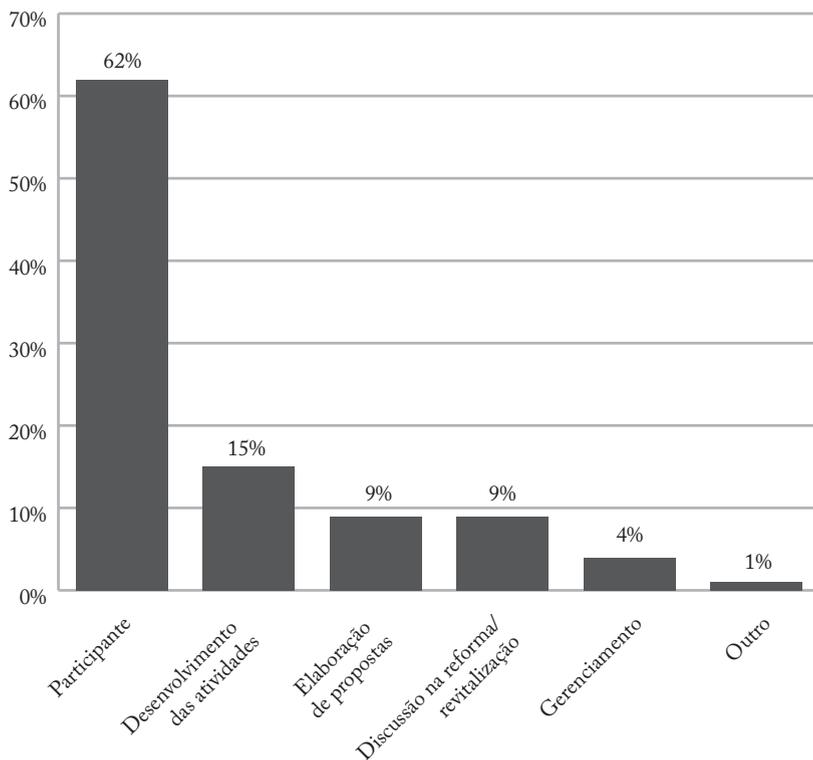


Gráfico 3 - Envolvimento da comunidade com os equipamentos de lazer em Ouro Preto, 2013

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à presença de animadores culturais nos equipamentos de lazer, a maioria (78%) não conta com a existência e o trabalho de um animador cultural para desenvolver ações na área do lazer. Quando há a presença de um profissional, as atividades por eles desenvolvidas ocorrem predominantemente nos dias de semana. Poucos equipamentos têm a presença de um animador cultural nos finais de semana (aproximadamente 5%) e/ou nas férias escolares (menos de 1%).

Foi observado que entre as ações desenvolvidas pelos animadores, as principais são monitorar visitantes; realizar shows; acompanhar escolares em visitas orientadas; planejar e ministrar oficinas e palestras, como ocorre em museus e bibliotecas, onde os animadores culturais são responsáveis por ministrar palestras sobre determinadas obras ou exposições e/ou realizar oficinas voltadas principalmente para os interesses artístico e manual do lazer.

Discussão

Na cidade de Ouro Preto, a maioria dos equipamentos de lazer (77%) tem o poder público como o seu principal agente organizador e financiador, sendo administrada pelo Estado, na sua esfera municipal, estadual ou federal. Entre os equipamentos gerenciados pela iniciativa privada (19%) estão principalmente minas e museus, que, na maioria das vezes, são frequentados mais por turistas do que pela população local. Estudos realizados no município de Goiânia também apontaram que a maioria dos equipamentos culturais de lazer (54%) são públicos, e os parques da cidade são os que mais contribuem para essa predominância (DIAS, 2011).

As áreas de propriedade pública destinadas ao lazer podem incorporar áreas de esporte, parques, áreas verdes e terrenos destinados à recreação, conforme a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU, 1998). No presente estudo, a maioria dos equipamentos de lazer públicos identificados são praças, quadras e campos de futebol. Apesar de existir um razoável número desses equipamentos, o que é um bom indicativo, muitas quadras e praças têm problemas de manutenção das instalações, ficando evidente a falta de investimento por parte do poder público na preservação e conservação desses equipamentos. Isso ocorre principalmente nos equipamentos localizados fora do roteiro turístico da cidade, que compreende especialmente o Centro Histórico, localizado na região Central. Essa situação se mantém ao longo dos anos, não sendo prioridade o cuidado nem o desenvolvimento de projetos de lazer nesses equipamentos, localizados em diferentes regiões e bairros da cidade, para moradores do município, o que poderia estimular a percepção da cidade pela população local como um atrativo, a partir do lazer (MARCELLINO *et al.*, 2007).

Pesquisas que investigaram a distribuição dos equipamentos de lazer apontam um desequilíbrio entre o centro e a periferia, corroborando os resultados do presente estudo. Na cidade do Rio de Janeiro, três regiões (Centro, Botafogo e Lagoa) concentram mais da metade de todos os equipamentos culturais da cidade (MELO; PERES *et al.*, 2005). Em Goiânia, a localização geográfica dos equipamentos obedece a critérios de poder financeiro e prestígio social, sendo a região Central a que reúne 45% de todos os equipamentos culturais (bibliotecas, centros culturais, teatros, museus, cinemas e parques) mapeados na cidade (DIAS, 2011). Em Belém, uma pesquisa também aponta que há uma maior quantidade de equipamentos de lazer no centro urbano e que vários equipamentos criados estão concentrados em áreas nobres da cidade, ficando, assim, parques e áreas de lazer das regiões periféricas com infraestrutura precária (BAHIA; FIGUEIREDO, 2008).

A forma de distribuição dos equipamentos de lazer pode ser um obstáculo ao acesso ao lazer, uma vez que a concentração desses equipamentos nos centros das cidades pode diminuir as oportunidades dos moradores da periferia e, assim, influenciar no envolvimento destes em determinadas atividades (SANTANA; FARIA; ROSA, 2013).

A existência de equipamentos de lazer próximos às residências favorece o uso pela população e cria mais oportunidades de vivências do lazer, uma vez que não é necessário deslocamento para outras áreas da cidade e não há gastos com transporte. Os equipamentos construídos longe das moradias causam nos indivíduos um sentimento de não pertencimento, levando à sua impopularidade e, conseqüentemente, sua subutilização (RECHIA; BETRÁN, 2010). Nesse sentido, “a distância física que separa o cidadão do equipamento cultural é um aspecto importante das barreiras à sua efetiva possibilidade de acesso à cultura” (DIAS, 2011, p. 94).

Observou-se que os equipamentos de lazer localizados na região Central da cidade, que abrange o Centro Histórico, são os mais conservados. Já as regiões afastadas, como a Sudeste, a Sudoeste e a Sul, ficam em desvantagem, uma vez que há poucos equipamentos de lazer nelas, e a maioria deles apresenta estrutura precária.

Grande parte dos equipamentos de lazer de Ouro Preto está localizada próximo a áreas verdes, o que é um fator positivo. Segundo Lima *et al.* (1994, p. 12), áreas verdes são aqueles locais onde “há predomínio de vegetação arbórea, englobando praças, jardins públicos e parques urbanos”. Vários estudos, como os de Cohen *et al.* (2006; 2010) e Fraga *et al.* (2009), associam o lazer ao ar livre à melhora na saúde e na qualidade de vida. Segundo o *Glossário temático: promoção da saúde* do Ministério da Saúde:

(...) o lazer é uma prioridade nas cidades consideradas sustentáveis, que têm preocupação em oferecer qualidade de vida para as pessoas que nela circulam, moram e habitam, sendo que os equipamentos de lazer contribuem para que haja oportunidades múltiplas de diversão e convívio social (BRASIL, 2012, p. 43).

Nesse sentido, é preciso desenvolver políticas públicas que priorizem o acesso ao lazer na busca de se efetivar um direito social dos cidadãos. No caso de Ouro Preto, ressalta-se a necessidade de cuidados e manutenção dos equipamentos de lazer da cidade, muitas vezes abandonados pela gestão pública, o que não favorece os possíveis benefícios proporcionados por eles. Ademais, é preciso romper com o senso comum de que o lazer está relacionado somente ao descanso e ao divertimento, deixando de lado, muitas vezes, os valores de desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 2010).

Embora quase metade dos equipamentos de lazer de Ouro Preto tenham sido classificados, em relação ao estado de conservação, como bons ou ótimos, a outra metade abarca equipamentos que estão em estado médio, ruim ou abandonado, evidenciando a necessidade de investimentos e iniciativas que visem a melhorias nas instalações, bem como à revitalização.

No que se refere à responsabilidade pela administração e manutenção dos equipamentos, conforme dados da pesquisa realizada por Rosa (2013), moradores afirmam que determinados equipamentos do município foram construídos pela Prefeitura e repassados aos cuidados da comunidade, de forma que associações de moradores são responsáveis pela conservação e preservação dos locais. No entanto, devido a conflitos políticos, quando há mudança de prefeito na cidade, muitas associações

abandonam o compromisso assumido, e a Prefeitura também não se responsabiliza pela conservação e manutenção desses equipamentos, deixando-os abandonados.

Poucos equipamentos de lazer possuem bebedouros, aparelhos de ginástica, sanitários e parquinhos para atendimento à população. Naqueles que contam com algumas instalações, na maioria das vezes elas não estão bem conservadas. Os equipamentos possuem principalmente lixeiras e áreas verdes, no entanto a área verde geralmente não é bem cuidada, havendo praças, campos e jardins com muito mato e bichos, o que traz riscos à população, bem como aos turistas e visitantes. Muitas lixeiras estão destruídas devido a atos de depreciação do patrimônio público cometidos pelos próprios usuários, e também pelo desgaste natural, ocasionado pelas condições climáticas diversas.

Esse resultado concorda com o estudo de Mendes *et al.* (2010), no qual foi constatado um número restrito de banheiros públicos na praia de Atalaia, em Aracaju (SE), infraestrutura inadequada para a permanência dos usuários no local. Além disso, se uma das principais formas de utilização dos equipamentos de lazer da cidade de Ouro Preto é o convívio social, faz-se necessário criar condições que favoreçam encontros, sociabilidades e permanência dos usuários nos locais, para uma vivência mais humanizada da cidade (MARCELLINO *et al.*, 2007).

A falta de infraestrutura e instalações adequadas pode influenciar negativamente no uso do equipamento, na frequência e no tempo de permanência dos indivíduos nos locais. Segundo Marcellino (2010), a preocupação do usuário com a preservação dos equipamentos de lazer será diferenciada se houver maior aproximação do público com o local. Dessa forma, a valorização pelo uso e pela contemplação evidenciará a relação da comunidade com os próprios equipamentos.

No que se refere ao público usuário, os equipamentos de lazer são frequentados por pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, com destaque para os jovens. Embora o lazer seja um direito de todos, pode-se observar que são escassos os locais públicos que garantem a inclusão de pessoas em diferentes fases da vida, especialmente dos idosos. Alguns projetos de ginástica e esporte para grupos da terceira idade são desenvolvidos

na cidade, mas a frequência ainda é pequena. Há grupos organizados que promovem ações diversificadas para pessoas a eles associadas. Uma estratégia importante para ampliar o acesso desse público aos equipamentos de lazer da cidade é estimular a frequência aos equipamentos de lazer, bem como realizar projetos que se adéquem melhor a essa população.

Nos equipamentos de lazer da cidade é rara a presença de pessoas com deficiência, provavelmente pela arquitetura e pelas características geográficas de Ouro Preto, como relevo acidentado e ruas estreitas e muitas vezes escorregadias, o que não favorece a circulação e o acesso desse público à cidade, bem como aos equipamentos de lazer. Muller (2002) afirma que é necessário, no processo de construção dos equipamentos, observar a redução das barreiras arquitetônicas, uma vez que estas impossibilitam os idosos e as pessoas com deficiência de utilizar esses locais. Na maioria dos equipamentos não há rampas, corrimãos, áreas apropriadas para circulação de cadeiras de rodas e comunicação sonora, visual e tátil, o que restringe e impede a utilização desses ambientes que deveriam proporcionar a inclusão. Além disso, entre os poucos projetos de lazer desenvolvidos nesses equipamentos, nenhum é voltado para esse público.

Em relação à forma de envolvimento da população com os equipamentos de lazer, observou-se que a principal é como participante, ou seja, a maioria faz uso dos locais e vivencia as atividades de lazer, quando oferecidas. Poucas pessoas contribuem ou se aproximam de assuntos concernentes à gestão, como desenvolvimento e planejamento do lazer, bem como de discussões sobre reforma ou revitalização dos equipamentos de lazer.

Rechia (2009) menciona que as pessoas devem ter o cuidado de não considerar que cabe somente ao poder público a proposição de oportunidades de lazer e esporte. A comunidade deve estar preparada para ter autonomia para escolher e conduzir experiências nesses âmbitos. A participação da comunidade deve ser estimulada, colocando os indivíduos no centro das decisões e incentivando-os a participarem não somente como consumidores dos programas de lazer (BRITO, 2007), mas também como autores e organizadores.

O presente estudo revelou que há poucos equipamentos de lazer que possuem um animador cultural. Esse profissional é

todo aquele que realiza ações no plano da cultura, no tempo livre dos indivíduos, seja para estimulá-los à produção de bens culturais, seja para ampliar a sua participação na apropriação desses bens, tendo como motivação básica tanto o prazer de dedicar-se a algo com que se identifica fortemente, quanto valores pessoais que conferem à cultura papel importante para o desenvolvimento das pessoas, dos grupos, das comunidades e da sociedade em geral (MARCELLINO, 1995, p. 33).

Na cidade de Ouro Preto geralmente esses animadores trabalham em locais com entrada paga, como museus, clubes e academias, ou em eventos que ocorrem durante o ano, especialmente no Carnaval e no Festival de Inverno da cidade. Além do reduzido número de equipamentos que contam com a presença desse profissional, há ainda uma carência de profissionais qualificados nos equipamentos de lazer, principalmente nas quadras e praças públicas da cidade, o que é um problema a ser enfrentado, uma vez que um quarto dos usuários dos equipamentos de lazer os utilizam para a prática de atividade física/esporte, sendo essas atividades a segunda em ordem de utilização.

Esses resultados corroboram o estudo de Brito (2007), que verificou na cidade de Piracicaba a falta de profissionais nos equipamentos específicos de lazer e que, exceto em dias de competições ou festivais, a maioria dos profissionais da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras não trabalha em feriados nem nos finais de semana, períodos com maior circulação de pessoas nos equipamentos de lazer.

Segundo Brito (2007), em vários equipamentos acontecem imposições de determinadas programações e horários, definidos em função da disponibilidade dos animadores, sem que o público-alvo seja consultado. A esse respeito, ressalta-se que a frequência das atividades deve ocorrer de acordo com os projetos desenvolvidos e com as demandas populacionais, e não somente a partir da disponibilidade do profissional. Ademais, o espaço público deve permitir a livre apropriação pela comunidade, não

devendo haver imposição de um modelo preestabelecido pelos animadores socioculturais (SOUSA, 2008).

É importante que os municípios assumam a responsabilidade pelo planejamento e pela realização de programas e projetos de lazer, considerando: as necessidades das comunidades; as diversas faixas etárias, sem discriminação de qualquer espécie (FEIX, 2009); e a contratação de profissional qualificado para atuação na área. Profissionais esses que precisam buscar melhorar a atuação no campo do trabalho, realizar cursos profissionalizantes e “ser capazes de construir, junto com os sujeitos envolvidos na ação pedagógica, vivências significativas teórico-práticas sobre o lazer” (WERNECK, 2000, p. 143).

Melo (2006, p. 64) afirma:

O profissional deve atuar em três frentes interligadas: Cultural, no sentido de promover e dinamizar a cultura, por meio de atividades; Social, desenvolvendo a participação, o associativismo e o desenvolvimento comunitário; e, Educativa, formação permanente e educação para e pelo lazer.

Dessa forma, o profissional, as iniciativas pública e privada e a participação popular são componentes importantes para pensar as políticas públicas de lazer da cidade.

Considerações finais

Os equipamentos de lazer são importantes locais de encontro e de convívio. Através desse convívio pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados e conservados para o lazer são um direito e são indispensáveis para uma vida melhor para todos. Assim, vale a pena cobrar para que o poder público se responsabilize por esse setor, mas é preciso que a comunidade assuma também sua parcela de responsabilidade nessa cogestão (MULLER, 2002, p. 25).

A cidade de Ouro Preto apresenta bom número de equipamentos de lazer, no entanto há uma concentração maior na região Central do município, o que gera desigualdade na sua distribuição. Por isso é necessário melhorar a disposição dos equipamentos, além de realizar políticas públicas de lazer que sejam capazes de envolver mais a comunidade como um todo, incentivando o uso qualificado dos equipamentos.

A Prefeitura é responsável pela conservação de grande parte dos equipamentos de lazer da cidade que apresentam necessidade de melhorias na infraestrutura, principalmente aqueles localizados em áreas afastadas do Centro da cidade.

Os dados apresentados sobre as condições estruturais dos equipamentos da cidade, bem como sobre o público atendido, as formas de usos e os profissionais que trabalham nesses locais, podem contribuir com a gestão e a administração pública na medida em que fornecem informações sobre as condições e apropriações dos equipamentos. Por isso fomentam a discussão, o desenvolvimento e a potencialização das políticas públicas de lazer da cidade, priorizando ações e políticas intersetoriais que considerem as necessidades da população, como a acessibilidade de pessoas com deficiência e de idosos aos equipamentos, democratizando a vivência do lazer e favorecendo uma melhoria na qualidade de vida das pessoas e coletividades.

Estudar como os equipamentos funcionam, foram planejados e são gerenciados, bem como propor novas ações, pode proporcionar uma maior igualdade e melhor democratização de oportunidades entre as distintas classes sociais, nos diversos espaços que compõem a cidade, viabilizando um melhor desenvolvimento social. Ademais, sugere-se como ação prioritária o investimento em profissionais qualificados para o desenvolvimento e a execução de programas e projetos de lazer nos equipamentos existentes, o que poderá oportunizar à população, bem como aos turistas e visitantes, opções variadas e qualificadas de vivência do lazer numa cidade reconhecida pela sua população como patrimônio ambiental urbano.

Referências

- ALLEN, S. M. *Espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer em praia Grande/SP: um olhar sobre a democratização*. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade da Ciência da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2011.
- BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. A privatização do público: áreas verdes e espaços de lazer em Belém/Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO, 2008, Belém. *Anais...* Belém: NAEA, 2008.
- BRASIL. *II Conferência Nacional do Esporte: documento final*. Brasília: Ministério do Esporte, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Glossário temático: promoção da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRITO, G. A. P. *Formação e qualificação para atuação profissional em lazer: o caso da política pública de Piracicaba-SP*. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO. *Manual técnico de projetos*. 1998. Disponível em: <<http://www.cdhu.sp.gov.br/download/manuais-e-cadernos/manual-de-projetos.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- COHEN, D. *et al. Park Use and Physical Activity in a Sample of Public Parks in the City of Los Angeles*. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2006.
- COHEN D. *et al. Parks and Physical Activity: Why Are Some Parks Used more than Others? Preventive Medicine*, n. 50, Supp. 1, p. 9-12, Jan. 2010. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2821457>>. Acesso em: 10 ago. 2014.
- DIAS, C. *Em favor do cotidiano: lazer e políticas culturais em Goiânia*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.
- FRAGA, A. B. *et al. Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos*. 2. ed. Porto Alegre: Genes, 2009.
- FEIX, A. O esporte e lazer da cidade e as fases da vida. In: MARCELLINO, N. C.; ALMEIDA, M. P. (Org.). *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. v. 1. p. 25-40.
- LEAL, M. G. M. *O papel do legislativo na formulação da política de segurança*. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5784>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

- LIMA, A. M. L. P. *et al.* Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994, São Luís. *Anais...* São Luís: [s.n.], 1994. p. 539-553.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MARCELLINO, N. C. *et al.* *Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano: políticas públicas: os casos de Campinas e Piracicaba – SP*. Curitiba: OPUS, 2007.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e patrimônio ambiental urbano. In: LIBERATO, A.; SOARES, A. (Org.). *Políticas públicas de esporte e lazer: novos olhares*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010. p. 114-136.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papirus, 1995.
- MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 65-92.
- MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. *Impulso*, Piracicaba, v. 17, n. 44, p. 55-66, 2006. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/planejamento-de-espacos-e-equipamentos-de-lazer/texto-3-as-cidades-e-os-equipamentos-de-lazer>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- MARCELLINO, N. C. *et al.* *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana*. Curitiba: OPUS, 2007.
- MELO, V. A. Animação cultural. In: GOMES, C. L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 12-14.
- MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- MELO, V. A.; PERES, F. F. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. *Movimento*, v. 11, n. 3, p. 127-151, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2886/1500>>. Acesso em: 26 mar. 2017.
- MELO, V. A.; PERES, F. F. *Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufjf.br/producoes/idac_livro_colombia_2004.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.
- MENDES, D. S. *et al.* A Orla de Atalaia em Aracaju/SE e seus equipamentos de esporte e lazer como problemática de pesquisa: levantamento e discussão dos dados. *Scientia Plena*, v. 9, n. 8, 2013. Disponível em: <<https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/1284/853>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

- MENDES, D. S. *et al.* Projeto orla: análise preliminar dos equipamentos de esporte e lazer da praia de Atalaia em Aracaju/SE. In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 5., 2010, Itajaí. *Anais...* Itajaí: Univali, 2010. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/sulbrasileiro/vcsbce/paper/view/2119>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- MULLER, A. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma ideia. In: MULLER, A.; COSTA, L. P. (Org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 9-40.
- RECHIA, S. Planejamento dos espaços e equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”. In: FRAGA, A. B. *et al.* *Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos*. Porto Alegre: Gênese, 2009. p. 76-88. (Série Esporte, Lazer e Saúde).
- RECHIA, S.; BETRÁN, J. O. Parques urbanos de Barcelona: relação entre usos principais e combinados, a diversidade nas formas de apropriação e a segurança. *Movimento*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 181-202, jul.-set. 2010.
- REQUIXA, R. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- ROSA, M. C. (Org.). *Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013.
- ROSA, M. C.; SILVA, S. C.; SANTANA, J. O. *Lazer em Ouro Preto e Mariana: imagens de espaços e equipamentos*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013. CD-ROM.
- SANTANA, J. O.; FARIA, K. C. T.; ROSA, M. C. Lazer e saúde. In: ROSA, M. C. (Org.). *Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013. p. 137-162.
- SANTINI, R. C. G. *Dimensões do lazer e da recreação*. São Paulo: Angelotti, 1993.
- SOUSA, R. L. Q.; ANTUNES, M. F. S. Os espaços públicos de lazer para a prática esportiva: mapeando a cidade de Uberlândia-MG. In: ENCONTRO INTERNO, 8.; SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 12., 2008, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU, 2008. Disponível em: <<https://ssl4799.websiteseguro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/IC2008-0443.PDF>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- WERNECK, C. L. G. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

Simone do Carmo Silva

Reflexões sobre os fatores que interferem na apropriação dos equipamentos de lazer em Ouro Preto

Introdução

A tricentenária cidade de Ouro Preto, turística por seu conjunto barroco arquitetônico constituído de casarões e igrejas, localiza-se na Serra do Espinhaço, no interior de Minas Gerais. O município possui 12 distritos, os quais não foram inseridos neste estudo sobre o lazer, considerando que “o espaço para o lazer é o espaço urbano” (MARCELLINO, 2006, p. 66).

Afirmam Marcellino, Barbosa e Mariano (2006, p. 97) que a “cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver”. O perímetro urbano de Ouro Preto possui 36 bairros, marcados por ladeiras íngremes formando o cenário típico ouro-pretano. Expressando o sentido de localização geográfica na convivência cotidiana, essas ladeiras caracterizam o uso comum do termo “morro”, indicando bairros periféricos. Essa forma de tratamento entre os moradores da cidade é um traço distintivo que recai também sobre a política econômica e a distribuição dos investimentos financeiros do município destinados à conservação e à preservação do patrimônio público. Ainda que haja essa distinção, neste

capítulo, para indicar a localização por bairros, serão utilizados os termos “região periférica” e “região central”, conforme Rosa (2013).

A região periférica é constituída por 28 bairros, alguns mais antigos, como Morro São Sebastião, Morro Santana, Nossa Senhora da Piedade e Morro da Queimada, e bairros recentemente construídos, como Nossa Senhora de Lourdes, Vila Itacolomi, Morro do Cruzeiro e Saramenha. A região Central é constituída por oito bairros que compõem o Centro Histórico, como Antônio Dias, Centro, Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora do Rosário, entre outros, e bairros próximos, como Água Limpa e São Francisco.

Na cidade, mundialmente famosa por seu inestimável patrimônio histórico-artístico, convivem diariamente turistas, moradores estudantes universitários e moradores. Os turistas, atraídos pela vivência do lazer de interesse artístico, exploram prioritariamente o conjunto arquitetônico barroco e os museus da cidade. Os moradores estudantes universitários e os moradores mantêm relações divergentes na convivência cotidiana com os equipamentos de lazer da cidade. A transitoriedade prevista na convivência entre moradores e estudantes universitários, muitas vezes, não os motiva a usufruir da cidade, além do meio acadêmico das moradias republicanas. Sendo assim, a moradia republicana se torna o principal local de vivência do lazer entre os estudantes universitários. Por outro lado, os moradores, em sua maioria, não compartilham dessa experiência republicana, e suas vivências de lazer são orientadas pela disponibilidade de equipamentos e atividades ofertadas pelos poderes público e privado. Este capítulo atém-se aos moradores da cidade.

Ao serem convidados a participar deste estudo, que discute a apropriação dos equipamentos de lazer em Ouro Preto, os moradores foram unânimes ao considerar a vivência do lazer atrelada à prática esportiva. Esse reducionismo equivocadamente nas respostas é, portanto, merecedor de esclarecimentos mais aprofundados, justificando esta análise. Esse contexto delimita a concepção de lazer dos moradores na cidade de Ouro Preto, em parte dependente das ações das políticas públicas de lazer, afinal, “muita gente faz lazer sem saber que está fazendo. Isso porque, via de regra, o que é chamado de lazer é aquilo veiculado pela mídia como tal” (MARCELLINO, 2006, p. 60). Afinal, o que é lazer, como e onde se manifesta?

O conceito de lazer adotado para este estudo dialoga com as inúmeras relações estabelecidas no âmbito cultural e suas variantes sociais. Assim, o lazer se refere a

uma das dimensões da cultura socialmente construída a partir das ações, do tempo, do espaço/lugar e dos conteúdos culturais vivenciados, ludicamente, pelos sujeitos (...) o lazer implica “produção” de cultura – no sentido da reprodução, construção e transformação de diversos conteúdos culturais usufruídos por parte de pessoas, grupos e instituições. Essas ações são construídas em um tempo/espaço de produção humana; dialogam e sofrem interferências das demais esferas da vida em sociedade, e nos permitem ressignificar, continuamente, a cultura (WERNECK, 2003, p. 37).

Na vivência do lazer manifestam-se os caracteres liberatório, hedonístico, desinteressado e pessoal (DUMAZEDIER, 1979), que orientam as escolhas das atividades e possibilitam ao indivíduo reconhecer sua individualidade. Segundo Dumazedier (1979), são cinco os interesses culturais do lazer: físico, artístico, manual, intelectual e social; posteriormente foram acrescentados o interesse turístico (CAMARGO, 1979) e o interesse virtual (SCHWARTZ, 2003).

Neste estudo faz-se necessário destacar o interesse artístico, pautado na experiência estética suscitada pela obra de arte, visto que a cidade pesquisada tem título mundial de patrimônio histórico-artístico; e o interesse físico, tendo como diretriz o movimento corporal, seja na execução, seja na observação, estando essas atividades “entre as mais procuradas e acessadas nos momentos de lazer, notadamente em razão da influência dos meios de comunicação” (MELO; ALVES JUNIOR, 2003, p. 52).

A manifestação dos interesses culturais pode ocorrer em locais específicos ou não para as atividades de lazer, tratados aqui como equipamentos de lazer. Assim, equipamentos específicos objetivam atender às demandas de atividades e programas de lazer, por exemplo, quadras poliesportivas, galerias de arte e clubes; e equipamentos não específicos decorrem de uma apropriação ou revitalização de uma edificação para atender à vivência do lazer, como casas, igrejas, ruas e museus (REQUIXA, 1980; CAMARGO, 2003; MARCELLINO, 1996).

Amparada pela legislação do município, a Secretaria Municipal de Lazer e Desporto de Ouro Preto efetivou construções e revitalizações de equipamentos de lazer durante todo o período desta pesquisa. Pellegrin (2004, p. 72) afirma que “os equipamentos de lazer fazem parte do desenho da cidade moderna, isto é, são formas urbanas concretas sobre as quais operam forças de ordem econômicas e políticas”. Nesse sentido, as ações das políticas públicas em Ouro Preto, que incidem diretamente sobre a infraestrutura, a manutenção, a preservação e a segurança nos equipamentos específicos de lazer, podem determinar a opção de lazer de seus moradores.

É notável que Ouro Preto, por ser uma cidade patrimônio artístico e cultural, possibilita uma vivência do interesse artístico com muita intensidade. Todavia, pressupõe-se que a apropriação dos equipamentos de lazer dependa dos significados que os moradores lhes atribuem, ou seja, o grau de importância do equipamento para a população; fatores de infraestrutura e planejamento, que orientam essa apropriação; e a autonomia dos indivíduos, que definem as escolhas por tais equipamentos e não outros.

Sendo assim, este capítulo visa compreender a apropriação dos equipamentos de lazer de interesse físico e/ou artístico pelos moradores de Ouro Preto, analisando a infraestrutura, o estado de conservação, o público preferencialmente atendido, o envolvimento da comunidade, a segurança, o uso de outros equipamentos e ações de políticas públicas de lazer na cidade.

Metodologia

Foi adotada a pesquisa qualitativa do tipo exploratório-descritivo e comparativo, subsidiada por procedimentos da pesquisa documental (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Foram utilizados dados da pesquisa “Lazer e esporte em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos”.¹ A coleta de dados teve início em junho de 2010, finalizando em outubro de 2011, e durante todo o ano de 2013 houve atualizações dos dados, com visita *in loco* a alguns equipamentos.

O recorte dos dados obedeceu aos critérios de seleção: equipamento específico; gerência administrativa pública ou privada parceira do poder público; e classificado como de atendimento de interesses culturais do lazer físico e/ou artístico, delimitando a amostra em 54 equipamentos específicos.

Utilizando a categoria localização (região periférica ou região central) e o critério de interesses atendidos, identificaram-se fatores que orientam uma apropriação, ou não, do patrimônio público, como: infraestrutura, estado de conservação, público preferencialmente atendido, envolvimento da comunidade, segurança e uso de outros equipamentos na cidade.

Visando ainda compreender a vivência de lazer dos frequentadores, nas entrevistas foram analisadas as respostas referentes às questões “Como se utiliza o tempo livre?” e “Com qual objetivo?”; e nas entrevistas com os gestores da Secretaria de Esporte e Lazer e da Secretaria de Cultura e Turismo de Ouro Preto foram analisadas as experiências de lazer e as ações desenvolvidas pelo poder público, a fim de apreender os motivos, ou não, do investimento econômico-financeiro nos equipamentos públicos de lazer.

Na Pesquisa Documental foram analisados os documentos legislativo e executivo do município de Ouro Preto: o documento legislativo referente à Lei Orgânica do Município (OURO PRETO, 1999), que dispõe, entre outros temas, sobre a regulamentação do esporte e do lazer na cidade; e o documento executivo referente ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária da Gestão Fiscal do Município,² dos anos 2010 e 2011, que investiga a prestação de contas públicas da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e o repasse financeiro destinado ao Desporto e Lazer e à Cultura, e descreve as despesas efetuadas por esses setores.

A análise e a interpretação do estudo foram direcionadas pela Análise de Conteúdo (MORAES, 1999), na qual os dados coletados foram selecionados, categorizados e tabulados; as entrevistas, transcritas e categorizadas; os documentos fiscais, selecionados e tabulados por ano, e as despesas, sob as categorias esporte e lazer, cultura e turismo; além disso foram selecionadas da legislação municipal as partes referentes ao esporte e ao lazer na cidade.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (CAAE: 0011.0.238.000-10).

Resultados e discussões

Gerenciamento

Identificaram-se 54 equipamentos específicos de lazer gerenciados pelo poder público ou pelo poder privado em parceria com o poder público. Desses equipamentos, 92,6% são gerenciados pelo poder público, estando 74% sob responsabilidade da esfera municipal, como o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e o Estádio Municipal Genival Alves Ramalho (Campo da Barra). Dos 7,4% dos equipamentos privados que possuem parceria com o poder público, 3,7% estão localizados na região periférica: o Instituto Águia de Ouro e o Esporte Cidadania – Fundação Aleijadinho, e 3,7% situam-se na região central, como o Ouro Preto Tênis Clube (OPTC) e o Parque Horto dos Contos.

Quanto ao interesse cultural do lazer atendido, foram reconhecidos 28 equipamentos de interesse físico, como as diversas quadras, campos de futebol e parques infantis encontrados nos diferentes bairros, o estacionamento do Centro de Artes e Convenções, entre outros; 17 equipamentos de interesse artístico, como os diversos museus e adros das igrejas, o Cine Vila Rica, o teatro Casa da Ópera, entre outros; e 9 equipamentos que atendem simultaneamente aos interesses físico e artístico, como o Parque Estadual do Itacolomi – Fazenda São José do Manso, o Parque Horto dos Contos, a Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco (Bolão), entre outros.

Quanto à localização, foram identificados 25 equipamentos na região periférica e 29 na região central. A distribuição de equipamentos de lazer na cidade pode interferir nas escolhas de lazer de sua população.

O mapeamento de equipamentos de lazer de uma cidade evidencia os diversos contrastes urbanos existentes, confirmando “áreas nas quais os equipamentos são abundantes, variados e bem conservados e áreas nas quais eles são raros e mal conservados, áreas de fácil acesso e áreas de difícil acesso, equipamentos superlotados e equipamentos subutilizados” (PELLEGRIN, 2004, p. 72). Em Ouro Preto evidenciou-se, conforme o Gráfico 1, uma distinção de interesses por região e uma centralização de equipamentos de lazer na cidade. Na região periférica, compreendida

por 28 bairros, concentram-se os equipamentos de interesse físico esportivo, e na região central, constituída por 8 bairros, os equipamentos de interesse artístico, principalmente os reconhecidos por seu valor histórico e produtos do mercado turístico.

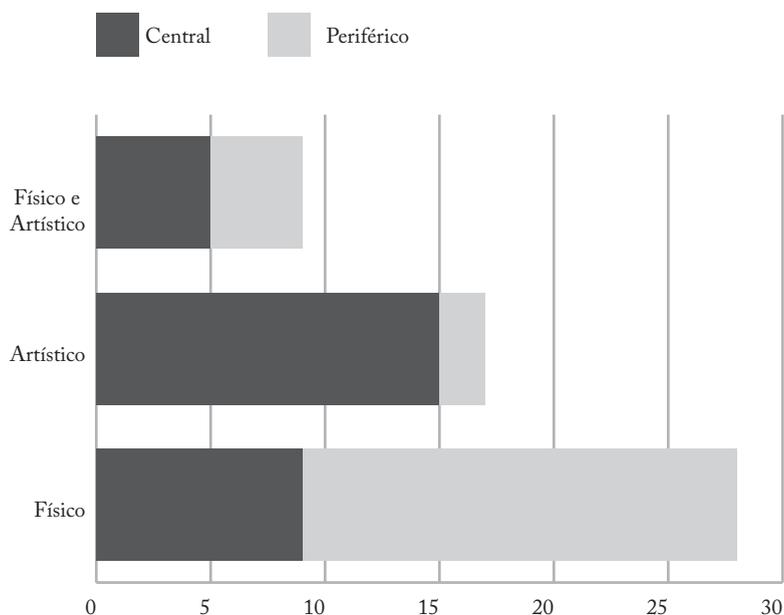


Gráfico 1 - Interesses culturais do lazer

Fonte: ROSA, 2013.

Infraestrutura

O gráfico referente à infraestrutura apresenta elementos que indicam uma apropriação, ou não, do equipamento de lazer pelos moradores. A infraestrutura adequada para o atendimento ao lazer observa a satisfação das necessidades básicas de higiene, com sanitários e lixeiras; a satisfação das necessidades vitais, com bebedouros e lanchonetes; e entretenimento para toda a família, com instalação de parque infantil, assim permitindo uma permanência dos usuários nos equipamentos por período prolongado.

Na região central, os equipamentos possuem infraestrutura melhor que na região periférica, indicando maior investimento econômico nos equipamentos daquela região.

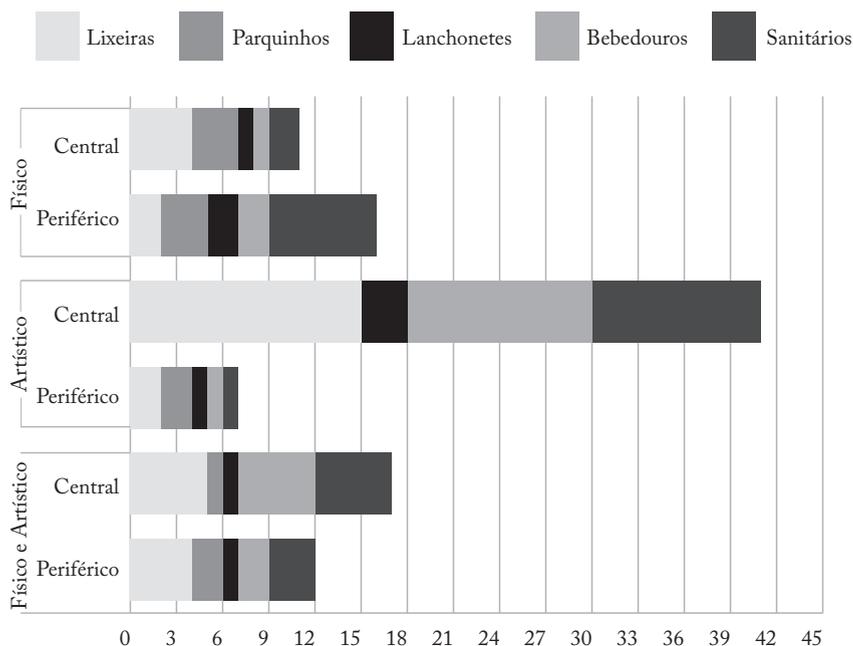


Gráfico 2 - Infraestrutura

Fonte: ROSA, 2013.

Instalações sanitárias e lixeiras são indispensáveis à manutenção da limpeza do ambiente. Ainda que na região central estejam mais disponíveis, não foram encontradas em todos os equipamentos de lazer: apenas 60% dos equipamentos possuem sanitários e 80% possuem lixeiras. Já na região periférica há carência na quantidade, já que menos de 40% dos equipamentos possuem sanitários e menos de 30% possuem lixeiras; e também na qualidade, pois os poucos sanitários existentes apresentam problemas na instalação hidráulica, como vazamento da água e do esgoto com decorrente mau cheiro, vasos sanitários depredados e rede elétrica com defeito. Além disso, em ambas as regiões os banheiros existentes

não atendem às regulamentações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004) para a acessibilidade de deficientes, como portas de entrada com abertura de 90 cm, barras horizontais a 75 cm do chão e espaço suficiente para manobras com a cadeira de rodas.

Constatou-se que a ausência ou o número reduzido de instalações sanitárias, nas precárias condições de saneamento e sem barreiras de acessibilidade, bem como a ausência ou a pouca quantidade de lixeiras contribuem para um mau estado de conservação do equipamento, o que pode dificultar a permanência do usuário ou mesmo influenciar a decisão de determinado público a não se apropriar do equipamento de lazer.

Quanto aos bebedouros, eles estão instalados em 60% dos equipamentos da região central e em menos de 30% dos equipamentos da região periférica. Considerando que nesta região concentra-se a maior parte dos equipamentos de interesse físico esportivo, os bebedouros são de suma importância nesses locais, e sua falta prejudica a permanência de usuários por períodos prolongados nos equipamentos. Os poucos bebedouros existentes também não atendem às especificações da ABNT (2004), como altura máxima do bebedouro de 90 cm e espaço livre sob o bebedouro de 73 cm.

Há uma perda na comodidade e no conforto dos usuários decorrente da ausência do serviço de lanchonete na maioria dos equipamentos. Contudo, essa falta não prejudica a permanência, pois há disponibilidade de bares, mercearias e restaurantes nas proximidades dos equipamentos em ambas as regiões, e em alguns equipamentos de lazer que permitem vivenciar a natureza, como o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas, os usuários levam o próprio lanche.

De acordo com Marcellino (2006, p. 58), é fundamental a disponibilidade de espaço “para o desenvolvimento de uma cultura da criança”, assegurado pela convivência em espaços coletivos. Neste estudo, buscou-se identificar nos equipamentos a instalação de parques infantis, uma vez que eles possibilitam aproximação social e trocas de significados entre as crianças e constituem lugar possível de divertimento em família.

Foram identificados 10 parques infantis, dos quais 5 se encontram em equipamentos da região central: Ouro Preto Tênis Clube, Jardim da Ponte

Seca, estacionamento do Centro de Artes e Convenções da UFOP, Estádio Municipal José Ovídio Fortes e Parquinho da Água Limpa; e 5 em equipamentos da região periférica: Parque Estadual do Itacolomi, Praça Dr. Benedito Xavier, Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco (Bolão), Quadra Poliesportiva São Cristóvão e Complexo do Nossa Senhora das Dores. Esses parques infantis identificados são de responsabilidade exclusiva do poder público, exceto os encontrados no Ouro Preto Tênis Clube, no Parque Estadual do Itacolomi e no estacionamento do Centro de Artes e Convenções da UFOP.

É importante salientar que as condições de uso dos parques sob responsabilidade do poder público oferecem risco à integridade das crianças, pois muitos brinquedos estão estragados, quebrados e até enferrujados. Em alguns casos, há depredação parcial ou total das instalações: na quadra poliesportiva no bairro São Cristóvão, por exemplo, há indícios de que existiu um parque; no Parquinho da Água Limpa, no bairro de mesmo nome, resta apenas um brinquedo; no bairro Morro do Cruzeiro, o parque da Praça Dr. Benedito Xavier está abandonado.

Marcellino (2006, p. 58) afirma que “a carência de espaços, aliada a outros fatores, vem contribuindo para a substituição quase maciça da produção cultural da criança pela produção cultural para a criança, que, por melhor que seja, não tem condições de substituí-la”. Sendo assim, torna-se urgente reavaliar a disponibilidade dos parques infantis na cidade, tomando como diretriz constitutiva a importância do brincar no desenvolvimento cultural da criança.

Envolvimento e realização de ações pela comunidade

A efetiva participação popular qualifica os programas e projetos de lazer no atendimento às necessidades da comunidade. Werle (2010, p. 141), “tomando como ponto de partida ações formativas que visem à valorização da área e da própria participação popular”, sugere a criação de conselhos municipais de esporte e lazer, como mecanismo necessário de participação ativa da população nas decisões das instituições públicas.

Considerando a participação dos membros da comunidade nos equipamentos de lazer, uns mais atuantes que outros, as formas de atuação se distinguem conforme envolvimento nas propostas de elaboração e

desenvolvimento de atividades, discussão de reformas e revitalizações, e gerência nos equipamentos. Observou-se baixíssimo envolvimento da comunidade em ambas as regiões.

Se efetivo, o envolvimento pauta-se principalmente na elaboração de propostas e no desenvolvimento de atividades, independentemente do interesse cultural do lazer do equipamento. Importante salientar que, no período em análise, não havia um calendário regular de atividades especificamente de lazer nesses equipamentos; a elaboração de propostas e o desenvolvimento de atividades, desse modo, obedeciam ao caráter eventual, conforme datas comemorativas.

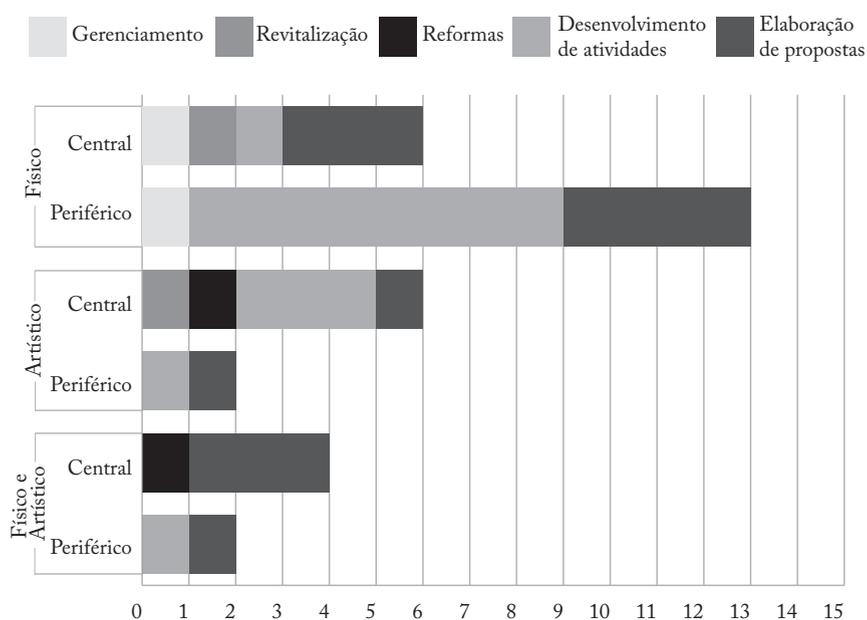


Gráfico 3 - Envioimento da comunidade

Fonte: ROSA, 2013.

A elaboração de propostas de atividades nos equipamentos de interesse físico ocorre em apenas três equipamentos: o Estádio Municipal Genival Alves Ramalho (Campo da Barra) e o Ouro Preto Tênis Clube, no bairro Barra, região central; e Quadra e Campo do Morro São Sebastião, no bairro

de mesmo nome, região periférica. O mesmo ocorre em apenas dois equipamentos de interesse artístico, estando cada um localizado em uma região: o Museu da Inconfidência, no Centro, região central, e a Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco (Bolão), no bairro Cabeças, região periférica.

Em contrapartida, o desenvolvimento de atividades de interesse físico do lazer na região central ocorre apenas no Estádio Municipal Genival Alves Ramalho (Campo da Barra) e é executado por membros da comunidade; enquanto na região periférica acontecem em sete equipamentos, entre eles o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas e a Quadra Poliesportiva do São Cristóvão.

Já nos equipamentos de interesse artístico, o desenvolvimento das atividades por membros da comunidade ocorre em três equipamentos na região central: o Teatro Municipal Casa da Ópera, a Casa Alceu Amoroso Lima – Sede do Grêmio Literário Tristão de Ataíde e o Largo do Coimbra – Feira de Pedra Sabão. Na região periférica ocorre apenas na Praça Vereador Jorge Gonçalves Pedrosa, no bairro Morro do Cruzeiro.

Dos equipamentos que atendem simultaneamente aos interesses físicos e artísticos, em três deles há elaboração de propostas e desenvolvimento de atividades pela comunidade. Na região central, o Centro Acadêmico da Escola de Minas (CAEM), o Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – campus Ouro Preto e o Centro de Artes e Convenções da UFOP; e na região periférica somente a UFOP (Concha Acústica, Centro Desportivo, Praça e Mirante).

Dos equipamentos que mantêm parceria com o poder público, no Ouro Preto Tênis Clube, na região central, e no Instituto Social Águia de Ouro, na região periférica, ambos de interesse físico esportivo, a comunidade local elabora propostas e desenvolve atividades, como aulas de natação e campeonatos de futebol de salão entre bairros, respectivamente.

Esse baixo envolvimento da comunidade nas decisões e ações nos equipamentos de lazer expõe um sentimento de não pertencimento e, conseqüentemente, não apropriação do bem público. Na cidade de Ouro Preto se faz “necessário haver um movimento de conscientização da população de que também é gestora para superar o hábito conformista de esperar as coisas prontas do governo” (WERLE, 2010, p. 138).

Público preferencialmente atendido

O público preferencialmente atendido equivale, neste estudo, ao público que mais se apropriou dos equipamentos durante o período de observação. De acordo com Moro (2011, p. 8), “um espaço público deve considerar a diversidade de seus usuários, garantindo a todos a acessibilidade”, isso porque, salvo em casos de adaptações para pessoas com deficiência ou para o público infantil, não há distinção arquitetônica que caracterize um equipamento para atender preferencialmente à mulher ou ao homem, ainda que as relações de gênero, social e culturalmente significadas, estabeleçam o que se espera de homens e mulheres, inclusive na vivência do lazer. Segundo Silva, Sousa e Sampaio (2012), é comum, na relação entre gênero e lazer, homens buscarem a prática de atividades de interesse físico, e as mulheres, a prática de atividades de cunho artístico e social.

Durante a observação, identificou-se que de fato há maior apropriação de pessoas do sexo masculino – adultos, jovens e crianças – nos equipamentos da região periférica, que atendem prioritariamente ao interesse físico do lazer. Na região central, onde está localizada a maioria dos equipamentos de interesse artístico, é mais frequente a presença de famílias.

A ausência de pessoas com deficiência nos equipamentos de lazer é uma constante na cidade de Ouro Preto (SILVA, 2011), muitas vezes associada ao cenário de suas ruas, constituídas de pedras e ladeiras íngremes, mas, principalmente, decorrente da falta de acessibilidade nos equipamentos. Tal situação contraria a Lei nº 10.098/2000, que dispõe, entre outras normativas, sobre a promoção da acessibilidade de deficientes pela supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e nos espaços públicos (BRASIL, 2000).

O idoso é outro público ausente nos equipamentos de lazer. Algumas possíveis razões são discutidas nos estudos de Dumazedier (1994) e Bruhns (1997), que analisam o tempo livre dos aposentados e a apropriação desse tempo para a vivência do lazer. Em Ouro Preto, a ausência de moradores idosos nos equipamentos de lazer é um fato cotidiano.

Na região central, o público idoso que vivencia o lazer artístico se constitui prioritariamente de turistas, enquanto os moradores idosos,

destituídos de uma educação para o lazer, não se sentem atraídos para a contemplação artística, e muitos não reconhecem o valor desse patrimônio histórico. Na região periférica, acredita-se que a carência de atividades específicas seja o principal fator de ausência desse público.

Schwartz e Dias (2005, [s.p.]) confirmam que “o lazer pode também ser uma forma de além de melhorar os contatos sociais, amenizar problemas sociopsicológicos dos idosos”. Via de regra, tanto na região periférica quanto na central, identificou-se que a oferta de equipamentos de lazer não supre as necessidades sociais, educativas e recreativas desse grupo.

Estado de conservação

Avaliou-se o estado de conservação dos equipamentos com base em quatro itens relativos aos descuidos com o patrimônio público: depredação; presença de animais; lixo no chão; falta de capina. Foi utilizada uma escala hierárquica de percepção subjetiva de péssimo a ótimo para a avaliação dos frequentadores. Esses indicadores de natureza subjetiva correspondem a como as pessoas percebem o equipamento de lazer e sentem ou pensam sobre o valor do patrimônio público, bem como à disponibilidade de recursos humanos, como presença de vigias e pessoal da limpeza, e de componentes materiais, como lixeiras e iluminação, reconhecidos como básicos no contexto social. O grau péssimo corresponde à carência total de recursos humanos e componentes materiais; o grau ótimo corresponde à eficiência dos recursos humanos e dos componentes materiais adequados.

Conforme o Gráfico 4, notou-se um maior investimento na conservação de equipamentos da região central, voltados ao interesse artístico e que atendem prioritariamente ao mercado turístico, em detrimento dos equipamentos de lazer da região periférica, de interesse físico e que atendem prioritariamente aos moradores. Na região periférica, 42% dos equipamentos se encontram em estado precário de conservação. Os equipamentos estão abandonados, em muitos há depredação de parte do patrimônio, muita sujeira, mau cheiro e animais transitando livremente. Embora ofereçam riscos à integridade dos usuários, esses equipamentos são utilizados por moradores locais de baixa renda econômica, principalmente por crianças, que dependem de acompanhante para usufruir de outros equipamentos na cidade.

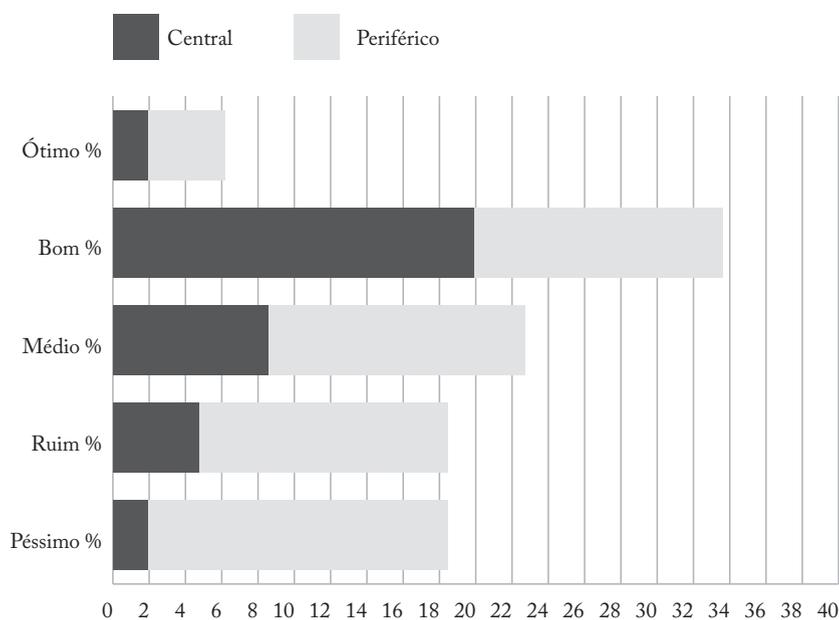


Gráfico 4 - Estado de conservação – frequentadores

Fonte: ROSA, 2013.

Foram observadas nos equipamentos da região central a regularidade da limpeza, a coleta de lixo diária e a capina mensal. Neles não é comum a circulação de animais, e também há maior incentivo à preservação e restauração do patrimônio histórico.

Na região periférica, há regularidade na coleta de lixo, porém apenas oito equipamentos possuem lixeiras disponíveis, e estas ainda não são suficientes para coletar todo o lixo produzido pelos usuários, que acabam descartando-o pelo chão. Não há regularidade na capina, e muitas vezes os próprios moradores, incomodados com a proliferação de animais peçonhentos, realizam mutirão para limpar o terreno dos equipamentos, como acontece na quadra do Morro Santana e no campo de areia de Saramenha.

Há a presença de cachorros, cavalos e galinhas em boa parte dos equipamentos da periferia, um risco de contaminação aos usuários como consequência do contato com resíduos fecais deixados por esses animais.

O patrimônio público da periferia em sua maioria encontra-se em condições bastante precárias, como o Complexo Esportivo do bairro Nossa Senhora das Dores, a Praça de Esporte 7 de Setembro, no Morro Santana, e a Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco (Bolão), no Cabeças, com quadras cheias de buracos, traves e grades enferrujadas, parquinho infantil danificado, mato alto; e em estado deplorável, como o campo de futebol do bairro Passa Dez de Baixo e a quadra do Taquaral, aparentemente abandonados. Na região periférica, evidencia-se essa negligência com o patrimônio público em muitos bairros, seja por parte dos governantes, seja por parte da população, já que alguns usuários descuidam da conservação dos equipamentos, abandonando lixo e entulhos nas suas proximidades, como no campo de areia da Vila Itacolomi e na quadra de terra do Morro Santana.

Para Rodrigues (2005, [s.p.]) “o conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das pessoas e comunidades acerca de seu ‘patrimônio’ são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”. Reconhecer que o bem público é de todos e de cada um particularmente desenvolve o sentimento de pertencimento e posse sobre o equipamento e, conseqüentemente, a apreciação, a valorização e o cuidado. Muito há a fazer pela educação patrimonial, tanto na valorização do bem público da periferia como na democratização do acesso ao bem público turistificado.

Segurança

Os equipamentos de lazer, quando abandonados pelo poder público, acabam descaracterizados de sua finalidade, corroborando a sustentação de práticas, mesmo que veladas, de violência. Segundo Marcellino (2006, p. 60), “a violência e a falta de segurança são apontadas como fatores que impedem a escolha do lazer das pessoas, contribuindo para que fiquem reféns de suas próprias residências”. A segurança está relacionada com a presença de vigias ou vigilância eletrônica, como também com a frequência de assaltos e outros delitos cometidos nos equipamentos. Os frequentadores, utilizando a escala hierárquica de percepção subjetiva que vai de péssimo

a ótimo, avaliaram a segurança nos equipamentos, isto é, se sentem-se seguros no uso deles. A partir do momento em que o usuário percebe o equipamento como sendo seguro para sua permanência, terá mais interesse de frequentar e vivenciar seus momentos de lazer nele.

Conforme apresentado no Gráfico 5, 23,7% dos equipamentos da região central e 23,2% dos equipamentos da região periférica são seguros, na opinião dos usuários e moradores próximos. Todavia, na região periférica, 34,6% dos equipamentos apresentam riscos à segurança dos usuários, em contraste com apenas 12,3% dos equipamentos na região central em situação semelhante, conforme apontado pelos frequentadores.

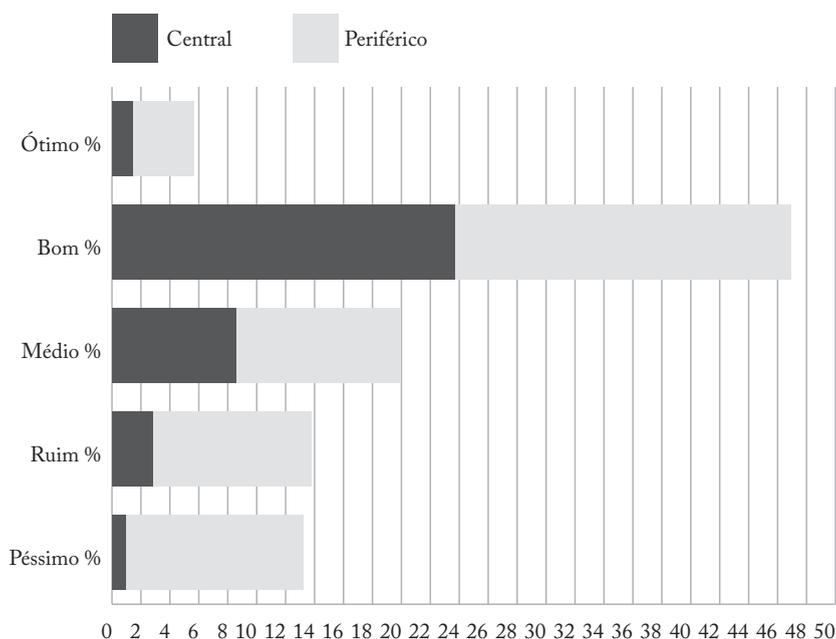


Gráfico 5 - Segurança

Fonte: ROSA, 2013.

O sentimento de segurança, segundo os frequentadores, nos equipamentos da região periférica também está relacionado ao período de uso, apoiado na premissa de que quanto maior a circulação de pessoas no

equipamento, maiores as possibilidades de segurança. Durante a noite, a circulação de pessoas diminui, e como não há vigilância e policiamento no local, nesse período ocorre uma maior incidência de delitos nos equipamentos, que se tornam ponto de encontro de usuários de drogas lícitas e ilícitas. No período diurno, a probabilidade de circulação de pessoas é maior, e os equipamentos são de certo modo monitorados pelos vizinhos. Assim, a convivência entre os moradores auxilia nessa segurança, corroborando Vieira (2010, p. 15), que afirma que “quanto mais os indivíduos saírem da privacidade de suas casas para a convivência com o outro no espaço comum, mais seguro será um local e conseqüentemente maior será a diversidade de usos deste espaço”.

Uso de outros equipamentos de lazer na cidade

O uso de outros equipamentos de lazer na cidade aponta as preferências de equipamento e mesmo de interesse cultural do lazer dos frequentadores. Essa disponibilidade dos frequentadores de sair de suas casas para o exercício do lazer demonstra a importância da vivência do lazer em espaços sociais na vida dos usuários, bem como o grau de satisfação ou não com os equipamentos próximos de suas casas. Como aponta Marcellino (2006, p. 60), quando “se convive diretamente com as pessoas, é possível perceber, claramente, a importância do lazer como busca de significado para as suas vidas”. Essa importância dada à vivência do lazer é um fator que motiva muitos usuários de equipamentos públicos a se deslocarem até outros equipamentos distantes das próprias casas.

Alguns frequentadores dos equipamentos estudados responderam às questões referentes ao uso de outros equipamentos na cidade. Constatou-se que 40% dos usuários dos equipamentos da região periférica frequentam outros equipamentos de mesmo interesse na cidade, enquanto 27% dos usuários dos equipamentos da região central frequentam outros equipamentos de lazer objetivando vivenciar os diferentes interesses culturais do lazer.

A escolha dos frequentadores por utilizar determinado equipamento e não outros passa por inúmeros fatores, muitas vezes emaranhados na

dinâmica sociocultural da cidade. Torna-se imprescindível “verificar o grau de sacralização de que muitas vezes eles [os equipamentos] são revestidos como fator inibidor do seu efetivo uso democrático por parte da população” (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006, p. 64).

O usufruto das construções histórico-artísticas da cidade é um privilégio pouco reconhecido pelos moradores e pouco estimulado pelos gestores, que muitas vezes não compreendem a plenitude do viver a cidade em suas funções de moradia, trabalho, circulação e lazer, além do seu valor turístico:

(...) a população residente dos destinos turísticos, independentemente do tipo de relações que estabeleça com o sistema turístico local, é a verdadeira dona do lugar, visto como seu território de vida, e só por isso merece o status de agente do processo de turistificação dos espaços. Não reconhecê-la como tal, é propor um modelo de desenvolvimento turístico arbitrário, desigual e, principalmente, desumano (FRATUCCI, 2007, p. 1099).

Essa negligência no processo de turistificação da cidade interfere nos significados que os moradores dispensam ao patrimônio artístico. Esse “patrimônio de todos”, tão valorizado, é de certo modo “sacralizado” e, portanto, “não pertence” aos moradores. Em outras palavras, essa não apropriação dos equipamentos de lazer de interesse artístico foi um fator historicamente construído no ideal do “sagrado” que revestiu o patrimônio histórico artístico, marcado por diferenças acentuadas entre a valorização do viver a cidade e simplesmente consumi-la como produto turístico. Isso incide, assim, em uma não vivência desse patrimônio como opção de lazer de interesse artístico pela maioria dos ouro-pretanos.

Faz-se, então, necessário democratizar o acesso ao potencial histórico-cultural e artístico da cidade de modo a promover um processo de sensibilização da comunidade local; “essa medida pode possibilitar um maior aprendizado sobre a própria história da cidade, bem como despertar o seu afeto, fazendo com que o cidadão proteja o seu patrimônio e queira compartilhar com os visitantes essa aura, esse olhar não rotineiro” (MOESCH, 2003, p. 25).

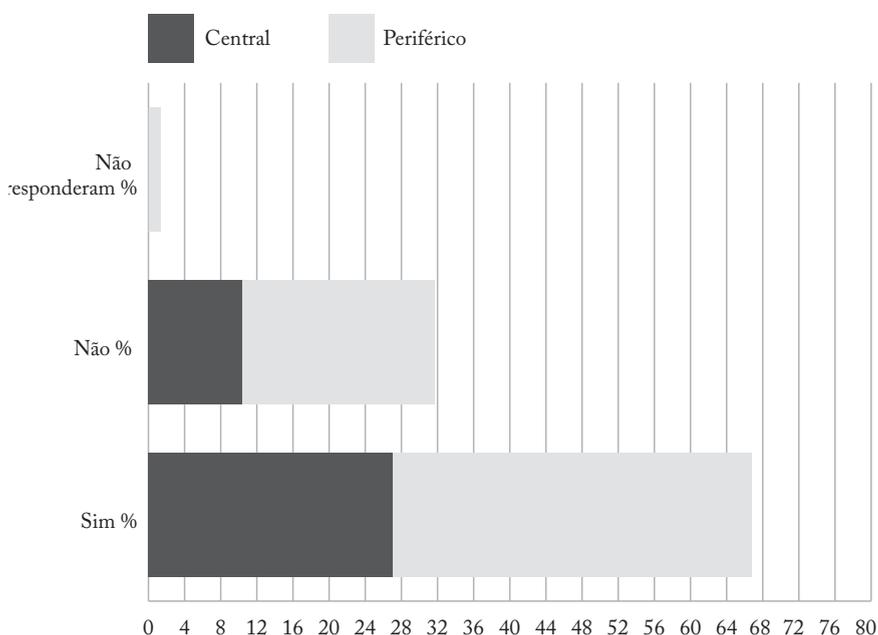


Gráfico 6 - Uso de outro equipamento de lazer na cidade

Fonte: ROSA, 2013.

Frequentadores

Nas entrevistas com os frequentadores foram analisados o uso do tempo livre e seus objetivos. O termo “uso do tempo livre” (DUMAZEDIER, 1994) foi priorizado na tentativa de minimizar a tendência a respostas padronizadas, visto que a compreensão de lazer de muitos moradores está associada às práticas esportivas. No entanto, conforme a constância nas respostas, a prática esportiva e outras atividades corporais, acompanhadas do passeio em família, são as principais atividades no uso do tempo livre, visando, respectivamente, à promoção da saúde, em muitos casos como recomendação médica, e ao fortalecimento de laços afetivos. Televisão e leitura de livros apareceram em poucas respostas com o objetivo de distração em casa; além de cinema e espetáculos de dança, teatro e música, principalmente no período do Festival de Inverno, visando à apreciação

estética; e bares e internet, especialmente na busca do prazer e uma boa alternativa de ocupar o tempo livre.

A organização do tempo em sociedade é marcada por diversos condicionamentos, sobretudo socioeconômicos, que predominam sobre a livre escolha no uso do tempo de lazer, além do que é veiculado pela mídia. Esses condicionamentos incidem sobremaneira na disponibilidade de tempo e nas propostas de atividades para a escolha do equipamento, bem como na preferência do interesse cultural para a decisão de como ocupar esse tempo do lazer. Assim, importa que haja equipamentos e atividades que atendam aos diferentes interesses do lazer; importa a existência de programas e projetos de educação para e pelo lazer, trabalhando a criticidade à mídia e o desenvolvimento da criatividade; importa muito garantir uma autêntica escolha no lazer, expressando o caráter liberatório, hedonístico, desinteressado e pessoal (DUMAZEDIER, 1979) de cada morador no uso do tempo livre.

Gestores

As experiências de lazer dos gestores da Secretaria de Lazer e Esporte e da Secretaria de Cultura e Turismo e as ações desenvolvidas pelo poder público através dessas secretarias foram questões analisadas nas entrevistas, pautadas na hipótese de que a concepção de lazer dos gestores, baseada nas experiências vivenciadas por estes em diferentes momentos de suas vidas, seja no lazer, seja na formação profissional, orienta as decisões e ações de políticas públicas desenvolvidas pelas secretarias sob sua gestão.

Verificou-se que o secretário de Esporte e Lazer vivenciou o esporte como principal prática de lazer e atuou profissionalmente com ações ligadas a organizações esportivas, especificamente com o futebol. O secretário de Cultura e Turismo tem formação acadêmica em Turismo e atuação em turismo sustentável. Apesar de não abordar suas experiências de lazer, o conteúdo de sua fala apresenta a concepção de lazer vinculada à prática esportiva.

As ações desenvolvidas por essas secretarias apresentam dados nada surpreendentes: a Secretaria de Esporte e Lazer prioriza a prática

esportiva de alto rendimento e o esporte comunitário em detrimento das atividades de lazer. Essa “vinculação estreita entre um passado esportivo e a chegada ao cargo” de gestores da Secretaria de Esporte e Lazer de diferentes cidades foi constatada por Linhales *et al.* (2008) e Anchieta (2010). A Secretaria de Cultura e Turismo prioriza o mercado turístico em detrimento das atividades culturais, empreendendo esforços no atendimento de turistas sem agregar os moradores da cidade. Isso confirma a hipótese sobre os gestores, cuja prioridade das decisões é orientada, em partes, pelas suas experiências pessoais/profissionais, negligenciando a diversidade de interesse no lazer e, inclusive, restringindo as demandas da população.

Segundo Drevet (1973 *apud* PIKANÇO, 2011, p. 43), “a exigência de velocidade na tomada de decisão por vezes faz com que o gestor aja quase que intuitivamente tendo aqueles que possuem melhores formações, maiores possibilidades de agir corretamente”. Sendo assim, a formação do gestor de esporte e lazer constitui um importante subsídio às ações de políticas públicas.

Documentos

O *Relatório Padrão do Poder Executivo*, analisado durante o período entre 2010 e 2011, dispõe de informações da administração pública municipal sobre as contas públicas por função.

Na categoria Cultura, o repasse financeiro é distribuído para as funções Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico; difusão cultural; e administração geral. Constatou-se no período analisado, concernente à Secretaria de Cultura e Turismo, que o investimento no Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico é desproporcionalmente maior que o destinado à difusão da cultura. As ações de difusão cultural relacionam-se às atividades de lazer de interesse artístico, como teatro, dança e música. Nota-se, portanto, o privilégio no atendimento às demandas do patrimônio turistificado.

Na categoria Desporto e Lazer, o repasse financeiro é distribuído para as funções desporto de rendimento; desporto comunitário; lazer;

e administração geral. O esporte integra as vivências de lazer, embora aparente independência e sobreposição, sendo classificado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer como: desporto de rendimento – práticas esportivas aliadas a uma federação e participação profissional em competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais; e desporto comunitário – práticas esportivas de cunho social visando à promoção da saúde e de conteúdo educacional. O lazer engloba a recreação em atividades esportivas e práticas corporais, de acordo com a secretaria, restritas ao lazer de interesse físico.

As contas públicas através da Secretaria de Esporte e Lazer destinam um maior investimento em esporte comunitário, objetivando saúde e educação, em detrimento da visão hedonista no esporte ou em outras atividades de lazer. Aliás, a função lazer não recebe repasse financeiro. Verifica-se que o investimento no lazer é restrito à prática esportiva.

A Lei Orgânica do Município (OURO PRETO, 1999), atualizada, dispõe, entre outras regulamentações, sobre o esporte e o lazer na cidade, orientando a implementação dessa lei pela Secretaria de Esporte e Lazer. Constatou-se na Lei Orgânica que a prática esportiva se sobrepõe, como atividade independente, à vivência do lazer na cidade, visto que tal lei determina, no artigo 179, que “o município promoverá, estimulará, orientará e apoiará a prática desportiva e a educação física” por meio de investimentos em equipamentos de lazer, incentivo à prática esportiva e às iniciativas independentes. E adiante, no artigo 180, restringe o lazer às opções de atividades de interesse social, ao estabelecer que “o município apoiará e incentivará o lazer e o reconhecerá como forma de promoção social”, privilegiando os parques, as praças e os jardins como espaço de lazer; e, equivocadamente, à função de circulação na cidade, por meio de ampliação da área de pedestre.

Salienta-se que a prioridade nas atividades esportivas, seja na política de lazer, seja na opção dos gestores, “deixa em evidência uma monocultura que dificulta um incremento da diversidade cultural, que por sua vez poderia também ser um fator de ampliação do público atendido pelos programas e projetos” (LINHALES *et al.*, 2008, p. 42).

Considerações finais

A vivência do lazer em Ouro Preto por parte dos moradores está diretamente relacionada ao interesse atendido, à localização, à infraestrutura e ao estado de conservação dos equipamentos específicos no espaço urbano. Indiretamente interferem fatores intrínsecos à condição socioeconômica, que incidem sobre a segurança e o envolvimento da comunidade nas propostas de lazer e na frequência nos equipamentos; e fatores simbólicos, no que concerne às relações de gênero e às atribuições de valores e significados sobre o patrimônio histórico.

A distribuição de equipamentos de lazer e as ações de políticas públicas das cidades influenciam as opções de lazer dos moradores; contudo, nas decisões sobre as atividades de lazer, prevalecem o interesse cultural e as intenções do indivíduo. Desse modo, faz-se necessário que a produção cultural e a educação para e pelo lazer (MARCELLINO, 1987) sejam devidamente estimuladas e veiculadas, a fim de atrair um público significativo de moradores para viver os diferentes interesses do lazer na cidade.

O interesse físico priorizado pelas políticas públicas e pelas ações da gestão municipal inviabiliza o reconhecimento dos outros interesses culturais do lazer, bem como restringe a vivência coletiva de lazer a determinado público de moradores, principalmente adultos, jovens e crianças do sexo masculino. Nesse caso, a formação profissional continuada dos gestores no campo do lazer, aliada à eficiência na execução de programas e projetos, diversificando os interesses do lazer e com o propósito de educar os moradores para e pelo lazer, seria capaz de possibilitar maior autonomia no uso do tempo livre e significativas vivências no lazer, quiçá até minimizar problemas socioeconômicos da cidade.

A particularidade turística de Ouro Preto demanda a efetivação da educação patrimonial no apoderamento da cidade por seus moradores e a conseqüente valorização e apropriação do patrimônio histórico-artístico também para a vivência de lazer, objetivando diminuir as barreiras de acesso ao lazer originárias das “oportunidades desiguais na apropriação do espaço” (MARCELLINO, 2006, p. 24).

A vivência do lazer independe de condições preestabelecidas das ações de políticas públicas de lazer; ela acontece por ser uma necessidade humana, presente nas funções de desenvolvimento da personalidade, descanso e divertimento (DUMAZEDIER, 1973). A vivência do lazer, em suas várias faces, depende de uma educação patrimonial que permita uma verdadeira apropriação da cidade, afinal, antes de ser um produto turístico, a cidade serve aos seus moradores (FRATUCCI, 2007). A plena vivência do lazer, pela diversidade dos interesses culturais, mantém uma relação de interdependência com ações que objetivem a educação para e pelo lazer na cidade (MARCELLINO, 1987). Assim, otimizar a apropriação dos equipamentos de lazer é promover uma melhoria da vivência e da qualificação positiva das experiências de lazer dos moradores da cidade de Ouro Preto.

Notas

¹ Nessa pesquisa, Ouro Preto foi dividida em 9 regiões, tendo como referência a Rosa dos Ventos. Foram catalogados 129 equipamentos de lazer em todo o perímetro urbano da cidade (ROSA, 2013); houve 211 questionários respondidos por usuários presentes nos equipamentos; 56 entrevistas com usuários presentes nos equipamentos Horto Botânico Vale dos Contos e estacionamento do Centro de Artes e Convenções da UFOP; e entrevista com gestores municipais de alguns equipamentos de lazer (ROSA, 2013).

² Disponível em: <<http://www.ouropreto.mg.gov.br/gestao-financeira>>. Acesso em: 5 set. 2015.

Referências

ANCHIETA, T. *Perfil do gestor desportivo do Amazonas*. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. *Lei nº 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 dez. 2000.

BRUHNS, H. T. *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

- CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CAMARGO, L. O. L. Recreação pública. *Cadernos de Lazer*, São Paulo, n. 4, p. 29-36, 1979.
- DUMAZEDIER, J. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: Studio Nobel; Edições Sesc, 1994.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva; Edições Sesc, 1979.
- FRATUCCI, A. C. Os processos de turistificação do espaço e atuação dos seus agentes produtores. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO EM BASE LOCAL, 10., 2007, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2007. p. 1099-1109.
- LAKATOS E. M.; MARCONI M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LINHALES, M. A *et al.* Esporte e lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas? In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 13-57.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARCELLINO, N. C. *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. *Impulso*, Piracicaba, v. 17, n. 44, p. 55-66, 2006. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/planejamento-de-espacos-e-equipamentos-de-lazer/texto-3-as-cidades-e-os-equipamentos-de-lazer>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- MOESCH, M. Turismo e lazer: conteúdos de uma única questão. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas*. Campinas: Papirus, 2003. p. 19-30.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MORO, L. *Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados às brincadeiras infantis*. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal Paraná, Curitiba, 2011.

- OURO PRETO. *Lei orgânica do município*. Atualizada. Ouro Preto: Câmara Municipal, 1999. Disponível em: <www.cmop.mg.gov.br>. Acesso em: 5 set. 2015.
- PELLEGRIN, A. Equipamentos de lazer. In: GOMES, C. L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 69-73.
- PICANÇO, L. V. *O perfil do gestor desportivo: um estudo nos centros de esporte e lazer da Prefeitura Municipal de Manaus*. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desporto) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.
- REQUIXA, R. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: Edições Sesc, 1980.
- RODRIGUES, R. O. L. A vila de São Vicente: patrimônio cultural submerso: uma missão para a arqueologia subaquática. *Revista Patrimônio: Lazer & Turismo*, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos2309.html?cod=51>>. Acesso em: 6 out. 2015.
- ROSA, M. C. (Org.). *Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos*. Ouro Preto: UFOP, 2013.
- SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual: contemporizando Dumazedier. *Licere*, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p. 23-31, 2003.
- SCHWARTZ, G. M.; DIAS, V. K. O lazer na perspectiva do indivíduo idoso. *Revista Digital Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, año 10, n. 87, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd87/idos.htm>>. Acesso: 4 out. 2015.
- SILVA, J. V. P.; SOUSA, I. R. C.; SAMPAIO, T. M. V. Acesso de meninas e meninos de Ceilândia – DF a espaços específicos de lazer. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 13., 2012, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2012. v. 1.
- SILVA, S. C. *Deficiência física e acessibilidade: um estudo sobre equipamentos de lazer em Ouro Preto*. 2011. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.
- VIEIRA, F. G. L. *Espaços públicos de lazer no centro de Curitiba: a transformação da cidade urbana para cidade humana*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- WERLE, V. Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. *Revista Motriz*, Rio Claro, v. 16, n. 1, p. 135-142, jan.-mar. 2010.
- WERNECK, C. L. G. Recreação e lazer: apontamentos históricos sobre os saberes construídos e possibilidades de encaminhamento no contexto da educação física. In: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F., *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 15-56.

Erick Alan Moreira Ferreira
Maria Cristina Rosa

Intervenções em
equipamentos públicos de
lazer em Ouro Preto
análise acerca das responsabilidades
do poder público

Introdução

Este capítulo¹ visa apresentar uma discussão acerca das obrigações e das responsabilidades da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP) em relação à gestão de equipamentos de lazer público no município, tendo como referência aspectos legais e teóricos que abordam a temática do lazer, em consonância com os estudos no campo da administração pública.

Para melhor compreensão das questões desenvolvidas neste capítulo, faz-se necessário explicitar alguns aspectos teórico-conceituais que caracterizam o atual modelo de gestão do país, implementado em todos os níveis (municipal, estadual e nacional), denominado Administração Pública Gerencial.

Esse modelo gerencial emergiu a partir da reforma da gestão pública brasileira, iniciada no ano de 1995.² O objetivo fundamental dessa reforma foi tornar o Estado mais eficiente, através da racionalização da máquina administrativa, bem como através do aperfeiçoamento na prestação do serviço público, do atendimento aos requisitos de presteza, adequabilidade, perfeição técnica, produtividade e qualidade (BARROSO, 1998).

O modelo de Administração Pública Gerencial inspira-se na administração empresarial, mas mantém uma distinção fundamental, que é a defesa do interesse público. Dessa maneira, busca-se abandonar o caráter autorreferido da administração burocrática,³ voltada exclusivamente aos interesses do aparelho do Estado, para colocar em prática as novas ideias gerenciais, oferecendo à sociedade um serviço público de melhor qualidade, em que todas as atenções sejam centradas nos cidadãos (COUTINHO, 2000).

Diante desse ideário, o Estado deve preconizar ações no sentido de reduzir lacunas que separam demanda social e satisfação coletiva, através da elaboração de políticas públicas com o propósito de maximizar os investimentos no campo social.

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF/1988), no seu artigo 6º, considera direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Especificamente sobre o lazer, é importante destacar que as suas políticas públicas são tratadas no conjunto das políticas sociais “necessárias à concretização da cidadania, pois seu objeto são os direitos sociais” (SANTOS; AMARAL, 2010, p. 2). Nesse sentido, a “cidadania⁴ é entendida como um estatuto que permite ao indivíduo exercer um conjunto de direitos e deveres cívicos, políticos e sociais, que incluem o direito à cidade e à apropriação de todos os seus espaços públicos, com segurança e liberdade” (TSCHOKE; RECHIA, 2012).

Para Marcelino, Barbosa e Mariano (2006), falar numa política de lazer significa discutir sobre a redução da jornada de trabalho, numa perspectiva da reorganização do tempo; inclui também a necessidade de uma política de formação dos profissionais especializados; e, finalmente, uma política de reordenação do solo urbano, incluindo os espaços e equipamentos de lazer.

Corroborando esses autores, Rosa (2013, p. 23) destaca que os equipamentos de lazer devem ser ressaltados “entre os diversos itens essenciais para a elaboração de políticas de lazer”, pois podem transformar e ressignificar a cidade num espaço urbano de qualidade. Políticas públicas de lazer

que abrangem gestão de equipamentos de lazer públicos devem privilegiar, pois, a construção, a manutenção, a programação de atividades, a divulgação, a dessacralização, o incentivo à utilização, a conservação e a revitalização dos equipamentos já existentes (MARCELINO; BARBOSA; MARIANO, 2006).

Os equipamentos de lazer públicos, principal foco desta investigação, inserem-se na concepção dos equipamentos comunitários, que são aqueles dos quais se valerá o poder público para servir à comunidade, que ocupará os lotes criados pelo parcelamento urbano, desempenhando papel de grande importância para a população, devido à possibilidade de promover o equilíbrio social, político, cultural e psicológico (ARFELLI, 2004).

Assim, pensar na gestão dos equipamentos de lazer de uma cidade, na perspectiva das obrigações e das responsabilidades do Estado, é pensar o espaço de dimensão pública como um grande instrumento antiexclusão. Dessa forma, ações como a construção e a manutenção de um equipamento público de lazer devem constituir o eixo fundamental de uma política pública nessa área.

Ouro Preto, é importante destacar, é uma cidade reconhecida, nacional e internacionalmente, devido, principalmente, à importância do seu conjunto histórico-cultural e sua consequente relevância turística,⁵ denotada através do seu tombamento nas três esferas públicas (municipal, estadual e federal); do seu reconhecimento pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Mundial da Humanidade; e, ainda, da sua inserção na classificação do Ministério do Turismo como um dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.⁶

O apelo turístico que Ouro Preto possui reflete na maneira como os equipamentos de lazer são distribuídos na cidade, sendo a parte central a região que concentra a grande parte dos equipamentos culturais, como museus, bibliotecas, teatros, lojas de artesanato, galerias de arte, centros culturais e instituições públicas voltadas à promoção cultural (CIFELLI, 2005).⁷ Não obstante, ampliando o olhar sobre o município, percebe-se a existência de equipamentos destinados a outros interesses do lazer, sobretudo o físico esportivo, que abrangem as atividades físicas, inclusive

os esportes, distribuídos na área central, em bairros do entorno da área central, em bairros periféricos e nos distritos.⁸

Este capítulo tem por objetivo investigar as intervenções realizadas pela PMOP no ano de 2012 em equipamentos públicos de lazer, buscando evidenciar as ações em equipamentos destinados ao interesse físico esportivo.

Estudar os equipamentos públicos de lazer destinados ao usufruto da população local, especialmente os que atendem ao interesse físico esportivo, é relevante, uma vez que a maior parte das pesquisas já realizadas sobre a cidade evidencia apenas os equipamentos turísticos. Além disso, os estudos em relação aos equipamentos comunitários, sobretudo os de lazer, ainda são incipientes, principalmente quando se consideram as obrigações e as responsabilidades do poder público.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho caracteriza-se como pesquisa qualitativa. Segundo Dencker (1998), o método qualitativo é o mais adequado quando se pretende obter um conhecimento mais profundo de casos específicos, permitindo que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. “Em geral, a maioria das pesquisas qualitativas se propõe a preencher lacunas no conhecimento, tendo caráter descritivo ou exploratório” (DENCKER, 1998, p. 98).

Para a realização da investigação, utilizou-se de pesquisa exploratória, através da realização de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica abarcou consultas a dissertações, teses, artigos científicos e livros, cujos temas relacionavam-se à temática do lazer em consonância com os estudos no campo da administração pública.

Já a pesquisa documental, utilizada em diferentes momentos, concomitante e complementarmente à pesquisa bibliográfica, priorizou o mapeamento e a análise de licitações ocorridas no município de Ouro Preto, durante o exercício de 2012, com objetivo de identificar as principais ações realizadas pela PMOP em equipamentos públicos de lazer da cidade que atendem ao interesse físico esportivo.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e os que lhes são correlatos (BRASIL, 1993, [s.p.]).

A Lei nº 8.666 (BRASIL, 1993), que estabelece providências acerca das licitações públicas, em seu artigo 22, estabelece que as licitações públicas dividem-se em cinco modalidades, sendo elas: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso e Leilão.⁹ Neste estudo foram investigadas apenas as modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite, já que as modalidades Concurso e Leilão¹⁰ são empregadas pela administração pública para finalidades que não abarcam os objetivos deste trabalho.

De um total de 346 licitações realizadas no ano de 2012 no município de Ouro Preto, este estudo teve como amostra 13 delas, que atenderam às limitações e aos objetivos desta pesquisa, sendo 6 Concorrências, 5 Tomadas de Preços e 2 Convites.

As licitações públicas da PMOP são utilizadas como instrumento para identificar as intervenções realizadas pelo poder público municipal. As licitações analisadas foram consultadas no próprio Departamento de Compras da PMOP, entre os meses de dezembro de 2012 e janeiro de 2013.

Inicialmente foram pesquisados todos os documentos em formato digital referentes aos editais publicados no exercício de 2012. A realização desse procedimento objetivou identificar editais de licitação que se referissem, no seu título, às palavras “lazer”, “parque(s)”, “praça(s)”, “quadra(s)”, “campo(s)”, “esporte”, ou, ainda, que explicitassem o nome específico de determinado equipamento de lazer público.

Identificados os editais com os títulos relacionados aos termos predeterminados, passou-se a consultar as pastas em formato físico em que constavam os seus respectivos termos de referência.

Os termos de referência são o projeto básico do edital de licitação, que define

o objeto da contratação, de forma precisa e detalhada, os critérios para aceitação do bem ou serviço a ser adquirido, a metodologia de custos, especificando os deveres do contratado, os procedimentos de fiscalização, prazo de execução do contrato, penalidades aplicáveis etc. (OLIVEIRA, 2012, p. 32).

Por fim, em cada edital selecionado foram analisados os objetivos e as justificativas para o acontecimento do certame.

É importante enfatizar que esses aspectos foram avaliados em consonância com a legislação. Buscou-se identificar, pois, o tratamento que a legislação federal e a municipal dão ao lazer, principalmente à gestão de equipamentos públicos. Foram analisadas em especial a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estatuto da Cidade e Legislação Correlata (BRASIL, 2002), a Lei Orgânica do Município (OURO PRETO, 1990) e o Plano Diretor (OURO PRETO, 2006).

Análise das ações da PMOP em equipamentos de lazer públicos de Ouro Preto

A inserção do lazer como direito social na CF/1988 trouxe alguns benefícios para a sociedade em geral e para a população menos privilegiada em particular, pois esse fenômeno pode cumprir um papel importante para o amadurecimento de uma cidadania ativa e efetiva no Brasil (DUARTE, 2013).

O tratamento do lazer como um direito pode ser considerado um mecanismo muito importante, uma vez que a responsabilidade daqueles que desenvolvem a política de lazer ficou muito mais comprometida, na intenção de garantir a toda a população um mínimo de bem-estar social.

Segundo Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), a elaboração das políticas públicas de lazer é uma atribuição específica das prefeituras, que,

no tocante às suas obrigações e responsabilidades, previstas na legislação local, devem priorizar ações que garantam a toda a população o acesso aos equipamentos de lazer públicos do município.

É importante elucidar que os documentos que versam sobre os compromissos que o executivo municipal deve assumir perante a gestão dos equipamentos de lazer públicos geralmente são as leis que constituem a política urbana municipal, como a Lei Orgânica do Município e o Plano Diretor. Contudo, antes de explicitar as principais diretrizes que tratam sobre o lazer na política urbana do município de Ouro Preto, destacam-se os aspectos fundamentais concernentes à Lei nº 10.257 (BRASIL, 2002) – Estatuto da Cidade e Legislação Correlata, uma vez que ela estabelece os compromissos que os municípios devem assumir nos assuntos relacionados às questões urbanas.

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2002) foi promulgado na intenção de regulamentar os artigos 182 e 183 da CF/1988. O texto que se refere especificamente ao artigo 182 trata sobre a política de desenvolvimento urbano, que deve ser executada pelo poder público municipal, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, definindo, ainda, o Plano Diretor como instrumento básico da política urbana municipal (BRASIL, 1988).

De acordo com Silveira (2010), o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade abarca aspectos relacionados a lazer, habitação, oferta de empregos, saneamento, transportes e demais serviços e equipamento urbanos que proporcionam oportunidades de vida urbana digna para toda a população.

Diante desse entendimento, torna-se importante aclarar a política urbana do município de Ouro Preto, através de sua Lei Orgânica e de seu Plano Diretor.

De acordo com Kalife (2004, p. 278), a “Lei Orgânica Municipal é o conjunto de leis básicas de cada município e passou a ser de formulação obrigatória a partir da Constituição Federal de 1988”. Em Ouro Preto, a Lei Orgânica do Município foi promulgada no ano de 1900. No que

diz respeito às funções sociais da cidade, ela trata do lazer nos artigos 179 e 196. O artigo 179, especificamente, refere-se ao compromisso que a prefeitura deve assumir em relação à utilização de:

terreno próprio, cedido ou desapropriado, para desenvolvimento de programa de construção e manutenção de centro esportivo, praça de esporte, *ginásio*, áreas verdes e campos de futebol necessários à demanda do esporte amador e lazer no Município (OURO PRETO, 1990, [s.p.], grifo nosso).

Já o artigo 196 atribui ao Poder Executivo a responsabilidade de assegurar a distribuição espacial adequada dos equipamentos urbanos e comunitários. Assim, nas diretrizes da Lei Orgânica do Município, a promoção do lazer como função social da cidade está relacionada apenas à oferta de equipamentos públicos, pois, conforme foi visto anteriormente, os equipamentos de lazer são compreendidos como equipamentos urbanos e comunitários.

Segundo Silveira (2010, p. 14), o Plano Diretor – instrumento de gestão municipal promulgado no município de Ouro Preto no ano de 2006 – apresenta “importantes informações a respeito do tratamento que é dado ao lazer no âmbito da política urbana”. “O Plano Diretor deve também garantir a função social da cidade e da propriedade, tanto para área urbana como para rural” (DIAS, 2007, p. 15).¹¹

Ele trata, especificamente no artigo 4º, inciso VIII, da responsabilidade do Poder Executivo com a implementação e preservação de “espaços públicos destinados ao lazer, ao esporte, à saúde e à contemplação, estimulando as diversas formas de convívio da população” (OURO PRETO, 2006). Complementando este comprometimento, ressalta-se, também, o artigo 27, que trata da Política Municipal de Esportes e Lazer. Nesse artigo, em especial, é importante observar o inciso II, que versa sobre a responsabilidade do poder público em incentivar o “acesso e [a] fruição das áreas de proteção ambiental pela população local e visitantes”¹² (OURO PRETO, 2006). Nota-se, portanto, que os artigos citados no Plano Diretor Municipal ampliam as responsabilidades do município e o seu comprometimento com os espaços de lazer públicos da cidade, para além, unicamente, da oferta.

Tratando sobre a relação entre lazer e ambiente natural, o artigo 28 aborda a responsabilidade do executivo municipal em “implantar equipamentos públicos compatíveis com a preservação e valorização dos recursos naturais”, e o artigo 59 aborda o Direito de Preempção do Poder Público Municipal, através do comprometimento com a “criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes” (OURO PRETO, 2006).

Nota-se que as diretrizes que abordam o lazer no Plano Diretor são mais amplas em relação às prerrogativas abordadas na Lei Orgânica, uma vez que, além de mencionar aspectos estruturais, como a construção e a preservação de equipamentos públicos, também são elucidadas as responsabilidades que o poder público deve assumir, a fim de estimular o convívio da população nesses espaços. Dessa maneira, abrem-se possibilidades para o acontecimento de intervenções pedagógicas, através de uma política de animação sociocultural que viabilize a democratização cultural.

Após ressaltar o tratamento que a política urbana dá à questão da gestão de equipamentos públicos de lazer no município de Ouro Preto, apresentam-se os resultados acerca da análise das licitações.

Os equipamentos de lazer que foram objeto dessas licitações foram categorizados em equipamentos urbanos e equipamentos rurais.

Quadro 1 - Equipamentos de lazer públicos nas áreas urbana e rural

Área urbana (Ouro Preto) – equipamentos	Área urbana (distritos) – equipamentos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Campo de Futebol da Barra 2. Campo de Futebol do Padre Faria 3. Complexo Esportivo da Água Limpa 4. Quadra Poliesportiva do Padre Faria 5. Quadra Poliesportiva da Vila Operária 6. Quadra Poliesportiva da Vila Aparecida 7. Quadra Poliesportiva do São Cristovão 8. Quadra Poliesportiva do bairro Cabeças 9. Praça Dr. Benedito Xavier – Bauxita 10. Praça do Padre Faria 11. Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco – bairro Cabeças 12. Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas 13. Horto Botânico e Vale dos Contos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quadra Poliesportiva coberta do distrito de Santo Antônio do Salto 2. Quadra Poliesportiva do distrito de Antônio Pereira 3. Ginásio Poliesportivo do Distrito de Santa Rita 4. Parque Cachoeira do Campo – Distrito Cachoeira do Campo

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

As 13 licitações analisadas neste estudo abarcam ações em 17 equipamentos de lazer. É importante ressaltar que esses números não coincidem, pois num mesmo edital de licitação podem existir vários lotes abrangendo distintos objetos.

Para Bruhns (2001, p. 114), “os equipamentos podem estar no perímetro urbano, mais próximos da população, que não dependeria de transporte para chegar a eles, ou podem estar situados na zona rural, próximos ou distantes da cidade”. Em relação às ações da PMOP em equipamentos de lazer públicos situados na área rural do município, as informações contidas no Quadro 1 demonstram que houve intervenções em quatro equipamentos localizados em quatro diferentes distritos.

As intervenções mais recorrentes da PMOP nos distritos foram em quadras e ginásio poliesportivo, mantendo em consonância as responsabilidades previstas nos artigos 179 e 196 da Lei Orgânica do Município (OURO PRETO, 1990).

Na quadra poliesportiva do distrito de Santo Antônio do Salto, o objetivo da licitação foi dar continuidade às obras de construção do equipamento. A PMOP justificou essa ação devido à “necessidade de conclusão da obra do equipamento esportivo, sendo o primeiro desta comunidade”.

A inauguração de um primeiro equipamento esportivo para a comunidade do distrito de Antônio Pereira foi também a justificativa utilizada pela PMOP para a construção da quadra poliesportiva. Nesse caso, utilizou-se do discurso que trata o lazer como direito social, cabendo ao poder público propiciar condições materiais suficientes para a efetivação dessa garantia, incumbindo-lhe, ainda, a obrigação de privilegiar as camadas sociais mais carentes e o universo populacional compreendido por crianças e adolescentes.

No que tange às intervenções realizadas no ginásio poliesportivo do distrito de Santa Rita, as ações da PMOP visaram à melhoria do equipamento, tendo como justificativa maximizar qualitativamente as condições de uso do local, “propiciando melhores condições aos usuários na prática esportiva e eventos culturais”. Nota-se, através dessa justificativa da PMOP, que esse equipamento, além de servir especificamente à vivência do conteúdo físico esportivo do lazer, deveria também atender a outros interesses da comunidade.

Por fim, houve também intervenções no Parque Cachoeira do Campo, no distrito de Cachoeira do Campo. As ações realizadas pela PMOP visaram à revitalização do equipamento. Justificou-se a ação devido à

“melhoria da dependência do parque e instalação de equipamentos para atividade física, com foco na recuperação da sua área física (água, solo, vegetação), buscando proporcionar o bem-estar da comunidade”. Observa-se, através dessa intervenção, o cumprimento das responsabilidades previstas no Plano Diretor (OURO PRETO, 2006) e a intenção explícita da PMOP em propiciar para a comunidade local oportunidades que promovam o bem-estar através da prática de atividades físicas.

Observa-se no Quadro 1 que a maioria das intervenções realizadas pela PMOP contemplou equipamentos de lazer públicos da área urbana do município. Foram realizadas ações em 13 equipamentos localizados em diferentes bairros da cidade. Assim como ocorreu na área rural, as intervenções mais recorrentes objetivaram algum tipo de ação em quadras poliesportivas, em consonância com as diretrizes previstas nos artigos 179 e 196 da Lei Orgânica do Município (OURO PRETO, 1990).

Sobre a proposta de intervenção na quadra poliesportiva do bairro Padre Faria, o objetivo da PMOP foi realizar ações de melhoria do equipamento, visando aperfeiçoar as condições de uso para toda comunidade, uma vez que o equipamento se encontrava em estado de abandono e degradação.

A quadra poliesportiva da Vila Operária também recebeu intervenção da PMOP visando à melhoria do equipamento através da execução de serviços de iluminação. Essa ação foi justificada tendo em vista a intenção de proporcionar melhores condições aos usuários na prática de atividades físicas, possibilitando o uso do equipamento em diferentes períodos do dia.

Houve também intervenções visando à melhoria² das quadras poliesportivas dos bairros São Cristovão e Cabeças. Para a realização dessas ações, a PMOP adotou a justificativa de “beneficiar a população e seu entrosamento, visando à interatividade na relação ‘vizinhança x área esportiva’, atendendo principalmente aos interesses dos jovens moradores e dos arredores, que são estimulados pela prática e desenvolvimento de atividades esportivas, constituindo-se em mais uma opção de lazer”. Desse modo, nota-se um discurso comprometido com a valorização do esporte, diante da concepção desse fenômeno como uma valiosa manifestação sociocultural do lazer.

Ainda em relação a intervenções em quadras poliesportivas, a PMOP construiu um equipamento na Vila Aparecida. A realização dessa ação também foi justificada através do tratamento do lazer como direito social – devido aos compromissos que devem ser assumidos pelo poder público –, na intenção de garantir a toda a comunidade uma estrutura capaz de suprimir uma antiga carência da localidade.

As intervenções que foram realizadas nas quadras poliesportivas são ações importantes, pois nos bairros periféricos, como os citados anteriormente, é através da oferta de equipamentos comunitários que a população torna-se efetivamente satisfeita.

Também de acordo com as previsões legais citadas anteriormente, no caso das intervenções realizadas em quadras poliesportivas, a PMOP executou ações em dois campos de futebol da cidade.

O Estádio Municipal Genival Alves Ramalho (Campo da Barra) recebeu intervenções destinadas à reforma e à manutenção do equipamento. A PMOP justificou essa ação na intenção de “proporcionar aos usuários melhores condições para a prática de esportes”. No contexto dos equipamentos de lazer públicos do município, o Campo da Barra possui certa especificidade, pois ele é o principal campo de futebol da cidade e possui um uso diversificado.

O estádio, além de receber durante todo o ano partidas de futebol amador de diversas categorias da região, também sedia competições em nível nacional, como a Taça BH de Futebol Júnior.¹³ Dessa forma, esse equipamento permite que a população ouro-pretana vivencie o lazer através do seu conteúdo físico esportivo por meio da prática e da assistência no esporte.

Em relação ao campo de futebol situado no bairro Padre Faria, esse equipamento recebeu intervenções da PMOP com o objetivo de promover a sua reforma. Essa ação foi justificada com o intuito de proporcionar à comunidade local um espaço adequado para a prática esportiva e para eventos culturais, devido ao “péssimo estado de adaptação e conservação” em que o campo se encontrava antes da ação do poder público. Sobre essa justificativa, é importante destacar o interesse em diversificar o uso desse equipamento para além do interesse físico esportivo do lazer.

Através da análise das licitações foram identificadas também intervenções em praças públicas, que são consideradas equipamentos específicos de lazer. Aconteceram ações em praças públicas situadas nos bairros Padre Faria, Bauxita e Cabeças. O objetivo dessas licitações foi a “aquisição de brinquedos para *playgrounds*”, justificada devido à “necessidade da substituição e recomposição de brinquedos, pois dos que havia nestes locais encontravam-se parcialmente ou totalmente danificados e foram confeccionados com materiais inapropriados e de utilização desaconselhável, colocando em risco a integridade física das crianças que utilizavam estes aparelhos”.

É importante ressaltar que, no caso dos *playgrounds* em especial, as ações do poder público devem atentar aos iminentes riscos que os brinquedos proporcionam à integridade física de crianças e adolescentes. Assim,

a prevenção de acidentes na infância, relacionados com brinquedos de parques infantis, constitui um problema de difícil operacionalização, pois não envolve somente o conhecimento sobre as normas de segurança. É preciso o engajamento dos profissionais que trabalham com crianças e a participação da sociedade como um todo, para exigir de seus legisladores ou representantes a adequada manutenção desse espaço de lazer e, ainda, obrigar fabricantes de brinquedos de parque infantil a garantirem a segurança de seus produtos (HARADA; PEDREIRA; ANDREOTTI, 2003, p. 385).

Também em conformidade com a legislação municipal, especialmente, os artigos 27, 28 e 59 do Plano Diretor (OURO PRETO, 2006), a PMOP promoveu ações no Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas e no Vale dos Contos.

As intervenções realizadas no Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas foram bem amplas, contemplando a aquisição de brinquedos para *playgrounds* e a construção de novas dependências: campo de areia, campo de futebol, quadra poliesportiva e quadra de tênis. Tais ações foram executadas com a justificativa de “melhorar o ambiente e conforto para os turistas e visitantes do parque”. Essas intervenções são importantes, pois proporcionam novas possibilidades de lazer para a população ouro-pretana e, ainda, contribuem com a diversificação das atrações turísticas existentes no município.

Já em relação à intervenção realizada no Vale dos Contos, a PMOP realizou ações visando à “manutenção dos equipamentos que compreendem o parque”. Considerado um importante atrativo de visitação turística, localizado no Centro Histórico da cidade, o poder público justificou suas ações em razão das deteriorações ocasionadas pelas chuvas que assolaram a cidade no início de 2012.

Assim, objetivou promover ações na intenção de proporcionar melhores condições de uso do espaço, que comporta dois equipamentos destinados ao interesse físico esportivo do lazer – um parquinho infantil e uma quadra de futebol *society* (ROSA, 2013). Consideram-se tais ações importantes, pois o Vale dos Contos, além de ser um atrativo turístico, também oferece possibilidades de lazer para a população ouro-pretana, como a prática do futebol.

Além das intervenções realizadas em quadras poliesportivas, campos de futebol, praças públicas e parque municipal, a PMOP também realizou ações no Complexo Esportivo da Água Limpa, visando à concretização das obras de construção do equipamento.

É importante ressaltar que esse local recebeu o nome de complexo pois dispõe de três equipamentos voltados para a vivência do interesse físico esportivo do lazer: campo de futebol, praça de *playgrounds* e pista de corrida e caminhada. Com essas opções, o Complexo Esportivo da Água Limpa constitui-se como um dos principais espaços da cidade apropriados pela população para a prática de atividades físicas.

Através da análise das licitações, pôde-se perceber que as intervenções realizadas pela PMOP, no ano de 2012, destinadas à gestão de equipamentos de lazer públicos de interesse físico esportivo, concentraram-se, primordialmente, na construção de novos equipamentos e na manutenção, reforma, revitalização e melhoria de equipamentos que, por motivos diversos, encontravam-se deteriorados.

É importante ressaltar que, mesmo entendendo as licitações públicas como um instrumento utilizado pelo poder público para a execução das ações necessárias ao atendimento do bem-estar da coletividade, no caso especial das licitações analisadas neste estudo, não se pode assegurar que todas as ações previstas para serem executadas foram de fato finalizadas,

devido à indisponibilidade de documentos como o Termo de Recebimento Provisório (TRP) e o Termo de Recebimento Definitivo (TRD).¹⁴

Cita-se como exemplo uma matéria publicada na imprensa local. No dia 7 de maio 2013,¹⁵ o jornal *Voz Ativa* fez uma importante denúncia em relação ao estado de conservação da Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco – bairro Cabeças. De acordo com as informações obtidas através da análise das licitações do ano de 2012, essa praça recebeu ações visando à melhoria da sua quadra poliesportiva e à aquisição de brinquedos para *playgrounds*. No entanto, segundo a reportagem, a praça encontrava-se abandonada pelo poder público: vestiários em péssimas condições, brinquedos do parque infantil quebrados, muito mato, iluminação precária. Conforme relatos da vizinhança, a falta de luz facilitava a prática de delitos, como o uso de drogas no espaço.

Diante dessa situação, torna-se evidente que as ações do poder público visando apenas à construção e à melhoria de equipamentos públicos não são suficientes para a efetivação do lazer como direito. É necessário que, concomitantemente a essas ações, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer assuma outras prioridades. O poder público deve executar programas de intervenções que contemplem a importância “dos equipamentos que estão contidos nos espaços das relações entre as pessoas e têm a função de aproximá-las acrescentando valores trazidos do conceito de lazer, traduzindo como a busca da felicidade, para que se complete o verdadeiro sentido dos significados destes equipamentos” (BRUHNS, 2001, p. 105).

De acordo com Bramante (1992), na maioria dos investimentos à área de recreação e lazer, cerca de 80% acabam sendo destinados para a construção de recursos físicos, fazendo com que pouco sobre para a manutenção e menos ainda para a animação. Assim, a prefeitura que “construiu” o espaço/equipamento comparece na sua inauguração, depois não aparece mais, não contribuindo para a animação do espaço nem estimulando a realização de eventos (MELO, 2002).

Portanto, paralelamente à política pública de lazer destinada à construção/manutenção de equipamentos, deve haver uma política de animação sociocultural, no sentido de democratização cultural¹⁶ e valorização dos espaços e equipamentos urbanos. Deve-se incentivar

a circulação de pessoas e as diferentes formas de interação, no sentido de obter uma maior humanização nos espaços e equipamentos públicos. Ademais, corroborando Melo (2002), acredita-se que o ideal seria que a prefeitura se articulasse com a população, identificando seus desejos e suas necessidades, envolvendo toda a comunidade no processo de conservação e gestão do espaço, agindo como parceira eficaz no aproveitamento daquele equipamento construído.

Considerações finais

Este capítulo propôs identificar as intervenções realizadas pela PMOP em equipamentos de lazer públicos do município, especialmente aqueles destinados ao interesse físico esportivo. Para tanto, foram analisadas as licitações públicas ocorridas no ano de 2012 na cidade.

Discutiu-se a respeito das obrigações e das responsabilidades do Poder Executivo Municipal perante o lazer, sobretudo os aspectos relacionados à gestão de equipamentos públicos. Para embasar o assunto, utilizou-se como referência a legislação municipal – Lei Orgânica do Município (OURO PRETO, 1990) e Plano Diretor (OURO PRETO, 2006).

As ações identificadas aconteceram, primordialmente, na área urbana do município. No entanto, a área rural não deixou de ser contemplada, pois dos 12 distritos existentes no município, a PMOP executou ações em 4 deles. As principais ações realizadas pelo poder público – tanto na área urbana quanto na área rural – foram destinadas à construção ou à manutenção, reforma, revitalização e melhoria de equipamentos. É importante lembrar ainda que grande parte dessas ações foi justificada em razão de o lazer ser um direito social e das obrigações que a prefeitura deve assumir para a garantia desse direito.

Grosso modo, pode-se dizer que as intervenções do poder público mantiveram-se em consonância com as diretrizes previstas na legislação municipal, no entanto, é importante ressaltar que as políticas públicas de lazer devem ser entendidas num sentido mais amplo, contemplando ações que também visem à humanização dos equipamentos e a sua dinamização.

Notas

- ¹ Este trabalho é parte da monografia *Gestão de equipamentos de lazer públicos: estudo da prefeitura municipal de Ouro Preto – MG*, apresentada ao curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu* em Gestão Pública da UFOP, 2013. Algumas questões centrais deste texto foram divulgadas em “Gestão de equipamentos de lazer públicos: estudo da prefeitura de Ouro Preto (MG)”, publicado nos *Anais do Encontro Nacional de Recreação e Lazer*, 2015.
- ² Para ver mais sobre o assunto, consultar a coletânea organizada por Bresser-Pereira e Spink: *Reforma do Estado e gestão pública gerencial* (1988).
- ³ Para saber mais sobre os aspectos que distinguem o modelo burocrático do gerencial, consultar o artigo publicado por Bresser-Pereira: *Da administração pública burocrática à gerencial* (1996).
- ⁴ Os assuntos lazer e cidadania têm sido amplamente debatidos no meio acadêmico. Recomenda-se a leitura do livro *Lazer e cidadania: partilha de tempo e espaço de afirmação da vida* (2014), organizado por Sampaio.
- ⁵ A atratividade turística exercida pelo seu conjunto arquitetônico colonial, pelos museus e igrejas, pelas expressões artísticas e pelas belezas naturais circundantes, valorizadas pelo *marketing* publicitário por meio da divulgação e exibição de suas imagens, paisagens e símbolos vendidos ao mercado turístico, transformou Ouro Preto em um dos principais destinos turísticos do país (CIFELLI, 2005, p. 2).
- ⁶ Os Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional são considerados aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos. A política de destinos indutores foi iniciada em 2008 pelo Ministério do Turismo, que definiu 65 municípios nacionais como referência em turismo.
- ⁷ É importante ressaltar que a autora, ao definir equipamentos culturais, utiliza o conceito de cultura no seu sentido restrito, entendido como conjunto das manifestações humanas de caráter intelectual, ligadas ao estudo, ao conhecimento, à criação e à reflexão sobre as ideias (BIZZOCCHI, 2000, p. 50).
- ⁸ Sobre a distribuição dos equipamentos de lazer nos bairros e regiões da cidade de Ouro Preto, ver Rosa (2013).
- ⁹ Sobre a especificidade de cada modalidade licitatória, consultar o artigo 22 da Lei nº 8.666/1993 na íntegra (BRASIL, 1993).
- ¹⁰ Concurso é a modalidade de licitação destinada à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores. Leilão é a espécie licitatória utilizada para que a administração proceda à venda de bens móveis inservíveis ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados (BRASIL, 1993).
- ¹¹ Neste estudo entende-se como área urbana da cidade de Ouro Preto os bairros situados na sede da cidade, e como área rural, os distritos pertencentes ao município.
- ¹² Segundo Santos (2006), é nas áreas de proteção ambiental que ocorre uma maior preocupação com o “lazer esportivo”.
- ¹³ A Taça BH de Futebol Júnior é a segunda principal competição da modalidade no país.

- ¹⁴ Esses documentos são elaborados pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo quando uma obra executada no município é finalizada.
- ¹⁵ Para ver a reportagem na íntegra, consultar Ansaloni (2013).
- ¹⁶ Entende-se, nesse caso, a cultura no seu sentido amplo. Isto é, não só um grupo de atividades, mas também um conjunto de valores, normas, hábitos, formas de viver (MELO, 2002).

Referências

- ANSALONI, Tino. Semifinais da Taça BH acontecem nessa quinta-feira em Ouro Preto – MG. *Voz Ativa*, Ouro Preto, 28 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.jornal-voztativa.com/semifinais-da-taca-bh-acontecem-nessa-quinta-feira-em-ouro-preto-mg/>>. Acesso em: jul. 2014.
- ARFELLI, A. Áreas verdes e de lazer: considerações para sua compreensão e definição na atividade urbanística de parcelamento do solo. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, n. 33, p. 42-44, jan.-mar. 2004.
- BARROSO, L. R. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no direito constitucional. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política*, n. 23, p. 65, 1998.
- BIZZOCCHI, Aldo Luiz. *Anatomia da cultura: uma nova visão sobre ciência, arte, religião, esporte*. São Paulo: Palas Athena, 2003. 368 p.
- BRAMANTE, A. C. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. In: MOREIRA, W. W. (Org.). *Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992. p. 161-179.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993*. Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Brasília, 1993.
- BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Estatuto da cidade e legislação correlata. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, ano 47, v. 120, n. 1, jan.-abr. 1996.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e gestão pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BRUHNS, H. T. O corpo visitando a natureza: possibilidade de um diálogo crítico. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Org.). *Viagens à natureza: turismo cultural e ambiente*. Campinas: Papyrus, 2001. p. 125-140.

CIFELLI, G. *Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto, MG*. 2005. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

COUTINHO, M. J. V. Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 51, n. 3, p. 40-72, jul.-set. 2000.

DENCKER, A. F. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. 5. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, C. S. *et al.* *Campo Bonito – PR: a proposta do Plano Diretor – 2005 a 2006*. Cascavel: Smolarek Arquitetura, 2007.

DUARTE, B. A. O direito em lazer em debate. *Direito Izabela Hendrix*, Belo Horizonte, v. 10, n. 10, ago. 2013. Disponível em: <<http://www3.izabelahendrix.edu.br/ojs/index.php/dih/article/view/577/568>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

HARADA, M. J. C. S.; PEDREIRA, M. L. G.; ANDREOTTI, J. T. Segurança com brinquedo de parques infantis: uma introdução ao problema. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 11, n. 3, p. 383-386, maio-jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n3/16550.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

KALIFE, M. A. Administração pública: lei de responsabilidade fiscal e a controladoria. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, Santa Maria, v. 1, p. 268-270, nov. 2004. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/contabilidade/article/view/266>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. *Impulso*, Piracicaba, v. 17, n. 44, p. 55-66, 2006. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/planejamento-de-espacos-e-equipamentos-de-lazer/texto-3-as-cidades-e-os-equipamentos-de-lazer>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

MELO, V. A. *Manual para otimização de equipamentos de lazer*. Rio de Janeiro: Sesc, 2002.

OLIVEIRA, R. C. R. *Licitações e contratos administrativos*. 3. ed. São Paulo: Método, 2012.

OURO PRETO. *Lei Complementar nº 29, de 28 de dezembro de 2006*. Estabelece o Plano Diretor do município de Ouro Preto, MG. Ouro Preto: Câmara Municipal, 2006.

OURO PRETO. *Lei orgânica do município de Ouro Preto*. Ouro Preto: Câmara Municipal, 1990.

ROSA, M. C. (Org.). *Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013.

SAMPAIO, T. M. V. (Org.). *Lazer e cidadania: partilha de tempo e de espaço de afirmação da vida*. Brasília: EdUCB, 2014.

SANTOS, E. S. Reflexões sobre a utilização de espaços públicos para o lazer esportivo. *Revista Raega: o Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, n. 11, p. 25-33, 2006.

SANTOS, F. C.; AMARAL, S. C. F. Sobre lazer e políticas sociais: questões conceituais. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-13, dez. 2010.

SILVEIRA, A. C. C. *Um olhar sobre a política urbana de Belo Horizonte: há espaço para o lazer dentro do planejamento urbano?* 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

TSCHOKE, A.; RECHIA, S. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 263-280, abr.-jun. 2012.

VALE DOS CONTOS oferece escolinha de futebol para crianças. 2014. Disponível em: <<http://www.ouropreto.com.br/noticia/429/vale-dos-contos-oferece-novas-atividades-fisicas-a-partir-de-setembro>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

Jaqueline de Oliveira Santana
Marie Luce Tavares
Cleverson Pires

As praças de Ouro Preto
georreferenciamento e
caracterização de espaços
públicos de lazer

Introdução

As inquietações referentes aos espaços e equipamentos de lazer não são recentes. Essas preocupações com a organização das cidades foram de fundamental importância para o desenvolvimento das primeiras iniciativas estruturadas de intervenção profissional no âmbito do lazer, observadas nas décadas de 1920 e 1930. Segundo Peres e Melo (2006), nessa época, mesmo que essas propostas possuíssem claras diferenças na sua concepção e execução, eram explícitos alguns pontos em comum: a) a compreensão de que era necessário controlar os espaços públicos no intuito de evitar “desordens” no tecido urbano; isto é, acreditava-se que as atividades de lazer poderiam funcionar como elementos disciplinadores e de manutenção da ordem; b) o entendimento de que essas atividades seriam úteis como forma de manutenção da saúde e da recuperação da força de trabalho, importantes para um país que se industrializava e sentia os impactos desse processo. Enfim, eram em geral compreendidas como atenuadoras das mazelas que a modernidade trazia para a sociedade brasileira. Os autores afirmam que perceptivelmente a noção

de ocupação do espaço público sempre esteve mais voltada para os interesses dos grupos sociais ligados às elites econômicas; contudo, ainda assim, havia possibilidades constantes para a participação das camadas populares.

Espaços e equipamentos são componentes dinâmicos de uma política pública de lazer, estando em constante transformação (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006). O crescimento das cidades e as políticas de gerenciamento, que nem sempre contemplam o interesse coletivo, criam reflexos na distribuição, na tipologia e na manutenção dos espaços públicos de lazer, favorecendo, na maioria das vezes, apenas parte da população. Nesse contexto, ao pensar no planejamento urbano, no que se refere aos espaços e equipamentos públicos de lazer, deve-se considerar que estes podem desempenhar funções de qualificação ambiental e urbanística na cidade, como elementos de planejamento e desenho urbano.

O lazer foi um dos itens que o urbanismo moderno estabeleceu como de grande relevância para o habitante urbano do século XX. Assim sendo, pode-se afirmar que os espaços livres públicos se tornaram uma das opções mais significativas da área de lazer urbano e, entre eles, destacam-se as praças, que permitem diferentes possibilidades de encontro e sociabilidade.

Marcellino (2007) destaca a importância do poder público municipal com relação ao planejamento dos espaços urbanos, atentando para o critério de acessibilidade, para que este não esteja pautado apenas no poder aquisitivo. Contudo, democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo disponível enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que, para a efetivação das características do lazer, é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. Assim, Marcellino, Barbosa e Mariano (2006) ressaltam que se a questão for colocada na esfera da vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer ainda é o espaço urbano.

Requixa (1980) ressalta que o espaço urbano pode ser dividido em espaço de utilização permanente e espaço de utilização periódica. O

primeiro corresponde a qualquer tipo de área livre (livre no sentido de que as pessoas possam utilizar livremente o espaço) na cidade, utilizada de forma contínua para a prática de lazer; já o segundo se refere a espaços com finalidades existentes, mas que podem ganhar uma nova função por certo período, como as ruas, que aos finais de semana podem ser usadas com uma finalidade de vivência do lazer.

Seguindo essa mesma lógica de categorização, Requiça (1980) classifica os equipamentos de lazer em equipamentos específicos e não específicos. Por equipamento não específico entende-se os que, em sua origem, não foram construídos para a prática das atividades de lazer, mas depois tiveram sua destinação específica alterada, de forma parcial ou total, criando-se espaços para aquelas atividades. Entre esses equipamentos não específicos estão: o lar, a rua, o bar, a escola etc. Já os equipamentos específicos são construídos com essa finalidade, podendo ser classificados pelo tamanho, pelo atendimento aos conteúdos culturais ou por outros critérios. As praças, quadras, teatros e cinemas são exemplos de equipamentos específicos de lazer. O autor enfatiza a necessidade de integração, numa política de lazer, de equipamentos privados e públicos, de um lado, e, de outro, de equipamentos específicos e não específicos. Reforça-se que, atualmente, os espaços das cidades precisam ser aproveitados de modo a se tornarem polivalentes.

Nesse sentido, é preciso refletir sobre a oferta de espaços e serviços de lazer e para quem eles se destinam. As ações da iniciativa privada vêm se constituindo como uma das principais alternativas para tais vivências, e a localização e acessibilidade dos espaços e equipamentos de lazer nas cidades são fatores que tornam as vivências de lazer restritas às camadas sociais mais privilegiadas economicamente.

Ainda assim, é importante enfatizar que outras barreiras também limitam ou impossibilitam o acesso ao lazer por uma determinada parcela da população. Marcellino (2002) cita a classe, o nível de instrução, a faixa etária, o gênero, entre outros fatores, inclusive os de ordem cultural, como os estereótipos, como barreiras que limitam a vivência do lazer a uma minoria da população num nível criativo e não meramente conformista.

Requixa (1980) analisa a necessidade de reordenação do solo urbano para que a população tenha acesso aos espaços e equipamentos de lazer; para tal

exige-se regular a distribuição dos equipamentos para facilitar o acesso de toda a população, ou implantando prioritariamente, em áreas carentes, comodidades de locomoção que estimulem a procura, ou diversificando-se a oferta, com equipamentos até então inacessíveis aos estratos menos favorecidos da população (REQUIXA, 1980, p. 71).

A reordenação do espaço urbano, com relação aos espaços de lazer, faz-se necessária, uma vez que estudos comprovam a concentração dos espaços e equipamentos de lazer nas áreas centrais da cidade. Todavia demanda-se a elaboração de uma política voltada para o lazer com uma concepção mais aberta de cidade, a qual possa atender, além das funções econômicas e sociais, à função cultural e à melhoria da qualidade de vida de sua população.

Segundo Melo e Alves Junior (2003), podemos elencar pelo menos três dimensões de grande importância no que se refere ao acesso aos equipamentos e bens da cidade, inclusive os culturais: o aspecto físico (se há equipamento propriamente dito); o aspecto financeiro (se o valor cobrado e os gastos adicionais são acessíveis); e o aspecto relacionado à formação/predisposição (se há estímulo e intervenção pedagógica, bem como mediação, que possibilitem a compreensão dos significados das diversas manifestações culturais). Para os autores, não adianta a cidade possuir uma infinidade de equipamentos públicos se as pessoas não são estimuladas a frequentá-los.

Quando se pensa em discutir o lazer e o esporte, dificilmente o olhar dos profissionais tem se voltado à análise dos potenciais espaços ou dos espaços já legitimados onde essas práticas acontecem. As condições estruturais públicas e seus empecilhos são determinantes para reduzir as oportunidades de vivência do lazer, já que grande parte da população não tem acesso a lugares privados. Preocupações dessa natureza devem se tornar mais presentes quando está em jogo a relação entre espaço urbano, lazer e contemporaneidade.

As praças são utilizadas diariamente por pessoas que depositam no espaço público um leque de intencionalidades que vão desde o praticar alguma atividade física até o simples, e tão necessário, descanso (SILVA; SILVA; AMORIM, 2012). Entretanto, quase não se sabe a respeito dos atributos físicos e sociais desses equipamentos na cidade de Ouro Preto (MG).

A identificação da localização e a caracterização de espaços de lazer abertos, como as praças, podem contribuir para um melhor direcionamento no planejamento de políticas públicas de lazer e subsidiar ações capazes de auferir benefícios à comunidade, melhorando a vida no ambiente urbano, favorecendo o acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, que estimulam o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo verificar a localização geográfica, os aspectos referentes à caracterização e à segurança e o uso das praças da cidade de Ouro Preto, equipamentos públicos de lazer.

Métodos

O estudo se deu de forma transversal, do tipo exploratório–descritivo e quali–quantitativo (GIL, 2008; OLIVEIRA, 2002), em que foram mapeadas 33 praças na cidade de Ouro Preto (Anexo: Fig. 8). Foram incluídas neste estudo 31 praças, que tinham todas as informações consideradas nessa investigação. Considerando essa premissa, a praça sem nome localizada na Vila São José e o Jardim da Ponte Seca (em construção na época da pesquisa) não foram incluídos na análise. Todas as informações foram coletadas nos anos de 2011 e 2012. Mais detalhes foram publicados anteriormente (ROSA, 2013).

O mapa de localização das praças foi feito a partir da digitalização em tela no Google Earth, por pesquisadores que conheciam a localização dos equipamentos de lazer. Foram marcados os pontos de tais equipamentos, que posteriormente foram exportados no formato KML e convertidos para o formato LYR no ArcGIS, versão 10.1. A base de dados de bairros

foi obtida em Souza e Sobreira (2014). A partir dessa base foram delimitadas as regiões de Ouro Preto, utilizando-se a ferramenta Dissolve para os bairros que compunham a mesma região. O mapa final foi elaborado no ArcGIS 10.1.

A primeira aproximação com os equipamentos foi por meio do estudo-piloto, realizado em dimensões reduzidas para experimentação e melhor adaptação do instrumento de coleta de dados.

A avaliação das questões relativas à caracterização das praças (dimensão física, revitalização, adequação das instalações, estado de conservação, infraestrutura); à segurança e à localização (risco para frequentadores, acesso, proximidade com áreas verdes, habitações e centros comerciais, localizada no Centro Histórico turístico); às formas e possibilidades de uso dos espaços (convívio social, contemplação, shows e eventos, atividade físicas e esportes, jogos e brincadeiras); e à animação cultural se deu através de observação sistemática e focal das praças.

As observações foram feitas *in loco*, com o maior detalhamento possível, por pesquisadores devidamente treinados, seguindo-se um roteiro de observação (RO), para assegurar descrições mais consistentes sobre os equipamentos. As observações foram realizadas seguindo o princípio do método de saturação (MINAYO, 2001), ou seja, até o momento em que se percebe uma repetição de fatos cotidianos. Outras informações relevantes em relação à observação dos espaços, bem como em relação aos usos pelos frequentadores, foram registradas no caderno de campo da pesquisa.

Para a avaliação da adequação e do estado de conservação das praças, foram considerados os seguintes aspectos: iluminação, área verde e manutenção, limpeza do local, número de lixeiras, número de bancos, tipo e pintura do piso. Após análise dos espaços segundo essas características, as praças foram classificadas em adequadas ou inadequadas e em relação a seu estado de conservação: muito boa, boa, regular, ruim e muito ruim/abandonada. Para a análise, o estado de conservação foi categorizado em muito bom/bom, regular e ruim/muito ruim. A segurança do local foi

avaliada considerando-se: iluminação, condições do piso, proximidade com habitações e centros comerciais, trânsito de veículos no local, frequentadores do local. Nesse sentido, os espaços foram classificados como seguros ou não seguros e se ofereciam riscos ou não aos frequentadores.

Após a coleta dos dados, realizada de acordo com os procedimentos indicados anteriormente, eles foram elaborados e classificados de forma sistemática seguindo os seguintes passos: seleção, codificação e tabulação (LAKATOS; MARCONI, 2003). Na fase de seleção foi feito exame minucioso e verificação crítica dos dados a fim de detectar falhas; na codificação foram criadas categorias de análise de acordo com as variáveis estudadas; e na tabulação os dados foram dispostos em tabelas, possibilitando sintetizá-los. Realizou-se análise descritiva dos dados coletados. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto (CAAE: 0011.0.238.000-10).

Resultados

Foram identificadas 33 praças na cidade de Ouro Preto. Considerando as praças analisadas em detalhe (31), 41,2% eram localizadas na região Central, 5,9% na região Oeste, 5,9% na região Noroeste, 5,9% na região Norte, 5,9% na região Nordeste, 11,8% na região Leste, 2,9% na região Sudeste, 8,8% na região Sudoeste e 11,8% na região Sul.

A maioria das praças eram de dimensão pequena (67,7%), não revitalizadas (74,2%), e não tinham instalações adequadas (71%). De todas as praças, 25% estavam em muito bom/bom estado de conservação, 35,5% em estado regular e 12% em estado ruim/muito ruim. Em relação à infraestrutura, 61,3% dos espaços tinham lixeira, 9,7% apresentavam parquinho, 64,5% possuíam áreas verdes e 3,2% contavam com pista de caminhada. Em nenhuma praça foi observada a disponibilidade de aparelhos de ginástica (Tab. 1).

Tabela 1 - Caracterização das praças de Ouro Preto, 2013

Variáveis	Total (%)
Dimensão física	
Grande	9,7
Média	22,6
Pequena	67,7
Espaço revitalizado	
Sim	25,8
Não	74,2
Instalações adequadas	
Sim	29,0
Não	71,0
Estado de conservação	
Muito bom/bom	25,8
Regular	35,5
Ruim/muito ruim	38,7
Lixeira	
Sim	61,3
Não	38,7
Parquinho	
Sim	9,7
Não	81,3
Área verde	
Sim	64,5
Não	35,5
Pista de caminhada	
Sim	3,2
Não	96,7
Aparelho de ginástica	
Sim	0,0
Não	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 mostra os resultados referentes à localização e à segurança das praças públicas de lazer de Ouro Preto. Em relação à segurança, 58,1% dos espaços foram considerados seguros, mas a maioria (64,5%) oferecia riscos para os frequentadores. De maneira geral, os espaços tinham um fácil acesso via transporte público ou particular e eram próximos a áreas verdes (16,7%), a habitações (93,3%), a centros comerciais (50%). Além disso, 23,3% das praças localizavam-se no Centro Histórico turístico da cidade.

Tabela 2 - Aspectos referentes à segurança e à localização das praças de Ouro Preto, 2013

Variáveis	Total (%)
Local seguro	
Sim	58,1
Não	41,9
Risco para frequentadores	
Sim	64,5
Não	35,5
Fácil acesso a pé e com veículo particular	
Sim	100,0
Não	0,0
Fácil acesso via transporte público	
Sim	93,3
Não	6,7
Próximo a área verde	
Sim	16,7
Não	83,3
Próximo a habitações	
Sim	93,3
Não	6,7

continua

conclusão

Variáveis	Total (%)
Próximo a centros comerciais	
Sim	50,0
Não	50,0
Centro Histórico turístico	
Sim	23,3
Não	76,7

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 mostra as formas e possibilidades de uso das praças. A viabilidade do espaço para a vivência de jogos e brincadeiras foi observada em 48,4% das praças, a prática de esportes e atividades físicas em 19,3% e shows e eventos em 12,9%. A presença de animador cultural não foi observada em nenhuma praça da cidade.

Tabela 3 - Usos das praças e interesses culturais do lazer atendidos em Ouro Preto, 2013

Variáveis	Total (%)
Convívio social	
Sim	100,0
Não	0,0
Contemplação	
Sim	45,2
Não	54,8
Jogos e brincadeiras	
Sim	48,4
Não	51,6
Shows e eventos	
Sim	12,9
Não	87,1

continua

conclusão

Variáveis	Total (%)
Esportes e atividades físicas	
Sim	19,3
Não	80,7
Presença de animador cultural	
Sim	0,0
Não	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Discussão

Por certo os indicadores apontados a partir do levantamento bibliográfico e de campo não podem ser compreendidos como retratos absolutos da realidade, contudo eles permitem apontamentos que podem colaborar com a elaboração de políticas públicas que dialoguem com os anseios da população. Nesse sentido, o que se percebe é a pouca importância dada aos espaços destinados ao lazer, principalmente com relação aos equipamentos públicos, neste caso as praças. Nesses lugares o lazer não é entendido como essencial e, portanto, os espaços e equipamentos de lazer não costumam merecer a atenção necessária, nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana (PELLEGRIN, 1996, p. 32).

Quanto à distribuição espacial das praças, percebe-se que há maior quantidade de espaços na região Central. Por outro lado, os índices vão decaindo conforme os bairros vão se distanciando do Centro (Anexo: Fig. 8), chegando ao índice zero em vários bairros periféricos. Identifica-se grande desigualdade na distribuição desses equipamentos, indicando que a diferenciação sociocultural se revela também espacialmente (MELO; PERES, 2005). Também se nota que, em relação à qualidade desses equipamentos, aqueles localizados na região Central possuem uma melhor estrutura, com maior existência de mobiliário e manutenção dos espaços, quando comparados aos equipamentos da

periferia. Tais dados evidenciam a necessidade de (re)pensar a distribuição de equipamentos/prças na cidade de Ouro Preto.

O uso do espaço urbano e a construção e a animação dos equipamentos de lazer, como as praças, constituem um eixo fundamental de uma política de lazer, no campo dos interesses físicos esportivos, assim como de qualquer dos seus conteúdos culturais.¹ Em relação à apropriação das praças pelos sujeitos, percebe-se a vivência de interesses diversos, tais como: andar de bicicleta; brincar com bola; realização de shows durante o período de Carnaval; prática de tênis, futebol, skate, handebol, caminhada e peteca; bate-papos; jogos de truco; e realização de feiras aos domingos. Ainda assim, há uma predominância do interesse físico esportivo.

Outras questões ficaram evidentes nas observações e nas falas dos frequentadores, como: a violência, o medo e a insegurança ao sair de casa para um ambiente como as praças; a falta de manutenção desses equipamentos; e a falta de conscientização das pessoas quanto ao cuidado no uso das praças.

A manutenção e a animação desses equipamentos de lazer podem ser ferramentas indispensáveis na resignificação do espaço urbano, já que muitas vezes a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na sua recuperação e revitalização, destinando-os à sua função original ou, com as devidas adaptações, a outras finalidades.

Segundo Gomes e Amorim (2003), as praças públicas devem ser dotadas de infraestrutura básica, como bancos com encosto, calçadas e iluminação eficiente. Em sua grande maioria, as praças observadas não tinham bancos ou estes se encontravam em situação precária, as calçadas eram irregulares e a iluminação, precária. Além disso, foi possível detectar, bem como foi ressaltado pelos frequentadores, a ausência de manutenção desses equipamentos, sendo destacados problemas como mato alto, falta de policiamento, acúmulo de sujeira e situações de total abandono.

Nesse sentido, algumas iniciativas podem ser tomadas e, em geral, com recursos bastante menores do que os necessários para novas construções. Se o espaço para o lazer é privilégio de poucos, o esforço para a sua democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos. Eles são importantes, e sua proliferação é uma

necessidade a ser atendida. Mas a ação democratizadora precisa abranger a conservação dos já existentes, sua divulgação e o incentivo à utilização, através de políticas específicas, e a preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano (MARCELLINO, 2012).

É importante destacar que no processo de construção, manutenção e adaptação das praças e de quaisquer outros equipamentos deve-se observar a redução das barreiras arquitetônicas, pois estas impossibilitam que pessoas idosas ou com deficiência usufruam dessas áreas. Dessa maneira, contribui-se efetivamente para a democratização cultural do lazer, afinal, democratizar significa tornar acessível a todos, incluindo crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

No que se refere à violência e/ou ao medo, devido à insegurança, apontados pelos frequentadores e observados na fase de campo, é importante salientar que quando as praças estão deterioradas e abandonadas pelo poder público e pela população, que se sente pouco estimulada a usá-las, esses equipamentos podem favorecer o mau uso e o aumento da criminalidade. Além disso, esse contexto de violência e de medo pode ocasionar “a imobilidade forçada”, tendendo a restringir as vivências de lazer a ambientes fechados, privativos. Souza (2006) aponta que a sociedade atual é profundamente marcada por prisões reais e metafóricas que estimulam, cada vez mais, o individualismo e o privatismo. O autor ainda ressalta que os espaços públicos são tratados com desleixo pelo Estado e mesmo pela sociedade civil. Assim, o “espaço de todos” é, no fundo, uma “terra de ninguém” e é abandonado ou monitorado e cercado (“corrompido”, às vezes até “privatizado”), devido ao medo da violência.

O que se tem visto é o abuso no que toca ao uso do espaço livre público. Com efeito, as praças deveriam traduzir-se em um equipamento público de lazer com qualidade necessária aos cidadãos, contribuindo, assim, para a diminuição da violência e do medo. Em vez disso, esses espaços estão sendo subutilizados e tratados com desleixo pelos vários atores, tanto públicos quanto privados.

A partir dos estudos de Silva (2012), percebe-se que é possível construir espaços livres públicos em que o medo e a violência não inviabilizem o seu uso e que, acompanhados de uma gestão efetiva, eles poderão

atuar como espaços que promovem e reproduzem a paz no interior do perímetro urbano. Estudos têm demonstrado que a existência de locais seguros, próximos a habitações e centros comerciais, está associada à vivência de atividades de lazer entre adultos e idosos (FLORINDO *et al.*, 2009; SALVADOR *et al.*, 2009), portanto, considerando o número de praças já existentes na cidade e o potencial desses espaços, é preciso desenvolver políticas públicas efetivas a fim de criar sistemas que considerem a dinâmica da cidade em sua complexidade e totalidade.

Assim, diante desses dados, e considerando a dimensão das políticas públicas de lazer, democratizar os espaços de lazer significa tomar por responsabilidade o desafio de tornar a cidade disponível.

Considerações finais

Para Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), o espaço público vem perdendo seu uso multifuncional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo. E para que as cidades deixem de possuir somente a função de circulação, é necessário

implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da ideia de uma cidade que conecte usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável (ROLNIK, 2000, p. 184).

Assim, políticas públicas para assegurar o direito social ao lazer não podem ser resumidas ao acesso às atividades do consumo de massa, ou a uma política de eventos. Devem também garantir oportunidades de vivências cotidianas de lazer, disponibilização de espaços/equipamentos em boas condições de uso e animação adequada, com investimento em formação e desenvolvimento de pessoal (MARIANO, 2006).

A partir dos dados apresentados, percebe-se que muitos bairros do município de Ouro Preto não possuem praças e, quando possuem, falta infraestrutura e manutenção adequadas para que a população usufrua esse equipamento de lazer. Portanto, o poder público deve adotar estratégias para distribuir esses espaços públicos coletivos de maneira igualitária, como: analisar o traçado dos loteamentos e buscar áreas nobres para a instalação de praças; dotá-las de equipamentos de lazer e fazer manutenção periódica; qualificar os espaços já existentes, para que esses equipamentos cumpram o papel de qualificadores ambientais e urbanísticos.

Para tanto, as políticas devem ser pensadas em consonância com a população, ou seja, uma política de planejamento urbanístico para a elaboração de praças, bem como outros espaços e equipamentos de lazer, que leve em consideração os diferentes bairros do município de Ouro Preto, de modo que haja a sua democratização para toda a população.

Toda política urbana de lazer deve priorizar a questão da moradia e seu entorno e as possibilidades e opções de lazer já culturalmente enraizadas em cada localidade, além da construção de equipamentos que viabilizem várias formas de lazer e que atendam quantitativa e qualitativamente às demandas da população.

Os resultados encontrados neste estudo retratam que as praças na cidade de Ouro Preto estão, em grande parte, concentradas na região Central da cidade, em detrimento da periferia, e também que carecem de uma melhor estruturação e conservação do ambiente. Diante disso, acredita-se que o conhecimento dos indicadores apresentados possa ser de grande importância e utilidade para a elaboração de políticas públicas mais efetivas, já que o acesso é condição *sine qua non* para a vivência do lazer.

É necessário que o município cumpra a função de democratizar o acesso aos espaços públicos destinados ao lazer, ao esporte e à saúde, iniciando essa ação através de um melhor aproveitamento dos espaços já existentes, como as praças – equipamentos públicos potenciais e privilegiados para o lazer.

Nota

- ¹ Jofre Dumazedier (1980) classifica os conteúdos ou interesses culturais do lazer em artísticos, intelectuais, físico-desportivos, manuais e sociais.

Referências

- DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: Edições Sesc, 1980.
- FLORINDO, A. A. *et al.* Practice of Physical Activities and Associated Factors in Adults, Brazil, 2006. *Revista de Saúde Pública*, v. 43, Supl. 2, p. 65-73, 2009.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, M. A. S.; AMORIM, M. C. T. Arborização e conforto térmico no espaço urbano: estudo de caso nas praças públicas de Presidente Prudente (SP). *Caminhos de Geografia*, v. 7, n. 10, p. 94-106, 2003.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MAGNANI, J. G. C.; SOUZA, B. M. (Org.). *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 2012.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer: informação e atuação profissional*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. 219 p.
- MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. *Impulso*, Piracicaba, v. 17, n. 44, p. 55-66, 2006. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/planejamento-de-espacos-e-equipamentos-de-lazer/texto-3-as-cidades-e-os-equipamentos-de-lazer>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- MARIANO, S. H. *A cidade como espaço de lazer*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.
- MELO, V. A.; PERES, F. F. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. *Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, 2005.

- MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, S. L. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- PELLEGRIN, A. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. São Paulo: Autores Associados, 1996. p. 31-38.
- PERES, F. F.; MELO, V. A. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Digital*, Buenos Aires, v. 10, n. 93, 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd93/rio.htm>>. Acesso em: 12 out. 2006.
- REQUIXA, R. As dimensões do lazer. *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*, n. 45, p. 54-76, 1980.
- ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO; WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION. *Lazer numa sociedade globalizada / Leisure in a Globalized Society*. São Paulo: Edições Sesc; WLRA, 2000. p. 179-184.
- ROSA, M. C. (Org.). *Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013.
- SALVADOR, E. P. *et al.* Perception of the Environment and Leisure-Time Physical Activity in the Elderly. *Revista de Saúde Pública*, v. 43, p. 972-980, 2009.
- SILVA, E. P. *Análise socioespacial do parque Camaragibe e da praça Coimbral, Camaragibe – PE: nexos entre lazer, espaços livres públicos, violência e medo urbanos*. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- SILVA, M. C.; SILVA, A. B.; AMORIM, T. E. C. Condições de espaços públicos destinados a prática de atividades físicas na cidade de Pelotas/RS/Brasil. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, v. 17, n. 1, p. 28-32, 2012.
- SOUZA, L. A.; SOBREIRA, F. G. *Guia para elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais: estudo de caso de Ouro Preto* – 2013. 2014. Disponível em: <http://www.abge.org.br/uploads/imgfck/file/GUIA_APTIDAO_A_URBANIZACAO_SOUZA_E_SOBREIRA_2014.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- SOUZA, M. L. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Jaqueline de Oliveira Santana
Maurício Leonard de Souza
Monique Sanches Marques

Pró-posições,
táticas e infiltrações
projeto Campus Aberto

Introdução

Pensar o lazer é pensar os espaços urbanos (MARCELLINO, 2006). E pensar os espaços urbanos é pensar a desigualdade social, os problemas econômicos, a fragmentação da cidade, a relação entre espaço cheio e vazio, as tensões entre público e privado, o privilégio dos grupos economicamente mais interessantes, a distribuição dos espaços e equipamentos culturais, as restrições ao acesso, a preservação e a conservação; é agir num território de nossa atuação profissional, no qual devemos interferir em todos os momentos: no planejamento, na implantação, na administração, na gestão e no controle (ROSA, 2013).

O processo de urbanização influencia na democratização ou na carência/ausência de espaços e equipamentos de lazer nas cidades (MARCELLINO *et al.*, 2007). Na constituição urbana os espaços são concebidos como locais de produção, como bem econômico ou como mercadoria; e os espaços de lazer, quando existentes, privilegiam atividades por vezes não acessíveis a todos.

As distâncias entre as unidades de moradia e os equipamentos específicos concentrados em áreas centrais, as sérias deficiências verificadas no sistema de transportes coletivos e as barreiras socioeconômicas certamente contribuem para confinar grandes parcelas da população a práticas conformistas (MARCELLINO, 2003). Mesmo quando superados todos os entraves para a participação dos moradores em atividades realizadas nos equipamentos específicos, frequentemente essa participação é dificultada e inibida pela sistemática de utilização programada das construções, ainda, e talvez até principalmente, quando são mantidos pelo poder público, que muitas vezes insere uma componente de afastamento da população.

Além disso, em Ouro Preto há uma atenção acentuada para a cidade-cenário que identifica o lugar, e apesar de vários eventos serem produzidos durante o ano, estes privilegiam um público visitante, e por vezes os moradores locais não se identificam com suas programações.

No Brasil, muitas das infraestruturas públicas causam um certo estranhamento à população, que não as entende como infraestruturas pertencentes a seu direito de utilização, como, por exemplo, as várias instituições públicas federais.

A vivência do lazer está relacionada à oportunidade de acesso aos bens culturais, os quais são determinados por fatores sócio-político-econômicos e também influenciados por fatores ambientais (BRAMANTE, 1999).

As cidades são consideradas grandes espaços e equipamentos de lazer: as ruas, os bares, os percursos, as praças etc. Ouro Preto, por exemplo, é considerada um museu aberto. Em 2005, foi inaugurado o Museu Aberto – Cidade Viva: selos e painéis interpretativos colocados nas fachadas das casas e em pontos estratégicos da cidade dizem sobre o acervo residencial e o registro de três séculos de vida. O caminhante percorre o museu, percorre a cidade, percorre a cidade-museu (ROSA, 2013).

Conhecida e reconhecida, nacional e internacionalmente, pelo patrimônio arquitetônico colonial barroco, a cidade de Ouro Preto apresenta grande potencial para o turismo, uma de suas principais atividades econômicas. Em consequência disso, tem priorizado, em detrimento de políticas de lazer voltadas para a população local, o desenvolvimento de políticas públicas de preservação e conservação de um conjunto de obras

arquitetônicas construído no século XVIII, com igrejas, capelas, sobrados, prédios públicos, bem como a viabilização e o fomento de museus, centros culturais, entre outros equipamentos em que predomina, além de interesses culturais do lazer, o turístico (ROSA, 2013).

No entanto, há uma cidade periférica, moldada nas franjas e nas exclusões que a cidade histórica e turística produziu e produz. Nela poucas infraestruturas relativas ao compartilhamento de lazer e cultura são instaladas, e as que já existem não promovem atividades frequentes nem são apropriadas pela população. Muitas vezes elas foram colocadas ali sem serem consideradas as dinâmicas e particularidades de um grupo. Muitos desses espaços tornaram-se pontos de vulnerabilidade para a população associados ao tráfico e à violência.

Nesse contexto, tornam-se relevantes as políticas de animação cultural, já que é comum as camadas mais pobres da população, justamente as que menos possuem meios de desenvolver atividades de lazer em suas residências, serem destinadas ao lazer doméstico por não terem outra opção (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006).

A manutenção e a animação de equipamentos de lazer e esporte podem ser instrumentos importantes na ressignificação do espaço urbano (MARCELLINO, 2006, p. 76), devendo ser estimuladas políticas que busquem garantir os espaços para tais atividades. Mais do que criar novos espaços e equipamentos, deve-se recuperar, revitalizar, conservar e adaptar os já existentes, possibilitando a sua democratização (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006).

Pensar o espaço como um grande equipamento de lazer é ainda pensar na relação com a saúde e o desenvolvimento humano. A problematização do lazer vinculado à saúde tem se configurado como um tema importante na atualidade, todavia se constata que ainda são poucas as ações e políticas públicas que privilegiam o assunto na cidade de Ouro Preto (SANTANA; FARIA; ROSA, 2013).

A necessidade de desenvolver ações que abarquem o lazer relacionado à saúde no projeto Campus Aberto justifica-se não só pelos argumentos anteriores, que indicam a pertinência de mais estímulos com esse enfoque, mas especialmente pelo fato de que, ao pesquisar os usos dos espaços

da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) pela comunidade do entorno, destacaram-se, entre práticas e formas de apropriação dos equipamentos, ações de usuários que tinham como pretensão a melhoria da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar, mediante a realização de caminhadas, corridas e outras práticas corporais/atividades físicas (SANTANA; FARIA; ROSA, 2013).

Considerando que Ouro Preto é uma cidade que não apresenta características que normalmente estimulam a realização de práticas corporais/atividades físicas, como clima, relevo e equipamentos específicos e qualificados para esse fim, bem como projetos de intervenção de lazer e esporte, propomos este projeto na tentativa de privilegiar e favorecer vivências de lazer, bem como de qualificar as experiências já realizadas no espaço da universidade, para que sejam reconhecidas como demandas. Acredita-se que isso estimulará diversas formas de uso e apropriação do espaço da UFOP, a partir de uma intervenção qualificada.

Pesquisas mostram que mudanças de comportamento e a diminuição de barreiras interclasses e intraclasses sociais – como o acesso aos equipamentos e a falta de manutenção de equipamentos de lazer existentes nas cidades, a faixa etária atendida pelos projetos de lazer, o tempo disponível – que limitam o lazer, inibindo e dificultando a sua prática e contribuindo para uma apropriação desigual (MARCELLINO, 2006), podem possibilitar à população oportunidades para a vivência de atividades de lazer que privilegiem diferentes interesses culturais. O ideal seria que cada pessoa praticasse atividades que abrangessem os vários grupos de interesses (MARCELLINO, 2002).

Assim, a realização de ações de lazer que priorizem a diversificação dos interesses culturais pode trazer contribuições importantes para a promoção da saúde e para o desenvolvimento humano, não só pelas práticas corporais/atividades físicas, comumente atreladas às práticas e aos saberes vinculados à saúde, mas também pela oportunidade de “exercitar, no tempo disponível, o corpo, a imaginação, o raciocínio, a habilidade manual, o relacionamento social, o intercâmbio cultural e a quebra da rotina, quando, onde, com quem e da maneira que quisesse” (MARCELLINO, 2002, p. 10), qualificando a vida dos sujeitos.

O que a pessoa faz no dia a dia, inclusive no lazer, afeta significativamente a saúde, a doença e até mesmo a longevidade (WANKEL, 1994). O envolvimento em determinada atividade, no tempo disponível, é influenciado por vários fatores, sociais e econômicos, como a concentração de equipamentos de lazer nos centros das cidades. Essa prática diminui as oportunidades de lazer dos moradores da periferia e favorece a mercantilização do lazer, excluindo pessoas de classes menos favorecidas, mas está relacionada, principalmente, segundo Wankel (1994), à satisfação individual e à motivação. Além desses fatores, tempo e atitude, possibilidade de escolha das atividades (MARCELLINO, 2006), bem como democratização do lazer (MARCELLINO *et al.*, 2007), são determinantes, uma vez que o oferecimento de projetos de lazer gratuitos, contínuos e acessíveis pode influenciar no envolvimento, ou não, das pessoas.

Ao democratizar o acesso ao espaço da UFOP, colocamos em evidência a importância do lazer para a consolidação de uma nova visão sobre a cidade e a própria universidade, que devem agenciar também, no dia a dia, entre os estudantes e moradores do município, relações proximais e dialógicas, tendo o espaço da universidade como um potente mediador. Uma cidade e uma universidade que devem ser fruídas pela comunidade, numa possibilidade de transformação da cidade, estabelecendo evidências de cidadania.

Estimular diversas formas de uso e apropriação dos espaços da universidade pode orientar e direcionar a formulação de políticas públicas de lazer e de saúde, a fim de aumentar a oferta e a participação nessas atividades, possibilitando assim a melhoria da saúde e também do lazer da população, interna e externa ao campus.

Refletindo sobre esse contexto, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex), junto às suas reitorias e aos setores administrativos da UFOP, propôs a criação de um projeto que favorecesse diferentes usos e apropriações dos espaços do campus da UFOP pelos sujeitos que circulam, moram e se divertem especialmente na cidade periférica.

Compartilhando experiências

Responsabilidade social das universidades

No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, e na defesa da diversidade cultural (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012).

As atividades de extensão devem ter como objetivo prioritário, democraticamente, no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais, de modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados. A extensão universitária apresenta potencialidade não apenas de sensibilizar estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo para os problemas sociais. Como atividade produtora de conhecimento, ela também melhora a capacidade técnica e teórica desses atores. Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012).

Uma vez criadas as condições, a universidade deve ser incentivada a assumir formas mais densas de responsabilidade social. A responsabilidade social da universidade tem de ser assumida, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor. A autonomia universitária e a liberdade acadêmica – que, no passado, foram suprimidas para desresponsabilizar socialmente a universidade – assumem agora uma nova premência, uma

vez que só elas podem garantir uma resposta empenhada e criativa aos desafios da responsabilidade social.

A universidade, a partir de seu caráter vinculado à formação de indivíduos qualificados, pode ser um campo aberto a relações e aproximações capazes de ampliar seu impacto e sua abrangência como instituição comprometida com uma formação humanizada, em que a relação com a comunidade como um todo vem a ser foco sintonizado com as políticas emergentes de empoderamento e decisão coletiva acerca da real função dos bens públicos na sociedade. Atualmente o campus da UFOP é utilizado por um razoável número de pessoas que não são exclusivamente pertencentes à comunidade acadêmica. São várias as práticas e apropriações que acontecem no campus, demandadas por diferentes grupos e com necessidades específicas. Muitas dessas apropriações são de caráter espontâneo e poderiam ser mais bem acolhidas frente à oferta diversa de suportes que poderiam estar vinculados a essas atividades.

Ao permitir que essas práticas se desenvolvam nos campi, torna-se necessário repensar a corresponsabilidade que a instituição pode vir a assumir junto à comunidade, não só como prática de vigília e monitoramento, mas também utilizando essa espontaneidade como algo potencial para um melhor entrosamento entre a comunidade acadêmica e as comunidades externas, criando uma porosidade que amplie e ressignifique essa relação, tantas vezes unilateral.

Democratizar o acesso aos espaços públicos, como as instalações da universidade, é uma demanda importante no que tange às políticas públicas de incentivo à cultura, à promoção da saúde e também ao planejamento urbano. O espaço da UFOP é caracterizado como potencial para práticas culturais por ser uma área extensa, plana, com a presença do verde e infraestrutura privilegiada; no entanto, não há políticas que privilegiem o acesso e o uso desse espaço como um equipamento de lazer pela comunidade local. Com características específicas, a UFOP tem capacidades importantes para se configurar como um espaço de lazer, de convivência, de experiências, de trocas, favorecendo a inclusão social, a diversidade, a dinamização e a democratização cultural.

O projeto

Dados de uma pesquisa recente realizada na cidade de Ouro Preto (ROSA, 2013) mostram a quase inexistência de ações contínuas realizadas nos espaços e equipamentos de lazer que envolvam a comunidade local. A condição precária de muitos equipamentos no que se refere à conservação e à manutenção limita o acesso e as oportunidades de vivência de práticas culturais pela comunidade residente nessa cidade.

Além disso, há também uma componente relacionada à conformação topográfica da cidade, constituída por grandes áreas com declividade acentuada, o que dificulta a existência de locais planos para a prática de esportes e lazer. Atividades como o skate, o ciclismo e os patins são demandas reprimidas na cidade devido a essa conformação. A isso se soma o recobrimento das vias por paralelepípedos, que, embora preserve as características históricas da cidade, acaba também por restringir certos usos da população.

Ainda que a cidade de Ouro Preto abrigue durante todo o ano muitas ações culturais de diversas naturezas, frequentemente estas não atendem à população como um todo, pois se distanciam do intuito de se efetivar uma política pública de lazer e esporte, afinada com a inclusão social, a diversidade, a dinamização e a democratização cultural.

Nesse contexto, uma das grandes áreas disponíveis para a prática tanto de lazer como de esportes na cidade de Ouro Preto é o campus da UFOP – Morro do Cruzeiro. Esse espaço tem por característica tanto a existência de áreas planas e parcialmente arborizadas quanto uma desejável requalificação de sua infraestrutura como bem público apropriável. Uma grande parcela das comunidades ouro-pretanas reclama da clausura do campus como uma unidade espacial pública que poderia, dadas as suas capacidades instaladas, favorecer a apropriação desse espaço potencial. Sendo assim, a UFOP, por meio do projeto Campus Aberto, vem produzindo um conjunto de ações buscando agir nessa lacuna constatada, relacionando as suas capacidades com uma produção ampla de cultura através das práticas relativas ao lazer e de atividades de outras naturezas.

O projeto Campus Aberto foi criado em setembro de 2014 com o objetivo de favorecer práticas culturais de lazer e convivência, valorizando a cultura da comunidade, ampliando esse acervo cultural e suas diversas

manifestações, e favorecendo o desenvolvimento de cidadãos autônomos, críticos e criativos, capazes de agir para a transformação da realidade social em que vivem. Além disso, busca promover uma reflexão sobre as amplas possibilidades democráticas de utilização dos campus da UFOP, a partir do estímulo à utilização da infraestrutura já disponível, a fim de aproximar comunidade acadêmica e comunidade local, ampliando a rede de espaços destinados ao lazer e à cultura na cidade de Ouro Preto.

No nível institucional, procura-se estimular e proporcionar aproximações entre conhecimentos adquiridos por bolsistas e colaboradores em disciplinas curriculares da graduação e pós-graduação com os conhecimentos obtidos na realização desse projeto. Pretende-se ampliar e suscitar temas para estudos monográficos, pesquisas científicas e produção bibliográfica, qualificando o processo de formação acadêmica, o que contribui para a formação de novos recursos humanos nas áreas de atuação abrangidas pelo projeto.

Através da realização de eventos e atividades culturais em conjunto com seus diversos departamentos, instituições parceiras e movimentos populares, o objetivo é abrir o campus para que a comunidade possa usufruir dos espaços da universidade, visando, numa etapa posterior, à replicação dessas ações em outros campi da UFOP.

O projeto Campus Aberto está de acordo com as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOP, estando especialmente articulado com a seção “Visão Organizacional e de Gestão”, meta 11: Incentivo à comunidade acadêmica para a prática desportiva nas instalações da UFOP; e com a seção “Visão Acadêmica – Processo de Formação”, meta 4: Consolidação e ampliação da extensão.

A metodologia proposta tem como eixos teóricos a interação dialógica, a interdisciplinaridade/interprofissionalidade, a diversidade, o empoderamento dos envolvidos, a qualificação na formação do discente e o desenvolvimento social. Acrescenta-se que, por ocorrer numa instituição acadêmica, são priorizadas articulações com as demais funções da universidade, quais sejam, o ensino e a pesquisa.

O projeto foi pensado sob a forma de eventos, tendo sido realizados dois ao longo do primeiro semestre letivo de 2015, ambos aos sábados,

em tempo integral (manhã e tarde). Nas duas edições realizadas o projeto teve uma média de público de mil pessoas, entre comunidade acadêmica e ouro-pretana, abarcando pessoas de diversos bairros e faixas etárias.

A equipe do projeto é composta por docentes de diversas áreas do conhecimento, como Arquitetura e Urbanismo, Educação Física, Engenharia de Alimentos, Medicina, Música, Nutrição, Química; discentes dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Artes Cênicas, Educação Física, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Jornalismo, Medicina, Nutrição e Química; e técnicos administrativos da UFOP.

Outros parceiros foram: Instituto de Defesa dos Direitos dos Animais (IDDA), Associação dos Skatistas de Ouro Preto (ASKOP), Associação HamTai, Unimed Inconfidentes, Odara Family, Circo de Ouro Preto, 8º Grupo Escoteiro de Ouro Preto, Escola de Tecido Acrobático, Associação de RPGistas de Viçosa, Centro de Saúde UFOP e Programa de Bolsas de Incentivo à Docência (PIBID) Química e Educação Física.

O projeto, que funciona sob a forma de oficinas e práticas espontâneas, conta com dois bolsistas, e os demais participantes são todos voluntários. Como estratégia de estímulo à participação dos discentes no Campus Aberto, a participação é certificada pela Pró-Reitoria de Extensão da UFOP, podendo as horas cumpridas serem aproveitadas para atividades complementares nos diversos cursos de graduação.

As ações do projeto são alocadas em núcleos, subdivididos de acordo com as capacidades e potencialidades dos espaços da UFOP, sendo eles: Hall da Escola de Minas, Gramado e áreas verdes, Centro de Convergência e Mirante da UFOP (Anexo: Fig. 10 e Fig. 11). Tais ações são planejadas com a observância das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional que estejam ao alcance do projeto.

Nas edições já realizadas do Campus Aberto foram desenvolvidas ações relacionadas à saúde, com medição de parâmetros clínicos e físicos, como aferição e monitoramento da pressão arterial, medição da circunferência da cintura e realização de anamnese para identificar o estado de saúde geral do indivíduo. Foram também fornecidas informações sobre o encaminhamento, a prevenção de doenças, a promoção da saúde, e

ações de estímulo a hábitos de vida saudável (orientação nutricional e orientação para a prática de atividade física).

As práticas corporais e esportivas têm como enfoque a orientação para a realização do exercício físico de forma segura e saudável, bem como a conscientização da importância do exercício e do lazer para a saúde e a qualidade de vida. Foram oferecidas práticas corporais diversas, procurando atingir um público com interesses e gostos variados. Para isso, foram estruturadas oficinas temáticas, de dança, de jogos, de esportes, de práticas corporais alternativas (PCA), entre outras.

A participação da equipe Rodetas Robô Clube amplia as possibilidades de vivência do lazer relacionado à tecnologia, diversificando as práticas e atendendo a diversos interesses.

Considerando que as áreas verdes desempenham diversos papéis, como a função social relacionada ao lazer, e ampliam o acesso às questões ambientais e psicológicas, permitindo o alívio das tensões diárias e a sensação de agradabilidade, buscou-se explorar as capacidades dessas áreas a partir da instalação de uma infraestrutura que favoreça e estimule o uso desses lugares para descanso, leitura, encontros e piqueniques. Foram dispostas redes e esteiras que caracterizassem esses espaços, bem como foi disponibilizada uma estrutura “efêmera” para práticas corporais ao ar livre, como quadras de peteca, vôlei, futebol, *slackline*, entre outras.

O IDDA teve a abordagem centrada nas informações sobre os cuidados com os animais, bem como a disponibilização de cachorros para adoção e a microchipagem dos animais.

Atividades relacionadas à apropriação da sensibilidade do indivíduo, por meio de apresentações artísticas que valorizassem as diversas manifestações culturais da comunidade, também foram desenvolvidas. Buscamos a proposição e a vivência de novas experiências pelos participantes, favorecendo a compreensão, a apropriação e a participação crítica em atividades relacionadas às práticas culturais, seja como produtor, participante, leitor, ouvinte, escritor etc.

Alguns grupos parceiros desenvolveram ações nesse espaço, como o grupo Mambembe (música e teatro itinerante) e o grupo Rosários (danças folclóricas). Almeja-se que no decurso do projeto novas parcerias sejam

firmadas, tanto com grupos artísticos locais quanto com grupos que tragam práticas inovadoras e diversificadas, ocupando a Concha Acústica, espaço que já existe no campus da UFOP, porém ainda subutilizado.

No decorrer do evento também são estimulados diálogos, debates e discussões sobre temas relacionados às políticas públicas e sociais, aos direitos dos cidadãos e às demandas da comunidade acadêmica e local. A intenção é favorecer um espaço de trocas entre os participantes, evidenciando questões urgentes e que podem ser pensadas e debatidas criticamente, em conjunto.

Ressalta-se que todas as atividades do projeto são planejadas de forma integrada, favorecendo um diálogo entre as diversas áreas de conhecimento. Ademais, as ações anteriormente descritas não são fixas, assim como os núcleos. Conforme a participação de colaboradores, dos diversos cursos da UFOP que aderem ao projeto Campus Aberto, as atividades podem ser reestruturadas, e os espaços, ressignificados. Buscamos explorar as capacidades dos espaços da universidade de acordo com as necessidades e potencialidades dos diversos cursos e a forma como o conhecimento se expressa, e considerando as demandas da comunidade.

Considerações finais

O campus da UFOP foi implantado no bairro da Bauxita, em Ouro Preto, repetindo ações do planejamento urbano prescritivo e hegemônico, com a inserção de grandes equipamentos monofuncionais, de usos especializados e pouco porosos com relação ao tecido urbano adjacente. As barreiras com relação ao seu entorno são constituídas por grandes extensões de muros e cercas que o separam da cidade. Essa pouca permeabilidade pode ser identificada também através da discreta presença e permanência dos moradores do bairro, assim como de habitantes de outras áreas de Ouro Preto no campus. A falta de conectividade se faz presente ainda seja pela segregação com relação à cidade, seja com relação a um certo isolamento identificado entre as unidades que abrigam os diversos cursos da universidade e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, não por acaso, além das cercas, observamos vazios residuais, físicos e simbólicos, ocuparem grandes áreas. Se a escassa permeabilidade singulariza a relação do campus com seu entorno, a limitada conectividade entre as unidades dos cursos revela ilhas de isolamento de produção do conhecimento. Nesse caso, cercas, muros e vazios são sintomas dessas segregações entre as áreas internas e externas ao campus, bem como entre as diversas construções que o habitam.

Se as escassas permeabilidades e conectividades, a presença de zonas de fronteira e os vazios podem ser identificados como vulnerabilidades sociais e urbanas, o Campus Aberto os identifica como potencialidades e trabalha para a sua reconversão em zonas de oportunidades. É nessa perspectiva que o Campus Aberto se faz, isto é, como plataforma horizontal agenciadora de diferenças, multiplicidades, subjetividades a se desdobrarem continuamente em oportunidades; produção de conhecimentos híbridos, parcerias, encontros, conexões que configuram outros estratos que, por sua vez, sobrepõem-se e justapõem-se para criar o novo.

Até o momento, nessas duas edições, o Campus Aberto promoveu uma diversidade de eventos para deflagrar essas possibilidades de encontro entre diferentes, entre moradores diversos, estudantes diversos, sujeitos sociais que até então nunca tinham adentrado o campus Morro do Cruzeiro. Para trabalhar os aspectos segregacionistas, tanto nas suas zonas de contato com a cidade quanto no seu território interno, essa plataforma se valeu desses eventos para dar visibilidade às produções do ensino, da pesquisa e da extensão dos vários cursos da universidade, bem como criou zonas de contato entre pessoas, coisas e conteúdos, agenciando ações e principalmente tendo a festa, os afetos e os compartilhamentos como princípio.

É nessa direção que o Campus Aberto se constitui como plataforma política, ou, mais precisamente, inscreve-se como agenciador de micro-políticas do cotidiano, engajando cidadãos comuns nas suas vidas e lutas diárias por espaços produtivos, coletivos, ecológicos, onde as dimensões sociais, psíquicas e ambientais estejam na base de suas formulações. A promoção de eventos para a ocupação do campus constituiu até então uma ferramenta tática potente para a construção e a alimentação dessa plataforma. Mas o que se pretende é que a promoção de eventos por parte

da organização do Campus Aberto gradativamente dê lugar à construção de infraestruturas arquitetônicas, urbanas, ambientais e sociais que funcionem como dispositivos sobre e pelos quais os agenciamentos da vida cotidiana se ocupariam; esse seria o campus do porvir, do devir.

A metodologia utilizada pelo Campus Aberto fundamenta-se na área da tecnologia do encontro, na economia criativa, na economia solidária. Na perspectiva do urbanismo tático, da infiltração, da fragmentação, busca-se atualizar e ressignificar o campus da UFOP. A partir de pequenas e muitas ações em rede procura-se transformar um território monofuncional e especializado em sistema de relações e oportunidades que se fazem por associações e hibridismos que só a disposição ao encontro e as diversidades possibilitam.

O projeto permite aos alunos envolvidos o contato com as futuras atividades profissionais, favorecendo experiências que diminuam as fragilidades do processo ensino-aprendizagem e proporcionem uma articulação efetiva entre teoria e prática. As ações que serão desenvolvidas ao longo desse projeto utilizam a extensa rede que é formada pelos projetos extensionistas já desenvolvidos na UFOP, que pretendem criar acessos mais amplos e direcionados à comunidade.

A atividade junto à comunidade interna e externa associa-se aos ideais de responsabilização social das universidades e de formação sensível à realidade social vigente nos diversos cursos de graduação e pós-graduação da UFOP. À medida que o projeto Campus Aberto busca uma relação dialógica com as comunidades, as práticas acadêmicas aproximam experiências sintonizadas às demandas que essas comunidades podem vir a desenvolver.

O projeto fomenta ainda temas para estudos monográficos, pesquisas científicas e produção bibliográfica, qualificando o processo de formação acadêmica e fortalecendo uma relação entre ensino, pesquisa e extensão, em que o próprio campus torna-se alvo de intervenção. Nesse sentido, abrem-se oportunidades para que as práticas de pesquisa criem convergência com as práticas extensionistas a partir da ampla interação que o dispositivo Campus Aberto propõe, implementando uma plataforma

referencial de horizontalização e afirmação de um ensino comprometido com a formação contextualizada dos alunos.

Ressaltamos que, embora o projeto enquadre-se em temáticas relacionadas ao acesso e à disponibilização de lazer e de cultura às comunidades citadas, prevemos desdobramentos e desenvolvimentos tecnológicos no tocante a uma futura implementação de estrutura física e logística definitiva nos campi da UFOP, servindo esse projeto como observatório de interesses dos usuários. No momento há em andamento nos setores de infraestrutura do campus UFOP, via Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), um estudo e um projeto para requalificar as áreas livres. Entendemos, assim, que o Campus Aberto é uma ferramenta potente para que essa requalificação não se imponha como ação descontextualizada.

Além da relação com a tríade ensino-pesquisa-extensão, surge no âmbito das ações do Campus Aberto uma quarta via envolvida, que são os setores administrativos e de implementação de infraestruturas. Estes poderão assimilar e se alinhar com a produção científica acadêmica, desenhando relações mais pertinentes à produção arquitetônica e urbanística dos campi.

Referências

- BRAMANTE, A. C. Estudo de caso para a formulação de uma política setorial de lazer: avaliação contextual do distrito federal. *Conexões*, v. 1, n. 2, p. 121-145, 1999.
- BRANDÃO, C. R. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. ampl. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2003.
- MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 65-92.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. *Impulso*, Piracicaba, v. 17, n. 44, p. 55-66, 2006. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/planejamento-de-espacos-e-equipamentos-de-lazer/texto-3-as-cidades-e-os-equipamentos-de-lazer>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

MARCELLINO, N. C. *et al. Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana*. Curitiba: OPUS, 2007.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. *Política nacional de extensão universitária*. Manaus, 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Politica-Nacional-de-Extensao-Univertsitaria-e-book.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

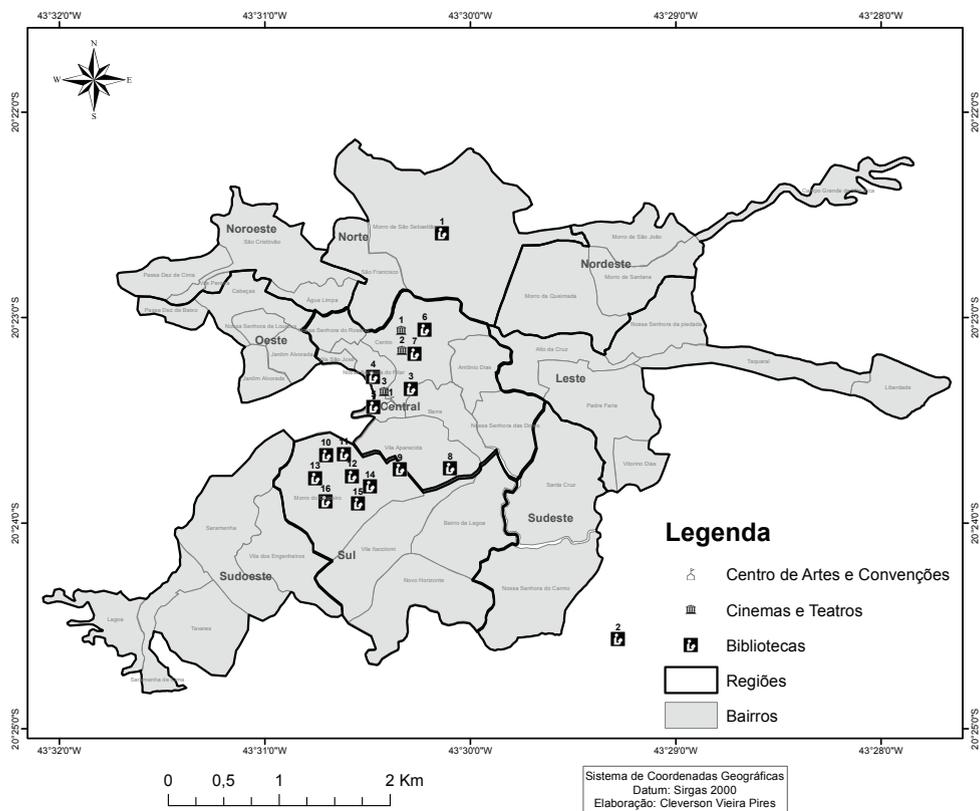
ROSA, M. C. (Org.). *Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013.

SANTANA, J. O.; FARIA, K. C. T.; ROSA, M. C. Lazer e saúde. In: ROSA, M. C. (Org.). *Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013. p. 137-162.

WANKEL, L. M. Health and Leisure: Inextricably Linked. *The Journal of Physical Education, Recreation & Dance*, v. 65, n. 4, p. 28-31, Apr. 1994.

| Anexo

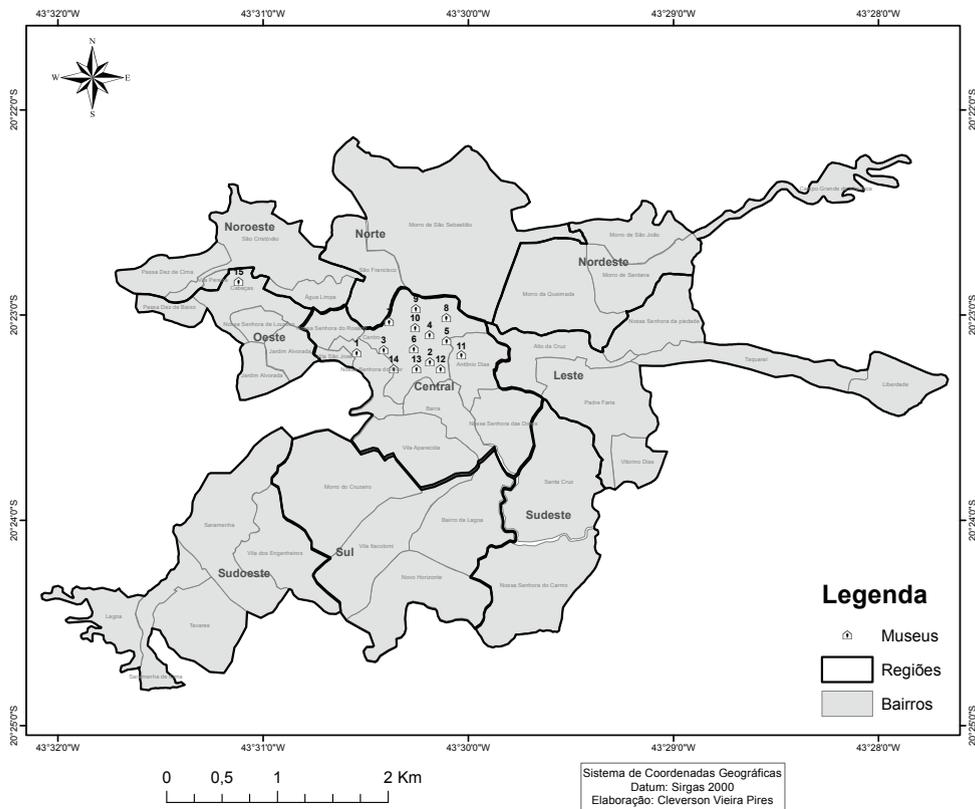
Figura 1 - Mapa dos centros de artes e convenções, cinemas, teatros e bibliotecas. Ouro Preto, 2015



Centro de Artes e Convenções
1 - Centro de Artes e Convenções da UFOP
Cinemas e Teatros
1 - Cine Teatro Vila Rica
2 - Casa da Ópera (Teatro Municipal)
3 - Teatro Ouro Preto
Bibliotecas
01 - Biblioteca Comunitária Altina Catarina Conceição Pereira
02 - Biblioteca do PEIT
03 - Biblioteca Pública Municipal de Ouro Preto
04 - Biblioteca do Museu da Inconfidência (Anexo III - Casa do Pilar)
05 - Biblioteca da Estação Ferroviária - Trem da Vale

06 - Biblioteca de Obras Raras (UFOP)
07 - Biblioteca do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (UFOP)
08 - Biblioteca do IFMG
09 - Biblioteca do Departamento de Geologia/ Departamento de Engenharia de Minas (UFOP)
10 - Biblioteca do Centro de Educação Aberta e à Distância (UFOP)
11 - Biblioteca do Departamento de Música (UFOP)
12 - Biblioteca do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (UFOP)
13 - Biblioteca da Escola de Nutrição (UFOP)
14 - Biblioteca da Escola de Farmácia (UFOP)
15 - Biblioteca da Escola de Minas (UFOP)
16 - Biblioteca da Escola de Medicina (UFOP)

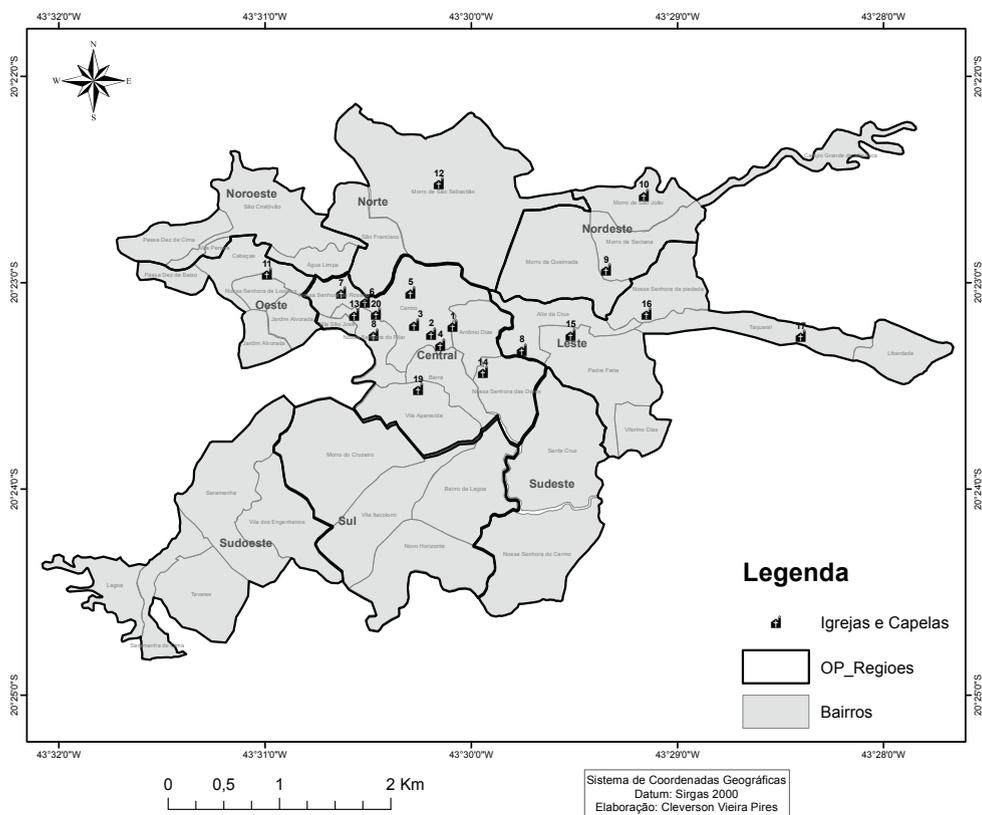
Figura 2 - Mapa dos museus. Ouro Preto, 2015



Museus
1 - Museu de Arte Sacra
2 - Anexo I do Museu da Inconfidência (Sala Manoel da Costa Ataíde e Auditório)
3 - Anexo III (Casa do Pilar)
4 - Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG de Ouro Preto
5 - Casa de Tomás Antônio Gonzaga
6 - Museu do Oratório
7 - Museu Casa dos Contos
8 - Casa do Patrimônio IPHAN (Casa da Baronesa)

9 - Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (Escola de Minas UFOP)
10 - Museu Casa Guignard
11 - Santuário de Nossa Senhora da Conceição (Museu do Aleijadinho)
12 - Museu da Inconfidência
13 - Museu de Pharmácia (Escola de Farmácia UFOP)
14 - Casa Alceu Amoroso Lima - Sede do Grêmio Literário Tristão Ataíde
15 - Casa Bernardo Guimarães - Núcleo de Ofícios e Escola de Arte Rodrigo Franco de Andrade (FAOP Cabeças)

Figura 3 - Mapa das igrejas e capelas. Ouro Preto, 2015



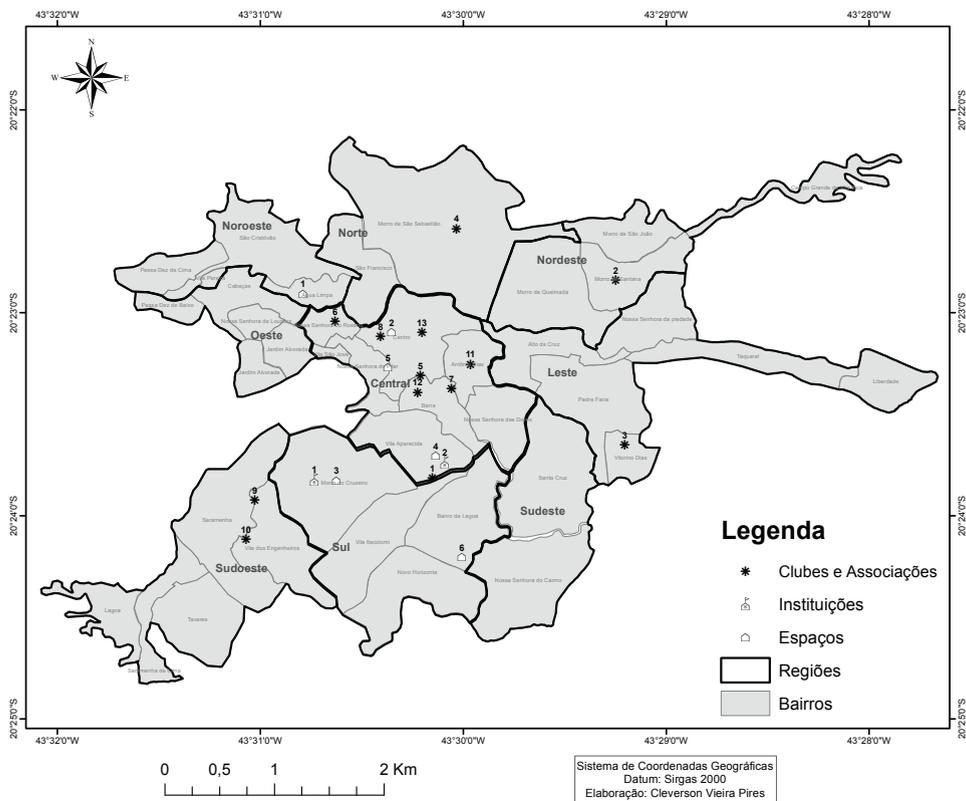
Igrejas e Capelas
1 - Santuário de Nossa Senhora da Conceição
2 - Igreja de São Francisco de Assis
3 - Igreja de Nossa Senhora do Carmo
4 - Igreja Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Mercês de Baixo)
5 - Igreja Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Mercês de Cima)
6 - Igreja de São José
7 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário
8 - Matriz de Nossa Senhora do Pilar
9 - Igreja de Santa Efigênia

10 - Capela de Santana
11 - Capela de São João Batista
12 - Igreja do Bom Jesus de Matozinhos
13 - Capela de São Sebastião
14 - Capela do Bom Jesus dos Passos
15 - Capela de Nossa Senhora das Dores
16 - Capela do Padre Faria
17 - Capela de Nossa Senhora da Piedade
18 - Capela do Bom Jesus das Flores do Taquaral
19 - Capela de Nossa Senhora Aparecida
20 - Capela do Senhor do Bonfim

Ginásios
01 - Ginásio da UFOP
02 - Ginásio de Ginástica da UFOP
03 - Ginásio de Esportes do IFMG
04 - Ginásio do IFMG
05 - Ginásio do OPTC
06 - Ginásio Poliesportivo da AAA
Campos
01 - Campo Society da UFOP
02 - Campo de Areia Vila dos Engenheiros
03 - Campo de Futebol da Aluminas
04 - Campo do PNMCA
05 - Estádio Municipal Genival Alves Ramalho (Campo da Barra)
06 - Campo de Areia do Bairro Saramenha de Cima
07 - Campo do Pocinho
08 - Campo
09 - Campo da Pirita
10 - Campo de Futebol Bairro Nossa Senhora de Lourdes
11 - Campinho da Bauxita (Praça José Marçal de Paula)
12 - Campo de Futebol Morro São Sebastião
13 - Praça de Esportes 7 de Setembro (Campo de Terra)
14 - Campo de Futebol da UFOP
Quadras
01 - Quadra 1 da UFOP
02 - Quadra 2 da UFOP

03 - Quadra do IFMG 1
04 - Quadra do IFMG 2
05 - Quadra do IFMG 3
06 - Quadra do IFMG 4
07 - Quadra de Peteca OPTC 1
08 - Quadra de Peteca OPTC 2
09 - Quadra de Peteca OPTC 3
10 - Quadra de Tênis OPTC 1
11 - Quadra OPTC 1
12 - Quadra OPTC 2
13 - Quadra OPTC 3
14 - Quadra de Tênis da Vila dos Engenheiros 1
15 - Quadra de Tênis da Vila dos Engenheiros 2
16 - Quadra da Vila dos Engenheiros
17 - Quadra da Aluminas
18 - Quadra do PNMCA
19 - Quadra do Bairro Saramenha de Cima
20 - Quadra Comunitária Saramenha
21 - Quadra do Pocinho
22 - Quadra do Bairro Santa Cruz
23 - Quadra do Grupo Assistencial do Auta de Souza
24 - Quadra da Bauxita (Praça José Marçal de Paula)
25 - Quadra Morro São Sebastião
26 - Quadra da Praça de Lazer Antônio Nolasco Bolão
27 - Quadra da Vila Aparecida

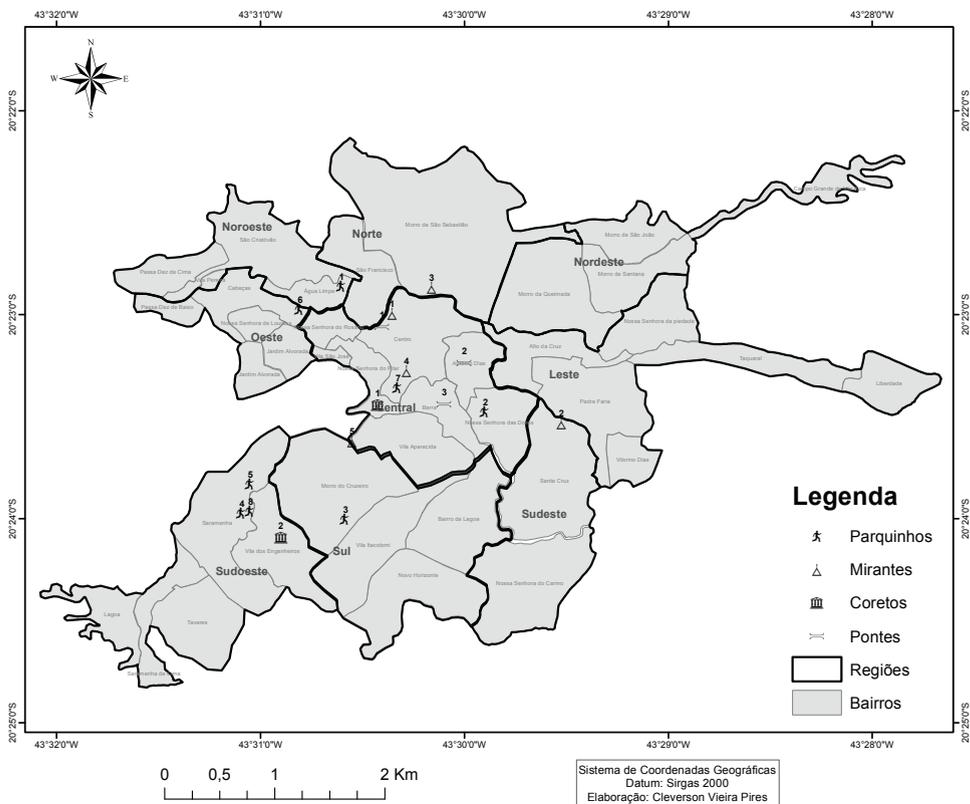
Figura 6 - Mapas dos clubes e associações, instituições e espaços. Ouro Preto, 2015



Clubes e Associações
1 - Clube Melhor Idade Renascer
2 - Grupo Assistencial Auta de Souza
3 - Esporte Cidadania (Fundação Aleijadinho) Antiga Fábrica de tecidos
4 - Instituto Social Águia de Ouro
5 - Esporte Clube Tabajaras
6 - Esporte Clube Rosário
7 - Clube Guarani
8 - ACEOP
9 - AAA
10 - Clube do Alumínio
11 - Clube Recreativo XV de Novembro
12 - OPTC
13 - CAEM

Instituições
1 - UFOP
2 - IFMG
Espaços
1 - Espaço Minas Folia
2 - Espaço Bem Viver da UFOP
3 - Concha Acústica da UFOP
4 - Auditório do IFMG
5 - Estacionamento do Centro de Artes e Convenções da UFOP
6 - Estacionamento da Cooperouro

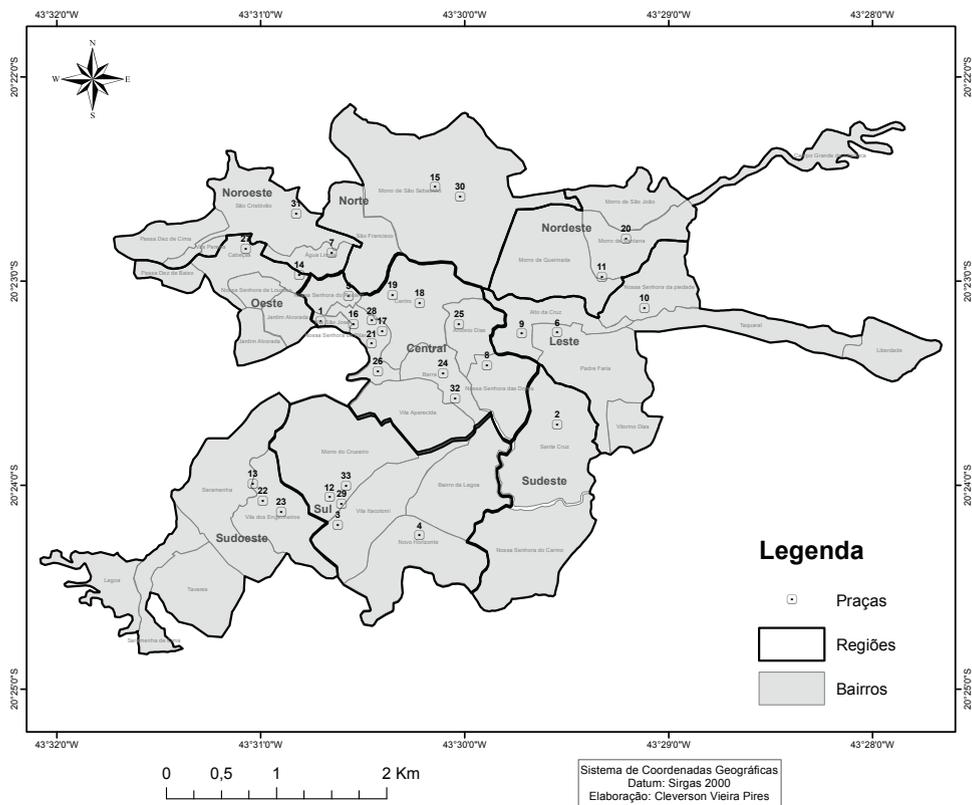
Figura 7 - Mapa dos parquinhos, mirantes, coretos e pontes. Ouro Preto, 2015



Parquinhos
1 - Parquinho Infantil e Fonte da Água Limpa
2 - Parquinho Infantil
3 - Parquinho da Praça Dr. Benedito Xavier
4 - Parquinho Infantil
5 - Parquinho de Madeira
6 - Parquinho da Praça de Lazer Antônio Nolasco Bolão
7 - Parquinho de Madeira do Morro da Forca
8 - Parquinho da AAA
Mirantes
1 - Parque Horto dos Contos (17 mirantes distribuídos na área)

2 - Mirante do Cruzeiro
3 - Mirante da Rua Nova
4 - Mirante do Morro da Forca
5 - Mirante da UFOP
Coretos
1 - Coreto da Praça Cesário Alvim
2 - Coreto da Vila dos Engenheiros
Pontes
1 - Ponte dos Contos
2 - Ponte do Antônio Dias (Ponte Marília de Dirceu)
3 - Ponte da Barra

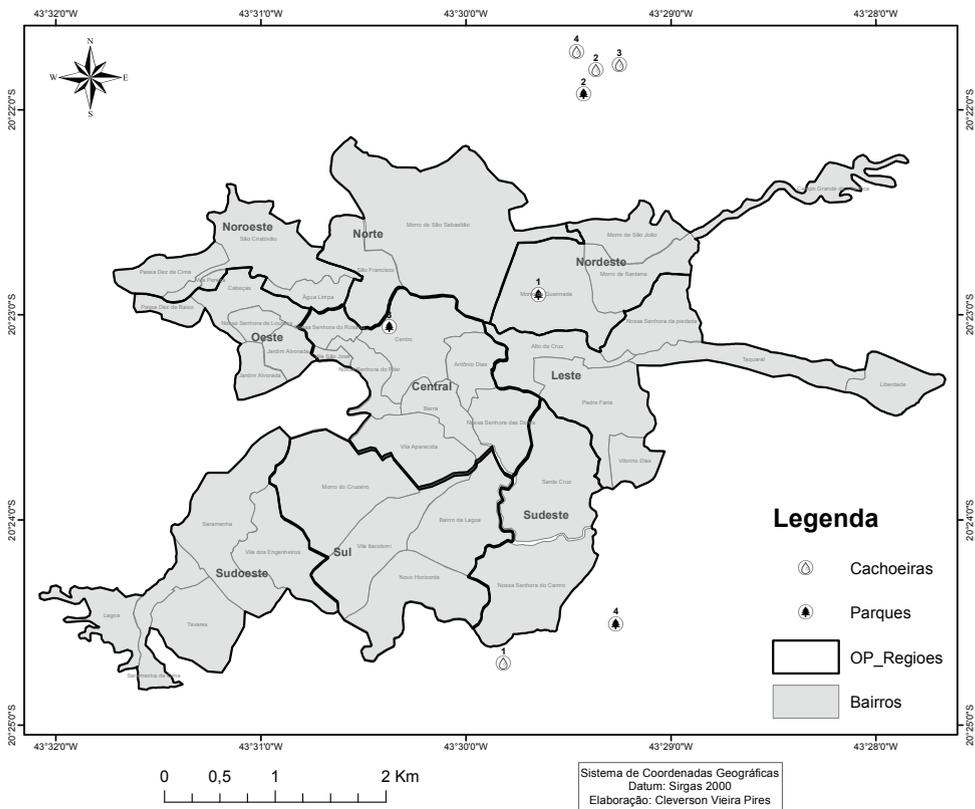
Figura 8 - Mapa das praças. Ouro Preto, 2015



Praças
1 - Praça sem nome (Vila São José)
2 - Praça Lírios do Campo
3 - Praça João Marçal de Paula
4 - Pracinha do Novo Horizonte
5 - Pracinha do Padre Faria
6 - Praça da Água Limpa
7 - Praça Nossa Senhora das Dores
8 - Praça Santa Efigênia
9 - Jardim da Ponte Seca
10 - Praça da Piedade
11 - Praça do Morro Santana
12 - Praça Benedito Benigno da Silva
13 - Praça João Emílio Gomes
14 - Praça de Lazer Antônio Nolasco - Bolão
15 - Praça Nossa Senhora da Saudade
16 - Praça Ana F. Guimarães

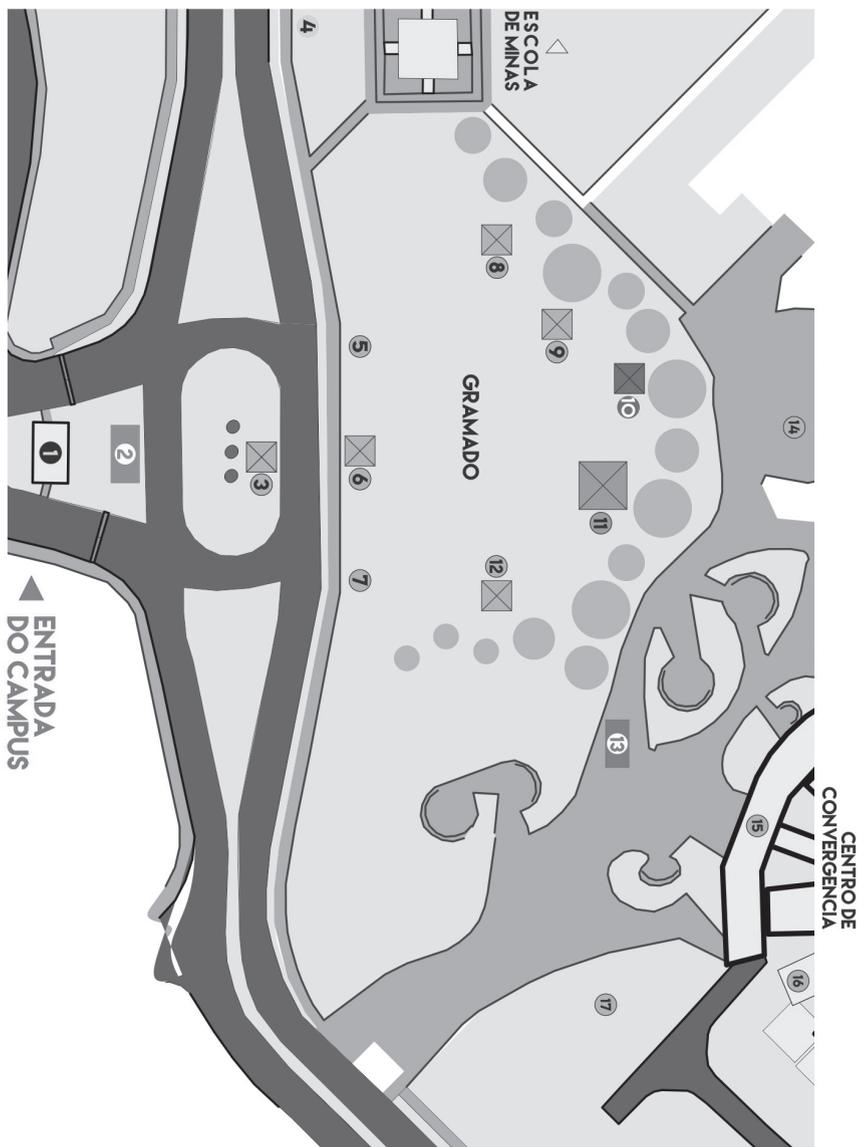
17 - Praça Juvenal Santos
18 - Praça Tiradentes
19 - Praça Reinaldo Alves de Brito
20 - Praça Soares
21 - Praça Barão do Rio Branco
22 - Praça Barão de Saramenha
23 - Praça da Vila dos Engenheiros
24 - Praça Amadeu Barbosa
25 - Praça do Antônio Dias
26 - Praça Cesário Alvim
27 - Praça do Chafariz de Coluna
28 - Praça Américo Lopes
29 - Praça Vereador Jorge Gonçalves Pedrosa
30 - Praça São Sebastião
31 - Praça Piso de Baixo
32 - Praça sem nome (Vila Aparecida)
33 - Praça Dr. Benedito Xavier

Figura 9 - Mapa dos parques e cachoeiras. Ouro Preto, 2015



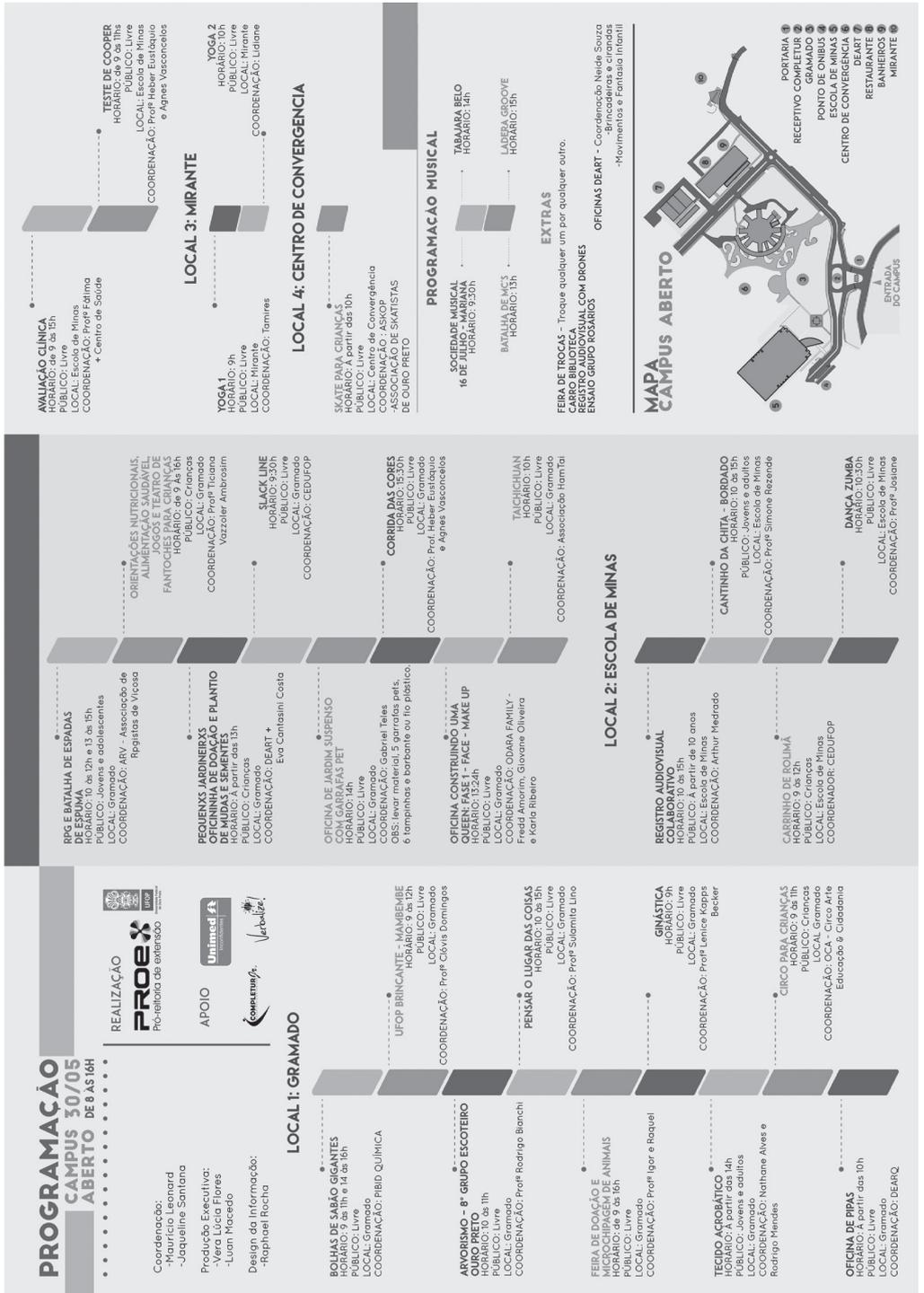
Cachoeiras	
1 -	Cachoeira do Pocinho
2 -	Cachoeira das Andorinhas (PNMCA)
3 -	Cachoeira do Meio (PNMCA)
4 -	Cachoeira Vêu das Noivas (PNMCA)
Parques	
1 -	Parque Arqueológico Morro da Queimada
2 -	PNMCA
3 -	Parque Horto dos Contos
4 -	Parque Estadual do Itacolomi
1 -	Parque Horto dos Contos WW(17 mirantes distribuídos na área)

Figura 10 - Mapa das tendas do projeto Campus Aberto. Ouro Preto, 2015



- 1 PORTARIA
- 2 AMBULANCIA UNIMED
- 3 RECEPÇÃO COMPLETUR
- 4 CARRINHO DE ROLIMA
- 5 PETECA
- 6 ED. FISICA
- 7 CAMPINHO
- 8 TENDA ARQ ABERTA + NUTRIÇÃO
- 9 TENDA PIPAS
- 10 TENDA DO LUAN
- 11 TENDA DA MUSICA E PALCO
- 12 TENDA ANIMAIS
- 13 CARRO BIBLIOTECA
- 14 ZUMBA/GINASTICA/ROSARIO
- 15 OBSTÁCULOS SKATE
- 16 SALA DE PRODUÇÃO
- 17 ESCOTEIROS

Figura 11 - Programação do projeto Campus Aberto. Ouro Preto, 2015



PROGRAMAÇÃO CAMPUS 30/05 ABERTO DE 8 AS 18H

REALIZAÇÃO
PROEX
Pró-reitoria de extensão

APOIO
Unimed
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

COMEMTECH
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Verbitize!
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Coordenação:
-Maurício Leonard
-Jaqueline Santana

Produção Executiva:
-Vera Lúcia Flores
-Luan Macedo

Design da Informação:
-Raphael Rocha

LOCAL 1: GRAMADO

BOLHAS DE SABÃO GIGANTES
HORÁRIO: 9 às 11h e 14 às 15h
LOCAL: Gramado
COORDENAÇÃO: FIBIO JULIENKA

ANIVERSÁRIO DO GRUPO ESCOTEIRO OURO PRETO
HORÁRIO: 10 às 11h
LOCAL: Gramado
COORDENAÇÃO: Profª Rodrigo Bianchi

FEIRA DE DOAÇÃO DE ANIMAIS
HORÁRIO: de 9 às 15h
LOCAL: Gramado
COORDENAÇÃO: Profª Igor e Raquel

TECIDO ACROBÁTICO
PÚBLICO: Jovens e adultos
LOCAL: Gramado
COORDENAÇÃO: Prof. Nathane Alves e Rodrigo Mendes

OFICINA DE BIRAS
HORÁRIO: A partir das 10h
LOCAL: Gramado
COORDENAÇÃO: DEARQ

LOCAL 4: CENTRO DE CONVERGÊNCIA

SAÚDE PARA CRIANÇAS
PÚBLICO: Livre
LOCAL: Centro de Convergência
COORDENAÇÃO: ASKOP ASSOCIAÇÃO DE STATISTAS DE OURO PRETO

PROGRAMAÇÃO MUSICAL

SOCIEDADE MUSICAL 16 DE ABRIL
HORÁRIO: 9:30h
LOCAL: TABAJARA BELO
HORÁRIO: 14h

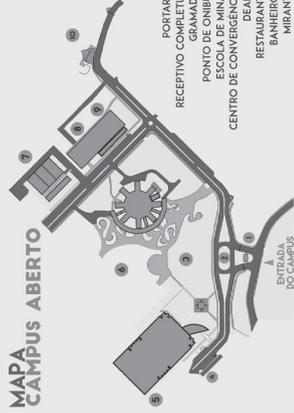
BATALHA DE MC'S
HORÁRIO: 13h
LOCAL: LADEIRA GROOVE
HORÁRIO: 15h

EXTRAS

FEIRA DE TROCAS - Troque qualquer um por qualquer outro.
CARRO BIBLIOTECA
REGISTRO AUDIOVISUAL COM DRONES
ENSAIO GRUPO ROSARIOS

OFICINAS DEART - Coordenação Neide Souza
-Brincadeiras e criadas
-Movimentos e Pinturas Infantis

MAPA CAMPUS ABERTO



Sobre os autores

Maria Cristina Rosa (Org.) – Professora associada do Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (EEFFTO-UFMG). Coordena o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF) da EEFFTO-UFMG. É pesquisadora da Rede Cedes (Ministério do Esporte).

Cleverson Vieira Pires – Doutor em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atua nas áreas afins da Agronomia, com destaque para manejo e conservação do solo e da água, geoprocessamento, extensão rural, agricultura orgânica e apicultura.

Erick Alan Moreira Ferreira – Mestre em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente ocupa o cargo de tecnólogo em Gestão de Eventos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

Jaqueline de Oliveira Santana – Doutora em Ciências da Saúde pelo Centro de Pesquisa René Rachou (Fiocruz-MG). É professora de Educação Física no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Campus Itabirito.

Ketlen Cristina Torres de Faria – Pós-graduada em Práticas Pedagógicas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Marie Luce Tavares – Mestre em Estudos do Lazer e doutoranda em Estudos do Lazer (UFMG). É professora do IFMG, Campus Ouro Branco, onde desenvolve pesquisas nas áreas de atividade física e pessoas com transtornos psiquiátricos; lazer e idosos institucionalizados; lazer e meio ambiente; lazer e terceiro setor; lazer e homossexualidades; políticas públicas de esporte e lazer.

Maurício Leonard de Souza – Mestre em Análise Crítica da Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. É professor assistente da UFOP, atuando na área de informática aplicada à arquitetura.

Monique Sanches Marques – Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com período sanduíche no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. É professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFOP.

Simone do Carmo Silva – Especialista em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência pela UFJF. É professora de Educação Física da Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) e instrutora de Shivam Yoga no Projeto Mulheres no Climatério (Escola de Farmácia da UFOP).

A presente edição foi composta pela Editora UFMG e impressa pela Imprensa Universitária UFMG em sistema off-set, papel off-set 90g (miolo) e cartão supremo 300g (capa), em outubro de 2017.